



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Cais Cultural da Seca do Bacalhau - Vazios Urbanos em Vila do Conde

Ricardo Rafael Esteves Ferreira

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador:

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Catedrático
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Cais Cultural da Seca do Bacalhau - Vazios Urbanos em Vila do Conde

Ricardo Rafael Esteves Ferreira

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador:

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Catedrático
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Cais Cultural da Seca do Bacalhau

Vazios Urbanos em Vila do Conde

Ricardo Esteves Ferreira

Agradecimentos

Uma mensagem de apreço a todos os que fizeram parte deste processo.
Não apenas a este capítulo final, mas todo o curso.

À Cátia, ao Daniel e à Maria que apesar das divergências conseguimos dar o nosso melhor para que este trabalho fosse um sucesso. Foi um desafio divertido.

Ao António e à Rita, pelo tempo disponibilizado para discussão do trabalho

Aos colegas da turma, que apesar de termos objetos de estudo diferentes seguimos sempre, em pelotão, em prol do mesmo objetivo: sermos felizes a pensar arquitetura.

A todos os professores que me inspiraram vivamente e fizeram acreditar na arquitetura. Com alma e paixão deram-me fôlego para seguir as minhas convicções. Em especial para os professores Paulo Tormenta Pinto, Pedro Pinto e Ana Brandão, que foram fundamentais na realização deste trabalho.

Agradeço também a disponibilidade por parte do Sr.º Sérgio Palhares do Arquivo Municipal de Vila do Conde, da Arq.^a Sara Oliveira, e do Sr.º João Figueira do Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, por toda a documentação importante cedida.

À Arq.^a Paisagista Fernanda Órfão e à Eng.^a Sara Lobão Pereira da Câmara Municipal de Vila do Conde, pela disponibilidade prestada.

Aos meus treinadores Rui Silva e Pedro Duarte, e colegas de treino.

Ao Luís, por toda a amizade, ajuda e acompanhamento.

Muito obrigado à minha mãe, uma lutadora que deu tudo de si para eu estar aqui. Assim como o meu padrasto, quem nunca me pediu nada em troca por tudo o que me deu na vida.

Aos meus irmãos, Henrique e Inês, por serem a minha motivação.

Ao meu pai, que apesar de tudo, me inspirou a seguir o meu caminho.

À minha avó Maria por todo o amor. E ao meu avô Luís por me ter ensinado que “saber não ocupa lugar”.x

À minha querida Bárbara, por ser o meu pilar.

Resumo

O presente texto insere-se dentro do projeto de investigação - Monumentalidade Crítica em Álvaro Siza, e pretende discutir uma nova visão sobre Siza considerando um conjunto de projetos em Vila do Conde - incidindo no Programa Polis. Assim, elabora-se uma narrativa histórico-argumentativa geradora de um pensamento de cidade, o caso de Vila do Conde é particular, dada a natureza singular dos projetos do arquiteto, de cariz predominantemente público de grande escala.

O trabalho, numa primeira fase, em grupo, propõe olhar criticamente para as obras do arquiteto de forma a dissecar o seu pensamento e postura em relação à cidade e à arquitetura, que inevitavelmente muda. Deste modo, a abordagem “anónima” do arquiteto desperta interesse em questionar e compreendê-la. Em paralelo, é elaborada a estratégia também de grupo face ao crescimento fragmentado da cidade, gerando espaço público. É enumerada uma hierarquia de vias, criando uma rede de mobilidade que integra quatro “vazios urbanos” desenvolvidos nas propostas individuais.

Esta proposta reside sobre o desafio da reabilitação do antigo Campo da Seca do Bacalhau. Localizado na foz do rio Ave, este espaço (atualmente descaracterizado) é fundamental para uma leitura da cidade no seu todo: um espaço de transição entre a frente marítima desenhada por Álvaro Siza e o centro histórico de Vila Conde. Assim, numa busca de contrastes entre o passado, o presente e o futuro; o construído, o imaginário e o demolido; interior e exterior; público e privado; água e terra, o projeto procura tornar evidente a memória enquanto motivo arquitetónico.

palavras-chave: Vila do Conde; Álvaro Siza; Paisagem; Espaço público; Memória; Frente ribeirinha



Abstract

This paper is part of the research project - Critical Monumentality in Álvaro Siza, and aims to discuss a new vision of Siza considering a set of projects in Vila do Conde - focusing on the Polis Programme. Thus, it elaborates a historical-argumentative narrative that generates a city thought, the case of Vila do Conde is particular, given the singular nature of the architect's projects, predominantly public projects of large scale.

The work, in a first phase proposes to look critically at the architect's works in order to dissect his thought and posture towards the city and architecture, which inevitably changes. In this way, the "anonymous" approach of the architect arouses interest in questioning and understanding it. In parallel, the group strategy is also elaborated in the face of the fragmented growth of the city, generating public space. A hierarchy of streets is enumerated, creating a mobility network that integrates four "urban voids" developed in individual proposals.

This proposal lies on the challenge of the rehabilitation of the former Campo da Seca do Bacalhau. Located at the mouth of the river Ave, this space (currently uncharacterized) is fundamental for a reading of the city as a whole: a transitional space between the seafront designed by Álvaro Siza and the historical centre of Vila Conde. Thus, in a search for contrasts between past, present and future; the built, the imaginary and the demolished; interior and exterior; public and private; water and land, the project seeks to make memory evident as an architectural motif.

key-words: Vila do Conde; Álvaro Siza;
Landscape; Public space; Memory;
Riverside front

Fig. 02 - Fotografia sobre o Farolim do Molhe Norte, Vila do Conde, dos autores.



Índice

Enquadramento	15
01 Texto Crítico	
Álvaro Siza - O caso dos parques de Vila do conde: Espaço natural gerador de Espaço público	19
02 Projeto Final de Arquitetura	
Vazios Urbanos de Vila do Conde	65
Cais Cultural da Seca do Bacalhau	79
03 Atlas	
Construir no SUL	129

Enquadramento

Este livro compõe o trabalho desenvolvido na Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura 2021/2022 coordenado por Paulo Tormenta Pinto, Pedro Luz Pinto, Ana Brandão, e teve também a colaboração de Catarina Santos, Elodie Marques, Filipe Prudêncio, Francisco Freitas e Rita Rodrigues.

O caderno é composto pelos seguintes elementos:

- 01 | Texto Crítico das obras de Álvaro Siza em Vila do Conde:

- **Álvaro Siza** - O caso dos parques de Vila do Conde: Espaço natural gerador de Espaço público.

Enquadrado no Projeto de Investigação “A Monumentalidade Crítica De Álvaro Siza – Projetos de Renovação Urbana depois da Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo'98)”.

- 02 | Projeto de Arquitetura

- Estratégia integradora de grupo à escala urbana:
 - Vazios Urbanos de Vila do Conde

- Estratégias individuais
 - Revitalização do Mercado Municipal
 - A piscina no Pinhal
 - Entre o Mar e o Rio
 - Cais Cultural da Seca do Bacalhau

- 03 | Atlas

- **Construir no SUL** - Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea

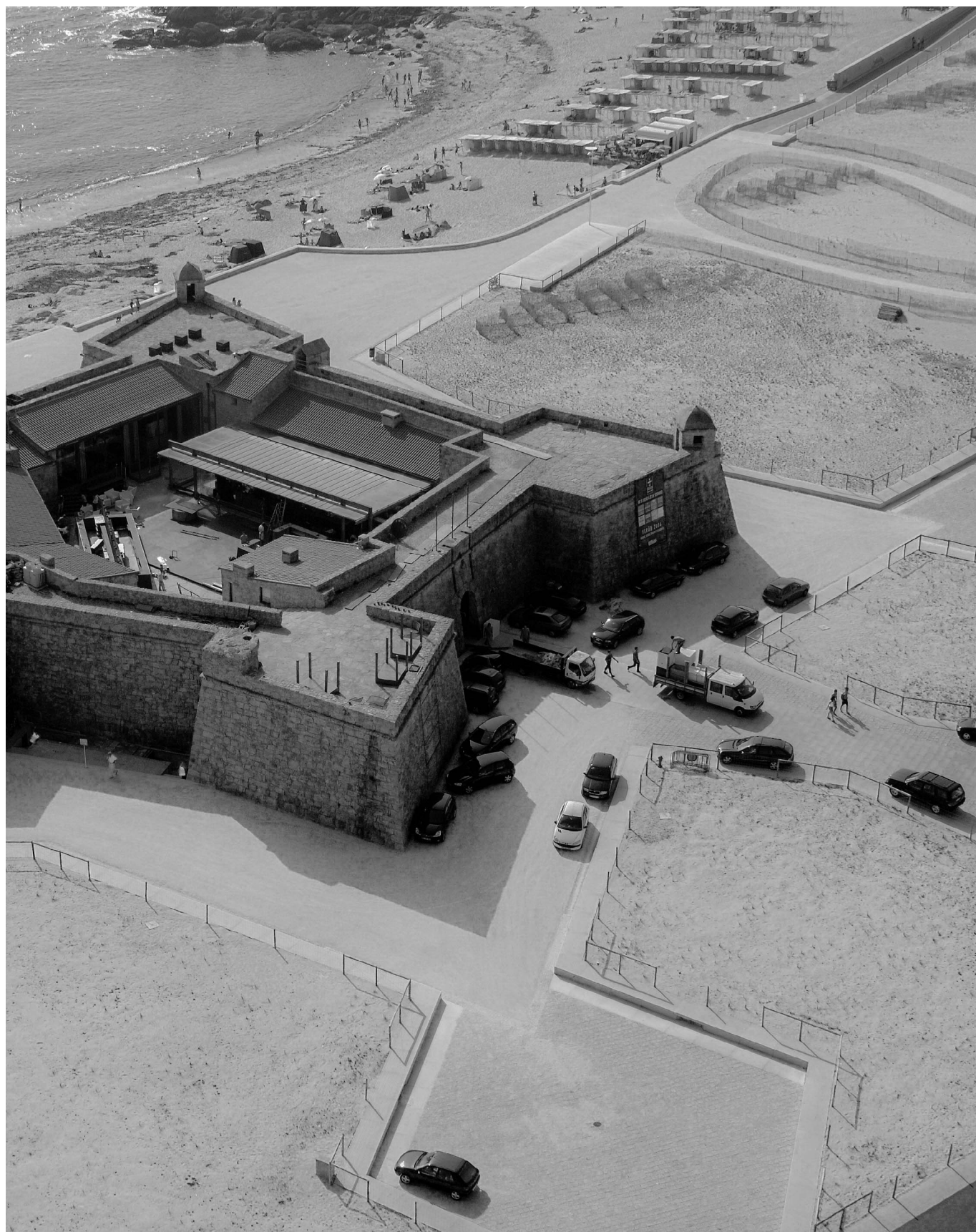
PINTO, Paulo Tormenta - Construir no SUL – Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea. Estudo Prévio. Lisboa: CEAAT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2015. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprevio.net]





Fig. 03 - Fotografia Parque Atlântico, Sara Oliveira.

Álvaro Siza - O caso dos parques de Vila do Conde
Espaço natural gerador de Espaço público



Introdução

No presente texto crítico, apresentamos um estudo sobre a obra de Álvaro Siza. O trabalho debruça-se sobre os dois projetos mais recentes em Vila do Conde, realizadas no âmbito do Programa Polis: Parque Urbano de Caxinas (2004), o Parque Atlântico (2005), enquadrados em duas realidades diferentes.

O primeiro é um projeto realizado em parceria com o Arquiteto Paisagista João Gomes da Silva, situado no centro do núcleo habitacional de Caxinas, a norte do centro de Vila do Conde. Localizado num antigo terreno baldio dentro de uma malha urbana regular, o projeto do Parque Urbano reestrutura um conjunto de vias e constrói um ambiente de parque murado.

O segundo é um projeto de grande escala que compreende a frente marítima de Vila do Conde, mais concretamente o troço sul até à foz do Rio Ave. O Parque Atlântico faz a transição entre mar e cidade - delimitando uma duna primária, requalificada por Siza. A intervenção constitui, na sua essência, um desenho de vias e de espaço exterior.

Como suporte para o trabalho, foram consultadas e analisadas as fontes primárias presentes no Arquivo Municipal de Vila do Conde, na Fundação Calouste Gulbenkian, no CCA - Canadian Center for Architecture e na Biblioteca Nacional de Portugal. A pesquisa nestas entidades e o estudo do material adicional, fornecido pela Arquiteta Sara Oliveira, permitiram obter informação relativa à evolução histórica da cidade, compreendida no intervalos temporal protagonizado pelo desenvolvimento da cultura balnear e pela implementação do Programa Polis. Foram também relevantes alguns livros e trabalhos académicos, dos quais salientamos: A Escola do Porto: Lado B de Pedro Bandeira (Bandeira, 2014) ; A Periferia Perfeita de

Jorge Figueira (Figueira, 2014); Vila do Conde de Marta Miranda (Miranda, 1998); Profissão Poética de Kenneth Frampton (Frampton, 1988) e a Dissertação de Mestrado da Arquiteta Sara Oliveira: O Impacto do Programa Polis na Frente Marítima de Vila do Conde (Oliveira, 2020).

Neste contexto, a investigação em torno das obras do Arquiteto Álvaro Siza é conduzida pelo interesse da análise tipológica e pelo processo de conceção do espaço público. Esta perspetiva parte do trabalho de Jacinto Rodrigues (1975) e, da teoria dos desurbanistas: uma teoria utópica que procurava responder aos problemas sociais e políticos por via da arquitetura à escala urbana. Este argumento parte do conhecimento sobre um conjunto de trabalhos realizados no período pós 25 de Abril de 1974, num contexto sociopolítico bastante específico da história de Portugal, explanado por Pedro Bandeira no livro A Escola do Porto: Lado B (2014).

Esta investigação tem como finalidade o estudo de uma vertente menos explorada da obra de Álvaro Siza, que se caracteriza pela conceção de obras à escala urbana. A análise inclui a compreensão da cidade de Vila do Conde no seu todo geográfico, morfológico e histórico e, ainda, o estudo das obras do arquiteto Álvaro Siza neste contexto. Procurando um cariz provocatório, a investigação imagina como a utopia pode servir de base para a conceção do espaço público e como este pode intervir na consolidação da cidade.



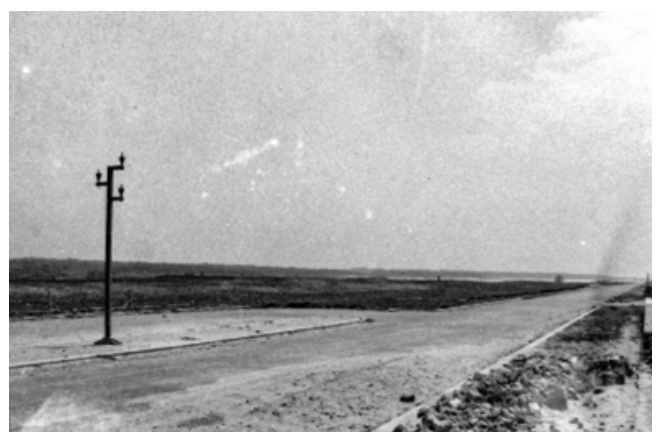
Argumento

Num olhar retrospectivo sobre a obra de Álvaro Siza encontramos uma variedade programática: trabalho a diferentes escalas, lugares e tipologias. Contudo, ao pesquisar sobre a tipologia “parque” ou “jardim”, verificamos que este tipo de intervenção é menos comum no conjunto das suas obras. Poderemos enunciar a Fundação Serralves, no Porto, ou o Venne Park, em Haia, no entanto a peça central de Serralves é o Museu de Arte Contemporânea e o Venne Park faz parte de um complexo habitacional e comercial. Os únicos projetos da mesma tipologia de parques, no trabalho de Siza, são em Vila do Conde. Sobre o parque urbano:

«(...)o primeiro parque público desenhado pelo arquiteto que, confessou, nunca pensou que o projeto fosse avançar.» (Marques, 2000).

Estas duas intervenções, o Parque Urbano e o Parque Atlântico, apresentam como premissa de projeto, a valorização das características naturais dos lugares onde se inserem. No Parque Atlântico, a presença de um território dunar [Figura 05] coloca em evidência a estratégia de ocupação daquele espaço. Do mesmo modo, no Parque Urbano, uma antiga pedreira, possivelmente alagada, levanta questões que orientam a abordagem ao lugar, ou seja, Siza, com estes dois projetos, tira partido das premissas territoriais como elementos que conduzem o desenho do espaço público. Trabalhando com a intenção de transformar a cidade, o desenho é ordenador e de alguma forma uniformizador da envolvente, procurando qualificar o espaço urbano. Este exercício de metamorfose do território pode ser intepetado à luz de um pensamento utópico sobre o lugar comum da cidade, neste caso o “vazio” do espaço natural na cidade, muitas vezes em oposição à relação

de contraste e desequilíbrio com as zonas edificadas. Podemos ver um exemplo da criação de uma ideia utópica de espaço público no projeto “Organização Insurrecional do Espaço” [Figura 06] apresentado no Livro “Porto Lado B” de Pedro Bandeira. O livro, revela um outro lado do ensino da Arquitetura na Escola das Belas Artes do Porto, desenvolvido no pós 25 de abril. Este lado, motivado pela chegada do professor Jacinto Rodrigues, convidado a lecionar Teoria e Prática de Investigação, por Alexandre Alves Costa, na qual são abordados temas relacionados com a Utopia urbana (Bandeira, 2014). Jacinto Rodrigues publica em 1975, o Livro Urbanisme et Revolution (com a tradução portuguesa no mesmo ano), onde é explanado o argumento essencial para o pensamento utópico sobre a cidade, onde defende a teoria dos desurbanistas.



05

Fig. 05 - Fotografia antiga da Avenida do Brasil, local da futura intervenção do Parque Atlântico de Álvaro Siza, onde é possível ver a duna primária, AMVC.

Fig. 06 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.



«O desurbanismo, com efeito, não se apresenta como uma solução técnica à crise da cidade capitalista. Corresponde a uma luta política (...). Esta crítica de esquerda opunha-se às formas burocráticas do poder, ao autoritarismo centralizador, ao abandono da luta de classes no que era ainda uma sociedade de transição.» (Rodrigues, 1975 p. 92).

Uma ideia revolucionária contra a cidade capitalista e do regime divisório, realçando a cultura urbana deixada pelo Urbanismo Burguês, estabelecendo como solução um des-urbanismo.

É com esta linha de pensamento anticlassicista que chegamos ao projeto provocador de Fernando Barroso e Mário Ramos: Organização Insurrecional do Espaço.[Figura 07 e 09]. Este projeto, realizado no âmbito da cadeira de Teoria e Prática de Investigação II, é representado por uma série de desenhos, fotomontagens e uma banda desenhada com um texto «irónico, quase cínico, algo desiludido, mas simultaneamente humorístico» (Bandeira, 2014 p. 33). O projeto procura, com a proposta de um “novo solo urbano” de características dunares, esconder a conotação possante dos edifícios. Consegue assim desenhar uma cidade sem classes, sem demonstração de poder, com um solo único uniforme, sem dissimulações, trazendo a génese primária do terreno, desvalorizando novamente as classes e vicissitudes do piso urbano. Nesta vertente utópica, a duna - como elemento natural - é o componente principal de todo o trabalho, dissipando-se pelo território, sendo indispensável para a leitura imaginária da cidade. Neste caso, os edifícios apresentam um papel secundário ao desenho do espaço, estando subjugados pela topografia dunar.

Neste âmbito, a utopia do espaço público compreende o território nativo como elemento basilar para a construção do espaço urbano.



Fig. 08 - Fotografia das Cheias Vila do Conde, analogia entre a ocupação dunar e a ocupação da água, AMVC.

Fig. 07 e 09 - Fotomontagem Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.





Fig. 10 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço, no livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira (2014).

Vila do Conde

Vila do Conde é uma cidade que se encontra a norte de Portugal [Figura 12, pertencendo à área metropolitana do Porto, tendo como cidades periféricas: Póvoa de Varzim, Maia, Matosinhos, Famalicão e Santo Tirso]. Cidades estas que influenciaram o desenvolvimento e crescimento urbano de Vila do Conde, por apresentarem áreas de maior densidade populacional e desenvolvimento económico (Miranda, 1998), (Ribeiro, 2002).

Uma vez que a cidade tem como fronteira o mar e o rio, as atividades ligadas ao mar começaram a ser praticadas muito cedo como atividades de carácter económico. A pesca, a construção naval, a produção de sal e o comércio por via marítima foram primordiais no desenvolvimento e crescimento de Vila do Conde. No entanto, também a agricultura se tornou fator de crescimento pela relação de proximidade com a água (Miranda, 1998).

Tendo em conta a análise feita, Vila do Conde pode ser entendida em três núcleos urbanos: a zona histórica; o bairro de Caxinas - antigo bairro piscatório; e a frente de mar - zona balnear [Figura 13].

A zona histórica, o primeiro núcleo a ser construído no séc. XII, foi implantado na colina de S. João Batista, junto ao rio Ave, visto que reunia as condições favoráveis, permitindo uma relação direta com o rio - estrada natural de comércio, sendo fonte primordial e potencializadora de recursos. Uma zona mais alta permitia também uma maior vigilância do seu assentamento, para os possíveis ataques. Os registos históricos denotam uma vila com um extenso território dunar à vista do mar (Oliveira, 2020) [Figura 11].

Mais tarde, no séc. XIX, o crescimento da cidade foi-se orientando para o mar até então espaço para pesca e

navegação. Em virtude disso, surgiram os primeiros assentamentos em Caxinas, um bairro a norte do concelho, perto da fronteira com Póvoa de Varzim, caracterizado pela sua comunidade de pescadores. Desenvolve-se, tal como outros bairros piscatórios em Portugal, seguindo uma matriz ortogonal, com construções precárias, construídas neste caso, pelos mesmos artífices que construíam os barcos nos estaleiros de Vila do Conde e de Póvoa de Varzim (Oliveira, 2020). O crescimento e desenvolvimento da povoação mantêm este carácter, tanto que já no final do séc. XX, como refere António Madureira¹, Caxinas era uma povoação com um planeamento «completamente ilegal», com habitações clandestinas, mas aceites como tal [Figura 17].

¹ Entrevista pelos autores ao Arquiteto António Madureira em 8 fevereiro, 2022.

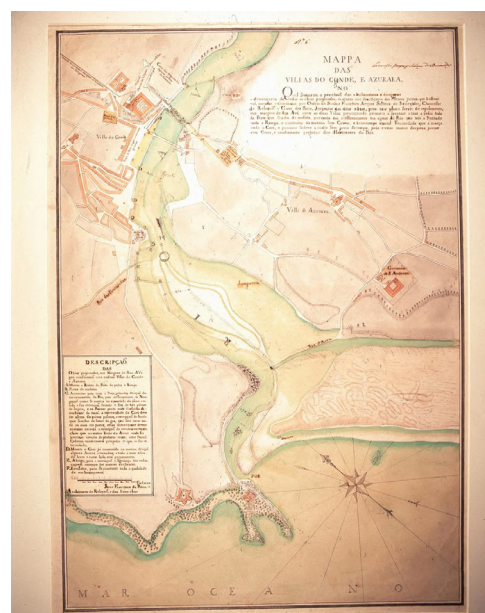
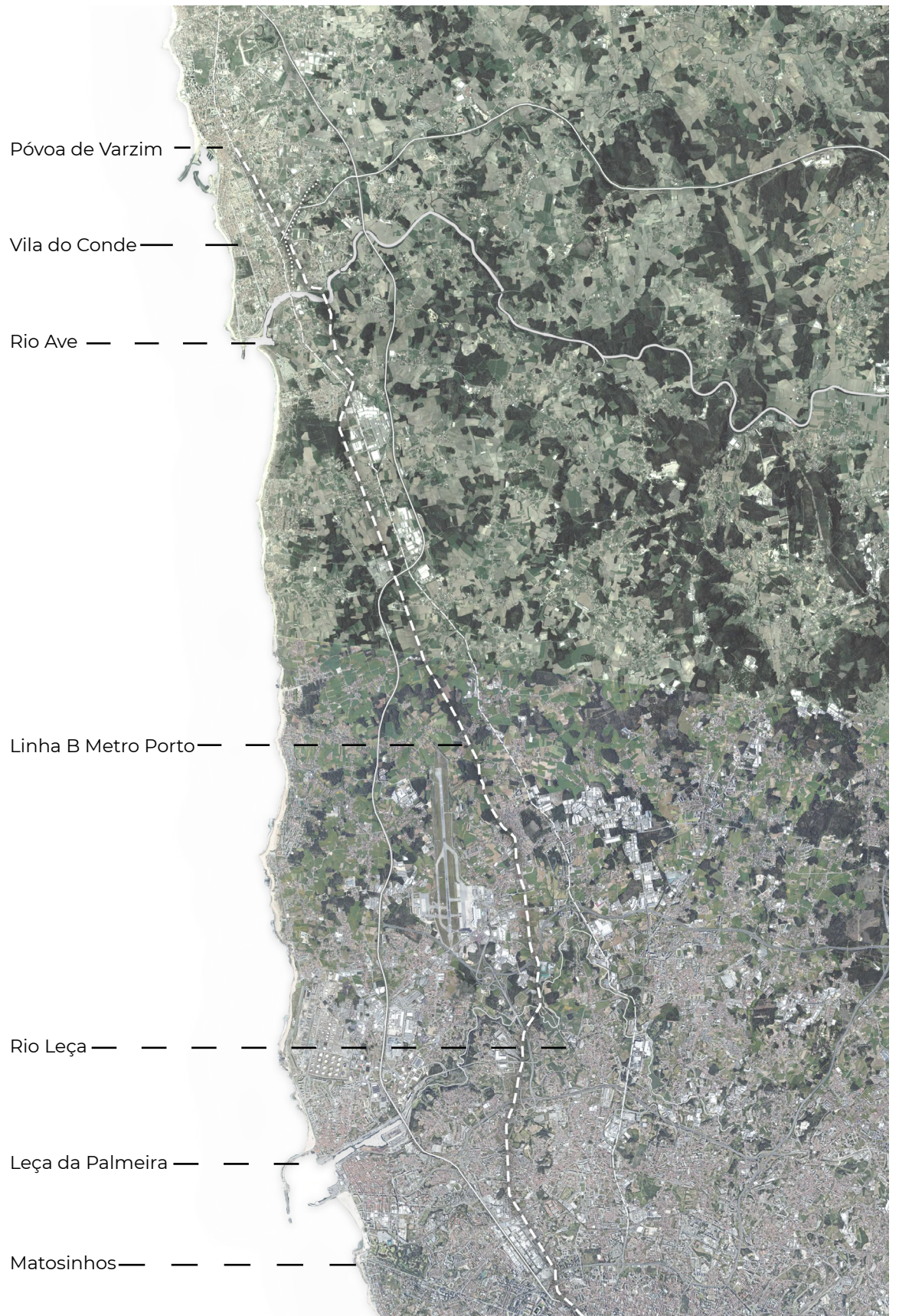
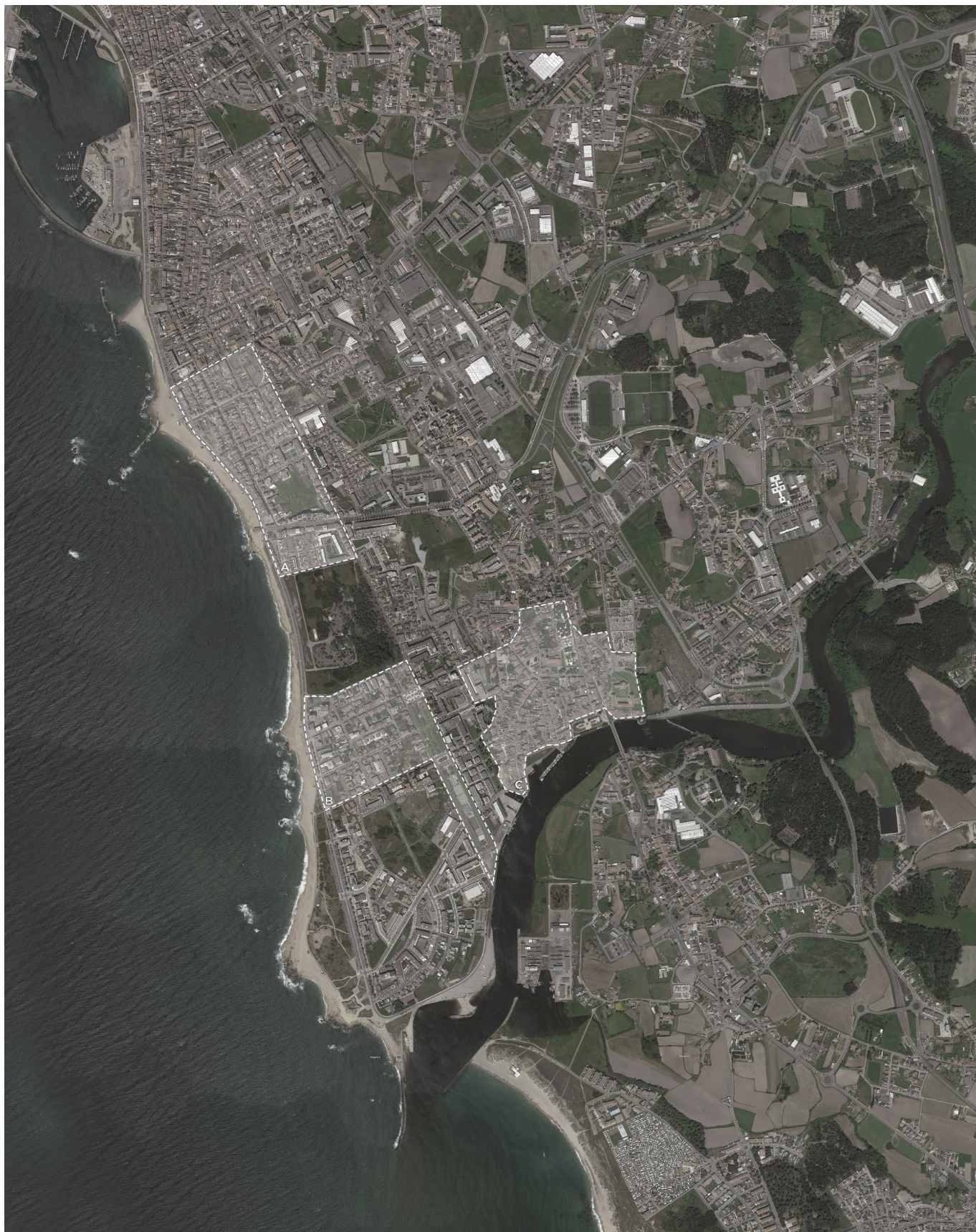


Fig. 11 - Mapa de Vila do Conde - José Francisco de Paiva, 1821-1824, AMVC.

Fig. 12 - Ortofotomapa Localização de Vila do Conde - Elaborado pelos autores.





No final do séc. XIX, início do séc. XX, surge um outro impulso no crescimento de Vila do Conde. Com a vinda da população burguesa para as praias do Norte, devido à crença nos benefícios para a saúde e bem-estar do mar, surgem novas ruas e novas vivências. A zona circundada pelo rio e pelo mar, nova zona sul, começou a ser desenvolvida com a construção de chalés e palacetes de veraneio. Novas ruas foram lançadas para responder às necessidades desta nova população, em especial a Avenida dos Banhos [Figura 15] onde foram construídos o casino [Figura 14], o teatro e o hotel da avenida. No término desta rua, foi implementada a Avenida Júlio Graça, na forma de uma grande alameda, proporcionando um grande jardim burguês à vila (Oliveira, 2020) [Figura 18].

Ao longo do séc. XX foram realizados nesta zona inúmeros eventos automobilísticos e hípicas [Figura 16], com destaque para as corridas da “Princesa do Ave”, que a partir de 1931 tiveram início na Avenida do Brasil, junto ao Forte, e que se realizaram por várias edições com concorrentes vindos de vários países. O “I circuito do Ave” foi organizado pelo Turismo de Vila do Conde e com o apoio logístico da Comissão Desportiva da Secção Regional Norte do ACP- Automóvel Clube de Portugal. A requalificação da avenida pelo Programa Polis, em 2003, reduziu a faixa de rodagem automóvel que impossibilitou a realização das corridas (Motor 24, 2017).

Em 1951, com o aumento da população, para dar resposta a uma nova expansão da cidade, o Arquiteto Agostinho Ricca, elaborou o antepiano de urbanização de Vila do Conde. Este propunha urbanizar uma nova zona sul, com uma primeira faixa de habitação em contacto com o mar e um parque verde com serviços de apoio à população, aproveitando as zonas dunares que se encontravam sem qualquer tipo de uso. No entanto, apesar de possuir bastante potencial e pertinência, o plano nunca foi executado (Gonçalves, 2012)[Figura 19].



14



15



16

Fig. 13 - Ortofotomapa Vila do Conde, elaborado pelos autores.
A - Bairro Piscatório de Caxinas
B - Bairro Balnear
C - Núcleo Histórico

Fig. 14 - Fotografia do Casino de Vila do Conde 1918, AMVC.

Fig. 15 - Postal da Avenida dos Banhos, onde é possível ver os diferentes Chalés de veraneio, AMVC.

Fig. 16 - Fotografia de um Evento Hípico séc.XX, AMVC.

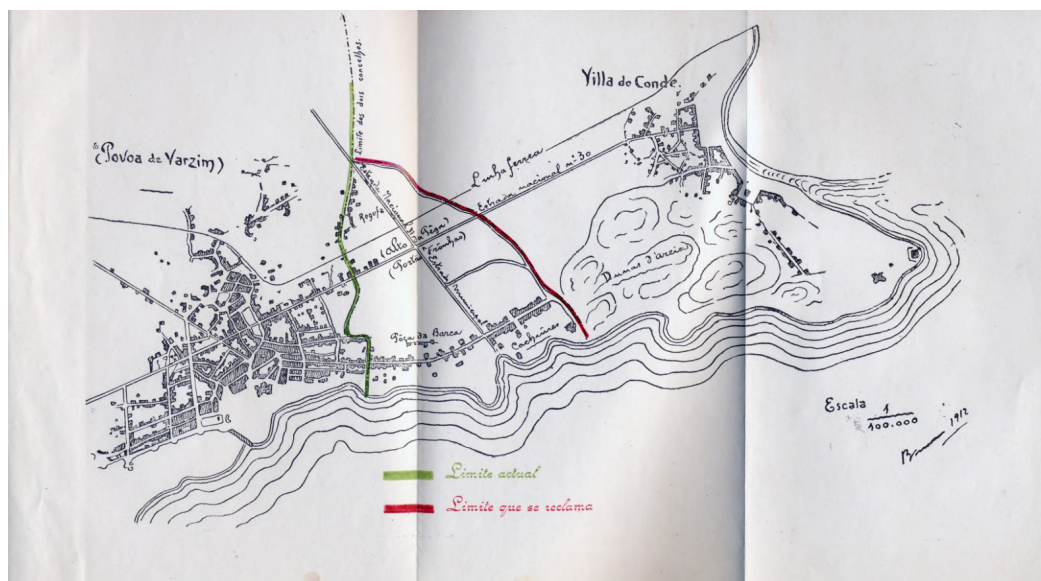


Fig. 17 - Mapa de Caxinas - 1912, Jornalismo Porto Net.



Fig. 18 - Planta de Vila do Conde depois de 1916| Bairro Balnear - Novas avenidas (AMCV)



Fig. 19 - Antepiano de Urbanização de Vila do Conde , 1951, Agostinho Ricca.

Conjunto Habitacional Caxinas

1970-72

O parque urbano e o Parque Atlântico não são as primeiras obras de Álvaro Siza em Vila do Conde. Este já tinha duas outras intervenções: o complexo habitacional de Caxinas e o edifício da agência do Banco Borges & Irmão.

Em 1970, Siza Vieira é contactado por António Vila Cova, por sugestão do arquiteto responsável pelo departamento de urbanismo da câmara, Jorge Gigante, com uma encomenda para um projeto de habitação em Caxinas, num terreno junto ao mar, para o qual já tinha tido alguns projetos recusados. Vila Cova, como refere António Madureira, era um homem com bastante poder e influência na comunidade local constituída por pescadores e famílias de pescadores, com dificuldades económicas (Siza, 2021), (Madureira, 2022).

O projeto passava pela reabilitação de um edifício já existente, partindo da sua estrutura de betão armado, e a construção de um conjunto de novos edifícios de habitação.

«o projeto de série linear de Caxinas comportava uma estrita definição urbanística - integrando com a ideia de collage alguns elementos preexistentes de fraca qualidade - a partir de propostas de tipologia variável e adaptável a um processo de construção e de utilização» (Frampton, 1988, p.185).

Posto nesta circunstância, Álvaro Siza encontra-se restringido a elaborar parte do projeto em volta da estrutura pré-existente, assim como o projeto aos futuros moradores, visto que as casas já tinham sido vendidas (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).

«Em Caxinas, a linguagem racionalista dos edifícios realizados convive com uma metodologia que pressupunha a manutenção de edifícios ou programas existentes e a construção de novas estruturas segundo uma norma, mas com resultados indeterminados. Siza constrói nas duas extremidades do lote, criando algumas regras para o seu preenchimento» (Figueira, 2014, p.300).

Contudo, o que se observou mais tarde foi que a população não se adaptou às novas construções, sendo esse um dos motivos para que o conjunto habitacional nunca tenha sido construído na totalidade:

«ficou um desastre, os edifícios, as pessoas não queriam aquilo para nada, não tinha nada a ver com aquilo que entendiam como habitações, estupuraram tudo, não resistiu nada» (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).



Fig. 20 - Fotografia sobre duas habitações do Conjunto Habitacional de Caxinas, Revista LOTUS n.º 9 (1975).

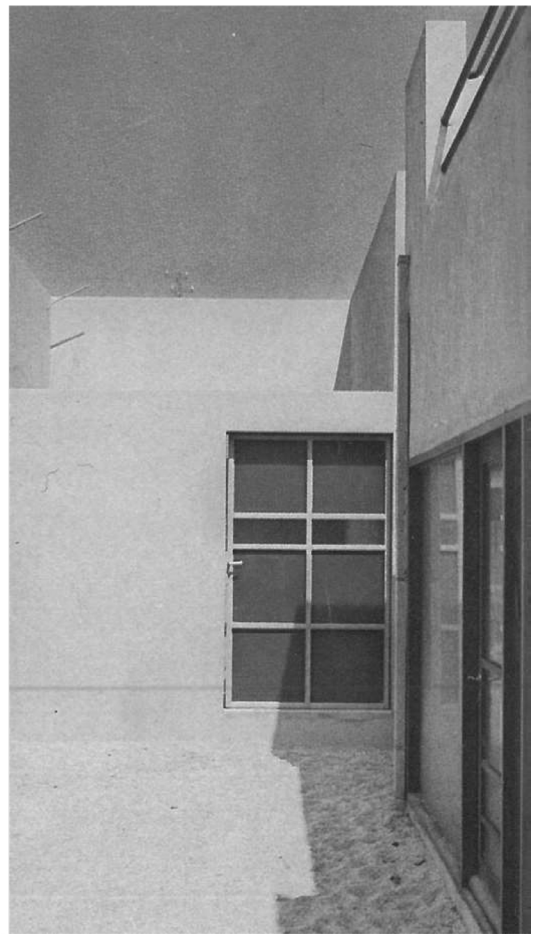
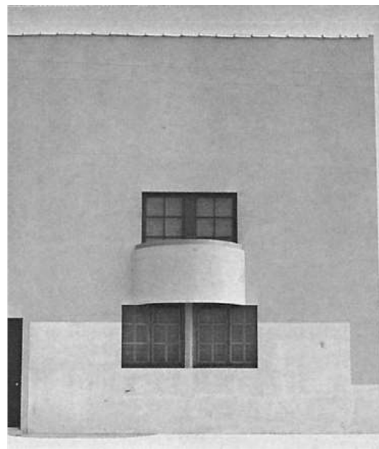


Fig. 21 - Fotografia do Conjunto Habitacional de Caxinas, Architecture D'Ajoud'hui n.º185.

Banco Borges & Irmão

1978 | 1986

Após o projeto em Caxinas, Álvaro Siza regressa à cidade para uma nova intervenção, em 1986, com a encomenda do Banco Borges e Irmão. Em 1969, já tinha sido convidado para desenhar a filial do banco em Vila do Conde, que embora projetado, acabou por nunca ser construído. Anos mais tarde, em 1977, é convidado a elaborar um novo projeto para o banco, na localização do atual, não sendo construído. Mais tarde, é feita uma 3ª versão de um projeto para o banco, que corresponde ao que atualmente permanece construído (Furtado, 2015).

Na época em que projeta este edifício, Álvaro Siza descobre as publicações das obras de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, e a sua preocupação perante o controle da geometria aumenta.

«A geometria curva segue uma linha de continuidade com investigações anteriores em concursos e projetos não construídos. É uma preocupação que desenvolvi, provavelmente depois da descoberta de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, cujas publicações naquela altura estavam a começar a ser divulgadas.» (El Croquis, vol. 68/69, p.22).

Já no Banco Borges e Irmão, «a curva tinha outra origem, os clientes queriam um edifício com uma certa presença, mas a frente do local era demasiado pequena para fazer algo significativo. A curva continua a produzir uma ampliação da escala da frente da casa, por meio da sua extensão em direção à parede lateral, foi também necessário criar acesso a uma nova praça, e a curva serviu para produzir uma abertura no espaço urbano.» (El Croquis, vol. 68/69, p.23).

O banco ganha forma tendo como base um retângulo. Através da desconstrução do paralelepípedo e de um jogo de curvas em vértices opostos, ganha altura, aproximando-se às cêrceas da envolvente, dando vida ao volume branco.

Com o gesto curvilíneo, o volume aparenta fechar-se sobre si mesmo tendo apenas duas fachadas contínuas, mas, ao mesmo tempo, envolve-se profundamente com o contexto da cidade. A fachada envidraçada permite a criação de um jogo entre luz e sombra, possibilitando ver o interior, tal como o contraste entre os materiais usados, o reboco e o mármore, que faz o embasamento interior e exterior do edifício, assim como o pavimento e a marcação da entrada exterior.

A sua forma curva permite ainda que seja feito um acesso para a Praça José Régio, posteriormente construída.

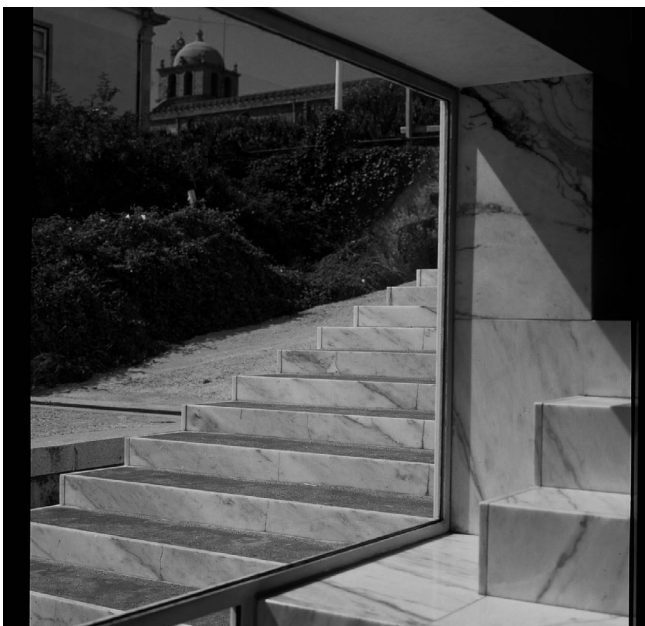
Fig. 22 - Fotografia Vista aérea do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

Fig. 23 - Fotografia Vista do interior do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

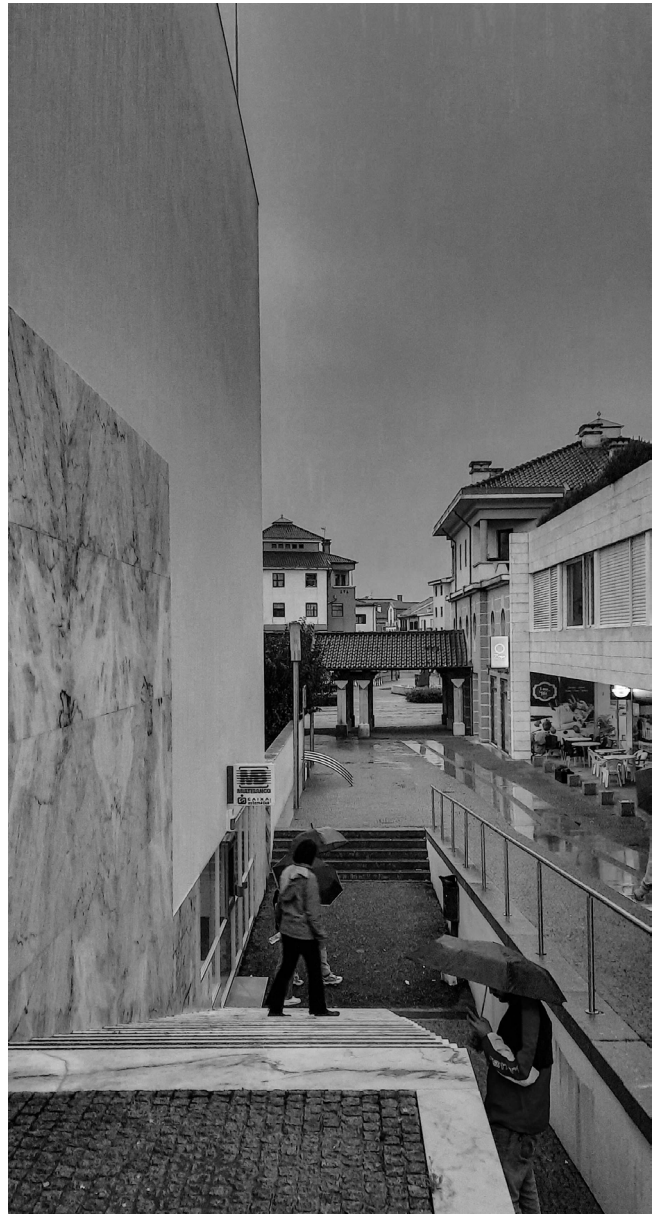
Fig. 24 - Fotografia do Banco Borges & Irmão, dos autores.



22



23



24



Programa Polis

2000 | 2004

Após estas primeiras intervenções, é com a execução do Programa Polis que Álvaro Siza intervém no espaço público em Vila do Conde. Com o desenvolvimento do programa é gerado um debate crítico sobre a qualidade do espaço público e o modo de reafirmar a cidade, refletindo-se na sinergia da regeneração urbana e da qualificação do espaço ecológico com a introdução de um novo pensamento de cidade e de planeamento urbano.

O Programa Polis - Plano de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - surge «através de uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território» do XIV Governo como uma das prioridades de desenvolvimento do País (Sousa, 2017). Para compreender o Programa Polis, importa refletir sobre os antecedentes integrados no contexto económico e social do País e da CEE.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, na segunda metade do século XX, Portugal surge numa situação de desenvolvimento económico e reformulação dos parâmetros de qualidade de vida de forma a alcançar os índices de competitividade europeus.

Tornou-se assim fundamental a criação e reestruturação de alguns setores estatais. Uma das vulnerabilidades compreendia o ordenamento do território e a qualidade de vida dos centros urbanos. Por esse motivo, foram criadas uma série de iniciativas pelo Estado Português para combater este tipo de carências.

À escala territorial são criados planos unificadores do território como o Plano Rodoviário Nacional e a criação da Reserva Ecológica Nacional; surgem também planos de desenvolvimento como o Plano de Desenvolvimento Regional ou o Plano Nacional da Política do Ambiente.

No entanto, é com a Exposição Internacional de Lisboa

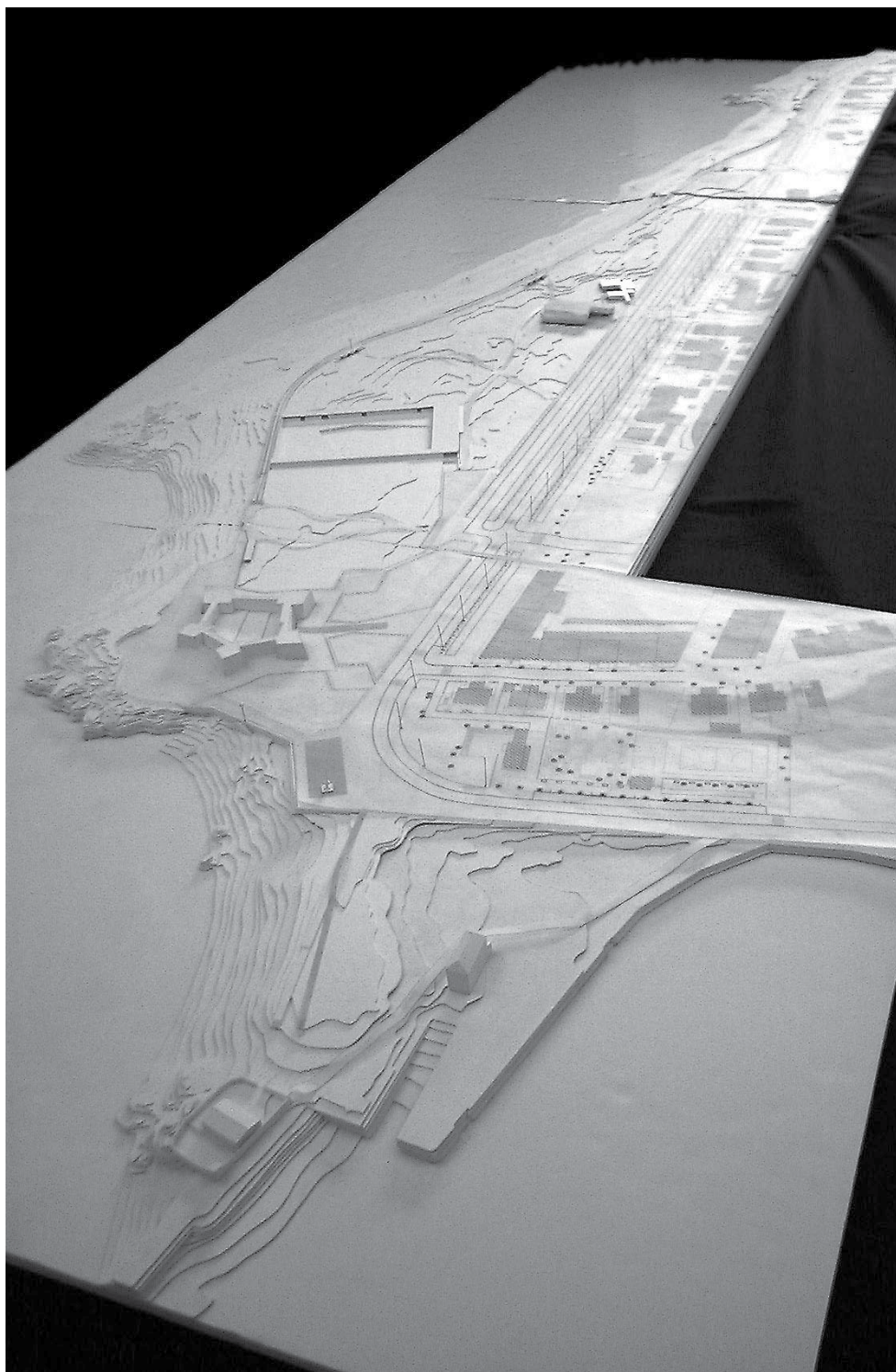
em '98, através da criação entre o Estado Português e a Câmara Municipal de Lisboa, a Parque Expo, S.A. que é feita uma ação interventiva na cidade através de uma nova forma de fazer cidade implementando novos conceitos e ideias.

A Expo'98, que atuou igualmente como uma demonstração mundial da inovação portuguesa no ordenamento do território e planeamento urbano, transmutou para debate a necessidade da reprodução de uma intervenção similar no resto das cidades portuguesas, elevando os parâmetros nos centros urbanos do País.

Com base nesse debate, é criado no XIV Governo Constitucional, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território com o intuito de requalificar os centros urbanos e valorizar ambientalmente as cidades. Com a criação de um Ministério respetivo a estes temas, dispuseram-se «condições para lançar um grande programa nacional que tire partido das disponibilidades financeiras do 3º Quadro Comunitário de Apoio e que desempenhe um papel mobilizador e potenciador das iniciativas que tenham por objetivo a qualificação dos meios urbanos» (MAOT, 2000).

Fig. 25 - Ortofotomapa Vila do Conde, Estratégia Programa Polis, dos autores.

----- - Construído
 - Não realizado



Este Programa Cidades, posteriormente denominado de Programa Polis, não pretendia resolver todos os problemas das cidades do País, mas sim dar um contributo e um impulso para os problemas enunciados num número limitado de cidades a intervir. Através da criação da Sociedade Polis, S.A. constituída pelo Estado Central e Local, foi designado um Plano com uma série de investimentos ordenados dentro de uma estratégia tipologicamente definida de intervenções para 18 cidades portuguesas (mais 10 por concurso em 2001) (Pinto Leite, 2007). Assim o Programa Polis surge como uma medida de apoio para a consolidação do crescimento urbano dentro de um enquadramento de desenvolvimento sustentável e ecológico das cidades.

Vila do Conde insere-se no Programa Polis como uma cidade dentro da periferia norte da Área Metropolitana do Porto com alguma densificação urbana apresentando problemáticas nos temas de ação do Programa Polis. Assim, o processo do Polis tenta tornar Vila do Conde como um centro urbano forte «enquadrada no percurso de modernização e qualificação urbana que a Autarquia Vilacondense vem percorrendo nos últimos anos». Por conseguinte, a ação do Polis visava concretizar projetos já idealizados pela autarquia em longo curso, agilizados num programa curto que geria todos os componentes, desde os estudos ao financiamento para a realização dos projetos (MAOT & CMVC, 2000).

A estratégia geral do Programa Polis de Vila do Conde nomeava as duas frentes de água como pontos mediadores do desenvolvimento urbano - a frente marítima e a frente ribeirinha. Nestas duas áreas fundamentais, a qualificação urbana, o ambiente e as acessibilidades foram tidos como temas chaves de atuação (MAOT, CMVC; 2000). O plano estratégico identificava a frente marítima com «enormes carências no que concerne ao tratamento do espaço público e à coesão das várias estruturas de fruição pública (...) e assume-se como uma barreira pouco digna na transição cidade/mar» (MAOT & CMVC, 2000). A qualificação destas duas frentes teria o papel impulsionador em Vila do Conde de introduzir novas estratégias de gestão

do território e de desenho urbano, quer no âmbito de investimentos públicos quer em privados.

No entendimento da estratégia geral, os projetos teriam como objetivo requalificar factos urbanos de carácter infraestrutural e de espaço público, trabalhando sobre o âmbito do desenho urbano. Introduzindo os conceitos emergentes das cidades verdes e intensificando o carácter turístico e de veraneio de Vila do Conde, o plano apostava num aumento de área de espaços verdes agregados a vias estruturantes, melhorando meios suaves de deslocação, introduzindo espaços lúdicos e de fruição, e somando zonas habitacionais.



26



27

Fig. 26 e 27 - Fotografia das obras do Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 28 - Fotografia da maquete do Plano da Marginal de Vila do Conde, Habitar Portugal.



Fig. 29 - Conjunto de imagens Render da Proposta do PolisVila do Conde, onde se pode ver os equipamentos propostos, AMVC.

Como referia Mário de Almeida, presidente da Câmara nesse período: «Os projectos a executar foram idealizados por Álvaro Siza Vieira, Alcino Soutinho, Manuel Fernandes Sá, Vítor Neves e Souto Moura, nomes conceituados da arquitectura nacional que, "à partida, garantem a qualidade das intervenções"» (Marques, 2000)

Siza trabalha sobre duas dessas áreas expectantes, pouco qualificadas: uma zona na Poça da Barca - futuro Parque Urbano, e a Frente dunar na zona Sul junto ao Forte São João - futuro Parque Atlântico / Frente Atlântica.

O Plano Estratégico organizava-se essencialmente em Projetos Estruturantes e Planos de Pormenor. Alguns desses elementos já teriam sido encomendados anteriormente, transformando o Programa Polis de Vila do Conde, num instrumento acelerador e materializador dos projetos:

«A autarquia encomendou-lhes os trabalhos ainda antes de ser conhecida a intenção governamental de lançar o Polis e, com isso, terá ganho tempo na aprovação dos projectos. Mário de Almeida, que é também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, parece que já adivinhava o aparecimento do programa governamental e antecipou o trabalho de casa. Assim, as peças do "puzzle" encaixaram mais rapidamente num tabuleiro almofadado pelas verbas do Polis». (Marques, 2000)

Dentro dos projetos estruturantes, destacam-se o Parque Atlântico e o reperfilamento da Marginal até à Póvoa de Varzim, o Parque Urbano de Caxinas e o CMIA – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, como intervenções de maior relevância, juntando-se outras obras de carácter infraestrutural e de reabilitação do património edificado. Em concordância com os Projetos nas frentes de água, propunham-se Planos de Pormenor que qualificassem o espaço urbano com programas lúdicos e fruição ou habitacionais,

e que incluíam áreas para investimento privado. De norte para sul, foram definidos o Plano de Pormenor da Frente de Mar de Caxinas, o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres, o Plano de Pormenor do Parque Urbano, o Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau e o Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente.

Na execução deste Programa, gerido pela Sociedade Polis Vila do Conde, foram apenas realizados os projetos de maior relevância, destacando as intervenções de Álvaro Siza e a Avenida Marginal de Alcino Soutinho em concordância com o Parque Atlântico. Nenhum dos Planos de Pormenor foi executado, tendo sido apenas aprovado o Plano para a Seca do Bacalhau elaborado por Manuel Fernandes de Sá e o Plano para o Parque Urbano e as suas imediações por António Martins².

² Existiram, contudo, estudos e concursos para o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres (com uma proposta de intervenção do Arq. Alcino Soutinho) e para o Plano da Zona Ribeirinha Nascente.





Parque Urbano de Caxinas

2000



31

O Parque Urbano foi encomendado em 1998, sob alçada do presidente Mário de Almeida, a Álvaro Siza que trabalhou com o Arquitecto Paisagista João Gomes da Silva. Precedente ao Programa Polis, a encomenda visava o desenho de um parque urbano que fosse dotado de pequenos equipamentos de valorização cultural e congregação social. Tendo inerente o objetivo de reestruturação do desenho urbano em comunhão com a valorização ambiental, pretendia-se que melhorasse a qualidade de vida promovendo o bem-estar da população. Até ao ano de 2000, apesar do projeto concluído, a obra não avançou por falta de verbas públicas. Contudo nesse mesmo ano, com a implementação do Programa Polis, a autarquia teve a oportunidade de levar avante a construção do parque.

O local escolhido compreende um terreno no interior de Vila do Conde, com cerca de três hectares, afastado da linha costeira, a norte do centro histórico, situado entre o Bairro das Caxinas (a poente), o Alto da Pêga (a nascente) e a Poça da Barca (a norte). Trata-se de um grande vazio urbano na cidade onde terá existido uma pedreira a céu aberto, e que com a sua desativação e abandono foi ocupada por vegetação sem intervenção humana [Figuras 32 e 33].

É essencial a leitura e compreensão da cidade, do local e da sua envolvente, pois estes são elementos fundamentais e justificativos do próprio desenho do projeto. Trata-se de um espaço transitório entre malhas urbanas que foram sendo construídas em momentos históricos diferentes, fazendo com que exista uma heterogeneidade no desenho urbano da cidade, seja a ortogonalidade predominante na malha urbana do Bairro das Caxinas ou a irregularidade do Alto da Pega. Estando este terreno situado entre núcleos habitacionais, após a desativação da pedreira, este terá servido à população enquanto espaço de passagem [Figura 31].

Fig. 30 - Fotografia aérea sobre o Parque Urbano de Caxinas, AMVC.

Fig. 31 - Fotografia aérea sobre o terreno do Parque Urbano de Caxinas antes da intervenção, AMVC.



Tratando-se de um projeto de espaço público, Álvaro Siza encontra no seu repertório de referências o Cemitério de Estocolmo dos arquitetos Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz. [Figura 39]. Um vasto espaço público com natureza desenhada e idealizada, com um recinto aberto ladeado por uma floresta nórdica no qual os arquitetos pontuam em locais estratégicos volumes arquitetônicos- duas capelas, e um crematório. Por entre as árvores descrevem-se os caminhos que circundam a floresta e as malhas do cemitério. Destaca-se o eixo principal, um longo caminho em linha reta, desde a entrada do complex até à Capela da Ressurreição. É uma “natureza desenhada”, na qual o terreno é também modelado. É elevado um monte arborizado que pontua o centro desta grande clareira, contrastante com a depressão no terreno que é inundada de água gerando um lago.

Em Vila do Conde, a intenção de desenho é simples e direta. À escala urbana, Álvaro Siza limita o terreno desenhando uma rua a norte partindo, assim, o terreno em duas parcelas - a norte, uma menor destinada à construção de habitações; a sul, a maior parcela, o parque urbano. Propõe ainda uma rua paralela ao parque no extremo sul, separando, assim, o parque urbano da Escola Básica 2/3 Frei João. Ainda a norte do parque, uma nova rua perpendicular subdivide a área de novas habitações em duas parcelas.

Limitando o perímetro de todo o parque com muros e gradeamentos, enuncia o parque enquanto *hortus conclusus*, pontuando no limite com aberturas nos vários cantos do terreno, nos cruzamentos e esquinas das ruas adjacentes. Desde cedo, Álvaro Siza, evidencia a sua intenção de estabelecer a relação interior/exterior do parque e da cidade com aberturas nos cantos dos muros. Nos esquiços e fotografia de maquete observamos as suas intenções de destacar os acessos ao parque com volumes singulares, uma espécie de pequenas torres de vigia ou pórticos [Figura 34]. Como se o parque se tratasse de uma fortaleza na qual o seu



interior devesse ser protegido. Um *hortus conclusus* com limites evidentemente definidos. Porém, estas ideias não passaram do papel para a realidade. Na versão final, os acessos são enunciados por portões com gradeamentos semelhantes aos restantes muros que limitam o parque, homogeneizando, assim, a leitura do limite do parque.

Partindo da leitura da envolvente, com a necessidade específica do local, projetou-se todo o chão. Deste modo, o solo é um tema fundamental deste projeto. Caracteriza-se predominantemente por uma encosta bastante suave que desce em direção ao mar. Desenharam-se pequenas ondulações que condicionam a visão e protegem os equipamentos dos ventos marítimos. No entanto, apesar de projetado, não se executaram na obra.

Em conjunto com a modelação do terreno, também a forma de percorrer o parque é idealizada enquanto ligação entre os vários acessos ao jardim. Estes caminhos, pelo seu desenho, obrigam a um prolongamento do tempo de percurso despendido para atravessar o parque. Ainda assim, existem caminhos mais diretos para o atravessamento. Estes adossam-se aos muros limite, facilitando o percurso, com uma geometria diferente - relacionados com a ortogonalidade da envolvente exterior ao parque. Em conjugação direta com o terreno desenhado, no centro do parque, nasce um lago artificial com uma forma singular.

O programa do parque urbano tem como objetivo dinamizar a população a nível cultural e social. Para isso, Siza desenha quatro volumes arquitetónicos - um centro de atividades, sanitários públicos, uma cafetaria e um volume destinado a arrumos. A localização periférica destes pequenos edifícios não compromete a unidade que é criada. Por um lado, os volumes brancos - centro de atividades e cafetaria - objetos de maior importância programática, que sobressaem pelos acabamentos exteriores. Os volumes brancos implantam-se no terreno de modo estratégico junto

a uma entrada. Seguindo a mesma estereotomia dos muros em granito, Siza desenha os lambrins como se os muros envolvessem os volumes brancos. Por outro, os volumes menores - sanitários e arrumos - que seguem mesma linguagem dos muros em granito, como de volumes monolíticos.

Os detalhes construtivos são evidenciados pelo rigor da obra. Numa procura geométrica em relação constante com a tecnologia e os próprios materiais. As caixilharias em madeira lacada a branco, que assentam em peitoris de granito, descrevem as aberturas nas várias fachadas. Possibilitando assim, entradas de luz, mais ou menos controladas, descrevendo o espaço interior.

Fig. 34 - Fotografia da maquete do Parque Urbano, Fundação Calouste Gulbenkian.



35



36



37



38

Fig. 36 - Fotografia do Café do Parque Urbano, AMVC

Fig. 35 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

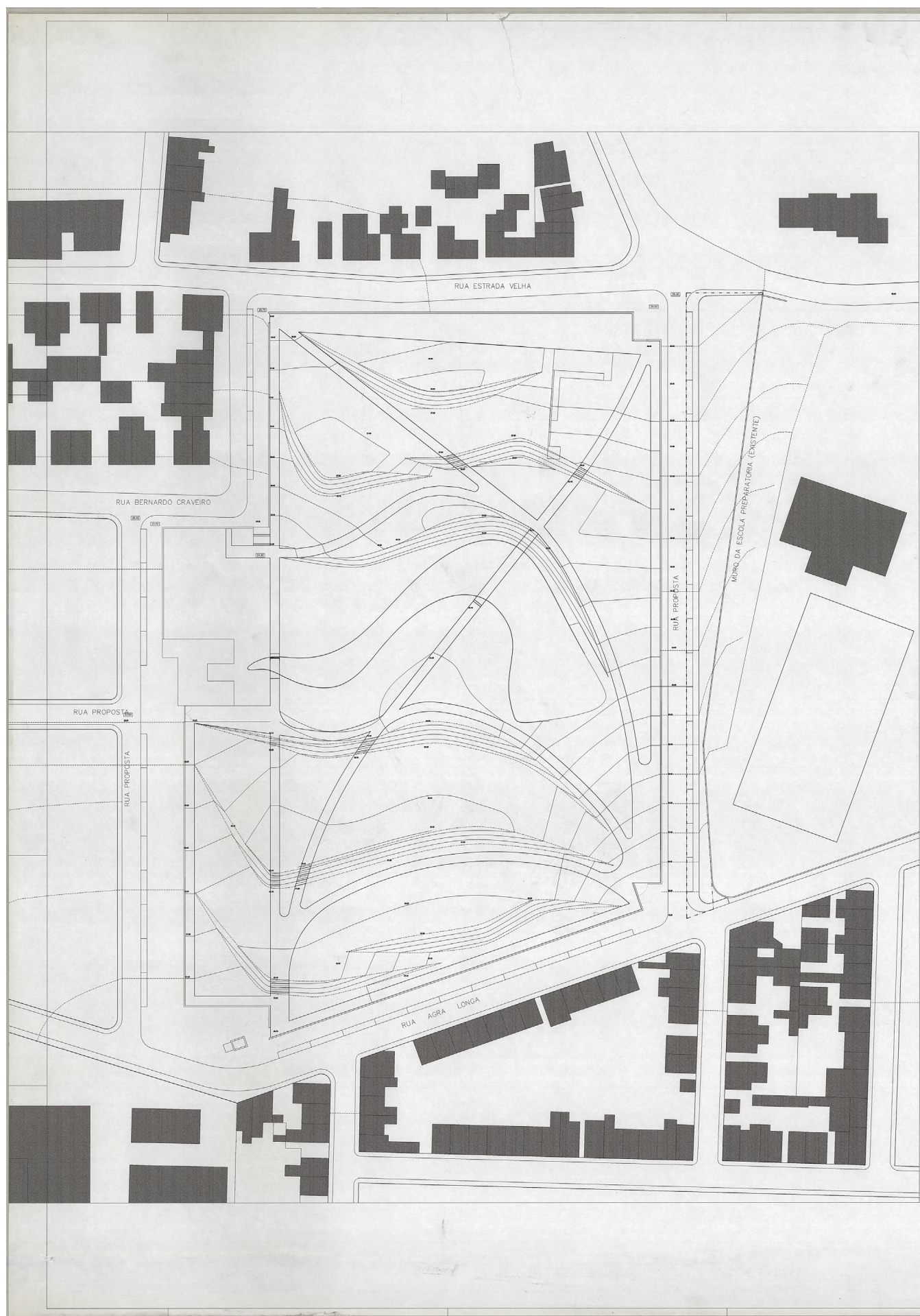
Fig. 37 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

Fig. 38 - Fotografia dos percursos do Parque Urbano, AMVC

O centro de atividades [Figura 36] foca-se na dinamização cultural da população mais jovem. A entrada principal do centro de atividades dá-se pelo exterior dos muros do parque junto a um dos portões do mesmo. Partindo de uma planta em U, desenvolve-se o programa, dividindo-se em duas alas com salas de atividades variadas - uma mediateca, uma sala de informática, uma oficina e uma sala polivalente.

Relacionado com o centro de atividades, pelo muro que limita o parque a norte, existe um volume singular cúbico adossado às escadas da entrada na da Rua Bernardino Craveiro. Este volume acolhe os sanitários públicos, seguindo a materialidade e estereotomia dos muros de granito adjacentes. A entrada dá-se pela face norte deste volume. O interior é completamente fechado ao exterior, sendo que a iluminação é artificial.

Noutra ponta do parque urbano, a cafetaria [Figura 35] foi o equipamento que mais alterou no projeto. Um pequeno volume paralelepípedo caracteriza a entrada do parque na interceção da Rua da Estrada Velha com a Rua Sra. Do Leme, a nascente, seguindo a mesma linguagem arquitetónica do centro de atividades. A cafetaria tendo aproximadamente 120m² de área bruta foi pensada para ser ocupada por um máximo de 30 pessoas. Siza desenha um espaço interior que se relaciona com o parque através de uma janela ao comprido na face poente. Um grande rasgo na fachada que abre o interior do bar para o exterior onde ladrilhos graníticos definem o espaço destinado à esplanada. Este espaço é limitado por um muro que, por sua vez, descreve o volume das arrumações e sanitários, seguindo a estereotomia e materialidade dos muros de granito.





Arq. Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz.
Tallum Woodland Cemetery. Stockholm. 1917



Arq. Pals. Seven Hansen.
Skanderborg County School. Skanderborg 1971

Arq. Pals. Torben Schonherr.
AMU Center. Ballerup 1993



Arq. Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz.
Tallum Woodland Cemetery. Stockholm. 1917



Arq. Sigurd Lewerentz.
Malmö Eastern Cemetery. 1920.

Arq. Sigurd Lewerentz.
Malmö Eastern Cemetery. 1920.

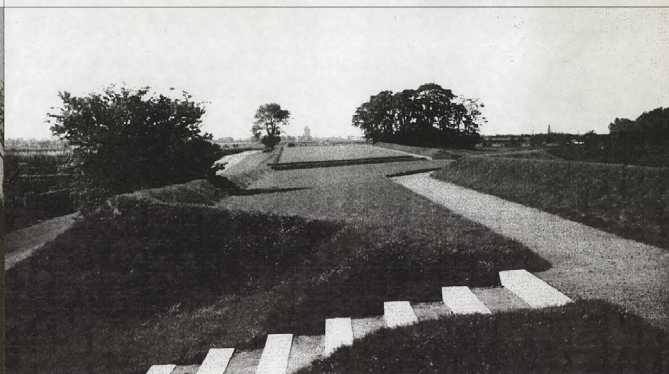


Fig. 39 - Painei Parque Urbano,
Fundação Calouste Gulbenkian.



Parque Atlântico

2003



41

A Frente Atlântica foi uma das áreas de intervenção do Programa Polis na vertente da transição entre a praia-cidade. Através da intenção de qualificar esta margem, surge na parcela sul, a possibilidade de regenerar uma zona com uma duna primária, destinada para a criação do Parque Atlântico. Esse projeto continha a duna, as avenidas perimetrais e as imediações da capela da nossa Sr.^a da Guia como área de intervenção [Figura 41].

Tendo como intenção uma maior dinamização da marginal de Vila do Conde, o Parque Atlântico nasce como um espaço de atração turística. O projeto tinha como objetivo o reperfilamento da Avenida do Brasil, em concordância com o resto da marginal e a requalificação de todo o espaço da duna primária que se encontrava danificada. Para além das questões de regeneração urbana, o parque tinha como finalidade a exploração do espaço com equipamentos de lazer incluindo um bar, um restaurante, uma discoteca e uma piscina.

A proposta, que já teria sido encomendada anteriormente, visava qualificar o remate da marginal, de acesso às praias junto à costa rochosa. A duna encontrava-se deteriorada devido aos processos de erosão por diferentes circunstâncias - a apropriação automóvel na Avenida Manuel Barros para estacionamento na época balnear [Figura 42 e 43]; as atividades de restauração e desportivas que ocorriam sobre esta e as atividades culturais relativas aos circuitos que ocupavam a duna com estruturas de apoio. A Avenida do Brasil ajustava-se à capacidade automóvel, tendo uma faixa de rodagem larga e desqualificada. As presenças das edificações de interesse público não se encontravam salvaguardadas no desenho do espaço público.

Fig. 40 - Vista aérea sobre o Parque Atlântico, AMVC

Fig. 41 - Vista aérea sobre o terreno do Parque Atlântico antes da intervenção, AMVC

Através das intenções orientadoras do Programa Polis, o projeto propunha assim um redesenho dos limites da frente marítima, com muros de contenção, sendo todo o projeto um espaço de transição entre a cidade e o mar. A via que delimita a oeste a duna da praia foi redesenhada e convertida a pedonal e ciclável, em conformidade com a recuperação feita na própria duna, com a reposição do revestimento vegetal autóctone e definição de percursos limitados de atravessamento. O novo parque de estacionamento, junto à Avenida do Brasil, num espaço paralelo à mesma, resolve a estadia balnear. Os muros de contenção são rasgados por acessos ao areal, construídos por escadas ou rampas de acesso à cota da praia. O Forte de São João e a Capela da Sr.ª da Guia recebem um redesenho de espaço público focado no pavimento e na pedonalização dos espaços circundantes. A marginal é também redesenhada com o estreitamento das vias destinadas a automóveis, obrigando um abrandamento na circulação, priorizando os passeios e trechos verdes.

A proposta materializa-se essencialmente a partir de muros de betão, passeios alcatroados, alterando, na zona de maior sensibilidade, a pavimentos em saibro ou calçada delimitado por um lancil em granito. Este lancil também demarca os diferentes usos nas vias da marginal. A arborização e a iluminação, desenhada por Álvaro Siza, reforça os eixos das vias. Esta intervenção segue em concordância com o projeto do resto da marginal por Alcino Soutinho [Figuras 47 e 48].

Em complemento deste desenho de espaço público, foram previstos diversos equipamentos de diferentes escalas. Adicionalmente, em consonância com a estadia balnear, foram planeadas algumas estruturas permanentes de bar na rampa de acesso à Praia dos Banhos e junto ao Monumento relativo à primeira tentativa de desembarque; e temporárias ao longo da marginal. Na duna primária, seriam implantados os quatro equipamentos de maior escala – desenhados



42



43

Fig. 42 - Fotografia da Avenida do Brasil, AMVC.

Fig. 43 - Fotografia da Marginal junto ao Forte, AMVC.

Fig. 44 - Fotografia dos apoios do Circuito Automóvel AMVC.

Fig. 45 - Corridas Automóvel Curva Castelo, AMVC



44



45

por diferentes arquitetos - uma cafetaria (100m²) e uma discoteca (1400 m²) de Álvaro Leite Siza (filho de Álvaro Siza); um restaurante de Eduardo Souto de Moura (500 m²) e uma piscina de água salgada (7400 m² dos quais 1477 m² de água) de Álvaro Siza.

Os equipamentos previstos nunca foram construídos, deixando a duna desocupada. A materialização do projeto apenas se concebeu no desenho de espaço público e na reestruturação da cidade. A razão pela qual nunca foram construídos estes equipamentos permanentes é incerta. Na verdade, um projeto com a ocupação da duna com equipamentos turísticos aparenta ter passado despercebido na memória. Quando questionado a alguns intervenientes, incluindo Álvaro Siza, estes não se recordam (A. Vieira, entrevista pelos autores, outubro 30, 2021) ou referem não ter passado de Estudos Prévios³ (CMVC, entrevista pelos autores, fevereiro 1, 2022). Em concordância, e tal como sucedeu com outras operações do Programa Polis, é referido que não foram realizados por falta de investimento. Contudo, o próprio Siza em entrevista ao Jornal Público, refere a não concretização destes equipamentos:

«"A mais recente piscina que projectei infelizmente não se concretizou." O arquitecto Álvaro Siza Vieira lamenta que a piscina que tinha planeado para a marginal de Vila do Conde, integrada no Programa Polis local, tenha sido abandonada pela câmara. "É uma pena, porque um projecto daqueles tem que ter âncoras para funcionar plenamente", diz, referindo-se não só à piscina, mas aos também projectados e igualmente retirados restaurante, obra de Eduardo Souto de Moura, e um night club, pelo filho de Siza Vieira. "Espero que depois não venham dizer que aquilo está sem vida", diz o arquitecto.» (Marques, 1999).

³ Durante a investigação, foram entrevistados o Arq.º Siza Vieira - que não se recordava do projeto; e alguns colaboradores da Câmara Municipal de Vila do Conde - referindo que alguns projetos não entraram em fase de execução por não haver investimento privado para os edificar. Contudo, no levantamento do material, existem projetos de execução/pré- execução de todos os equipamentos.

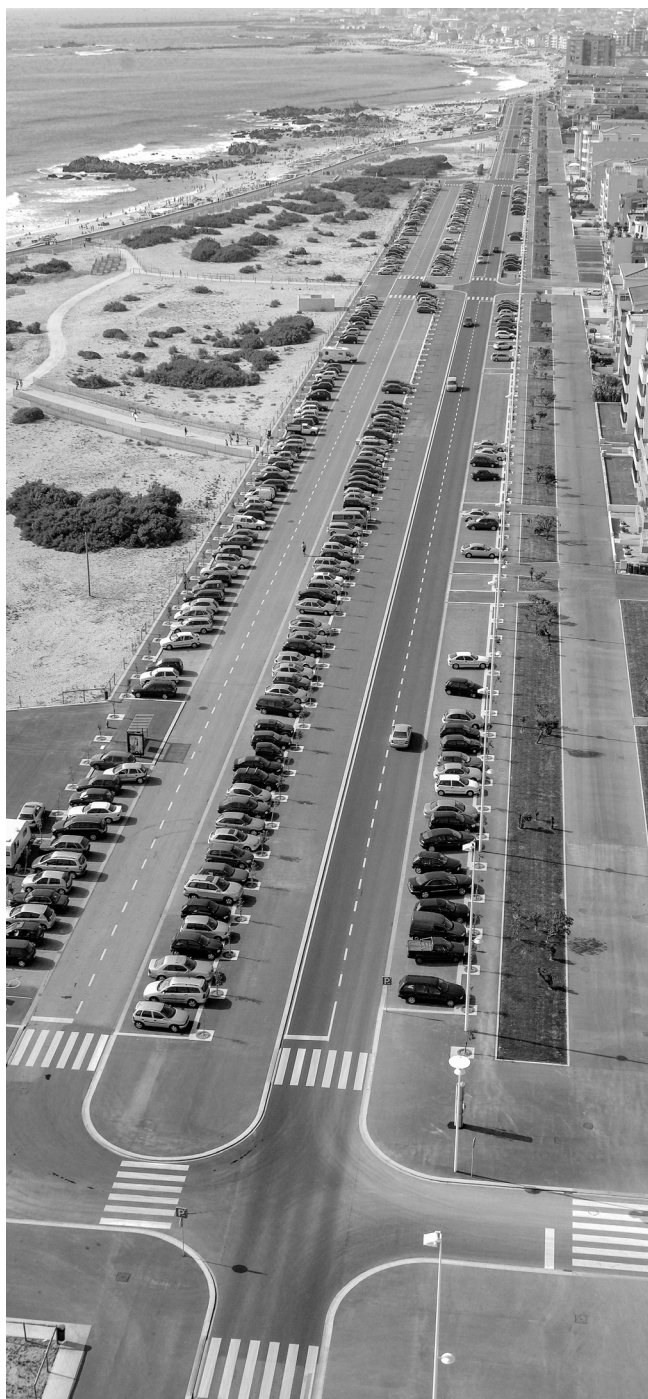
A razão pelo abandono por parte da Câmara em relação aos equipamentos é-nos desconhecida, eventualmente pelas razões de falta de investimento privado, tendo-se prolongado devido às condições económicas que Portugal enfrentaria.

Em termos práticos, quando o projeto foi concluído, este constituiu uma nova relação de continuidade entre a cidade e o mar. Outrora era, por vezes, interrompida pelos circuitos de Vila do Conde [Figura 44 e 45], que terminaram após as obras da Marginal de Vila do Conde⁴. A apropriação da população foi favorável quanto à estratégia (Entrevista CMVC, realizada pelos autores, fevereiro 1, 2022), notando apenas carências ou divergência na iluminação- relatando falta desta; e na materialização das vias - relatando excesso de alcatrão nos passeios (Marques, 2006).

Uma vez que os equipamentos não foram construídos, o projeto que subsiste hoje apresenta-se apenas como um processo de renaturalização e de conservação do espaço natural em virtude de espaço público. A presença da duna e do seu manto vegetal desempenha um papel de mediação entre a frente mar com a frente urbanística edificada, ao invés de uma barreira desequilibrada e desqualificada.



Fig. 46 - Planta de Localização do Parque Atlântico, AMVC
 A- Café de Álvaro Leite Siza
 B - Restaurante de Eduardo Souto Moura
 C - Discoteca de Álvaro Leite Siza
 D - Piscinas de Álvaro Siza



47



48



49

4 Numa entrevista à CMVC, é relatado que, frequentemente, tornava-se impossível deslocar-se às praias a sul da margem norte de Vila do Conde, devido ao Circuito de Carros. Após a conclusão do projeto, foi notável uma nova permeabilidade, em consequência do novo desenho de espaço público e do fim do Circuito. Foi ainda mencionado que os Vilacondenses se adaptaram bem ao projeto e ao desfecho do Circuito, não tendo havido grande discordância quanto ao fim deste.

Fig. 47 - Fotografia da Via Marginal junto ao Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 48 - Fotografia do Parque Atlântico na zona do Forte, AMVC.

Fig. 49 - Fotografia da maquete da Piscina do Parque Atlântico, Habitar Portugal.



Considerações Finais

Através deste trabalho, estabeleceu-se uma analogia entre uma ideia utópica de espaço público e a formulação de dois projetos de regeneração urbana de Álvaro Siza em Vila do Conde.

Quando consideramos o projeto da “Organização Insurrecional do Espaço”, a questão da duna é análoga aos projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde. De forma mais evidente, no Parque Atlântico, as dunas marcam presença no espaço público, definindo um equilíbrio entre o peso edificado e o vazio. Esta sobrepõe-se ao desenho divisório de classes, introduzindo um novo tapete natural. Libertando uma série de premissas da organização da cidade, o aglomerado de areia converte-se num novo agente gerador de espaço público, sobrepondo-se aos edifícios adjacentes. No Parque Urbano, as características formais do terreno e a sua função anterior, como elemento natural, foram imprescindíveis para o pensamento de o conformar como espaço público. Assim, os espaços verdes tornam-se num compromisso dos elementos naturais existentes e na sua valorização urbanística. Esses elementos primários, presentes no sítio, não só protagonizaram o valor do Parque Urbano, como melhoraram a qualidade da sua envolvente.

Por último, apesar de não terem sido construídos os equipamentos no Parque Atlântico, que levou a que o espaço ficasse desocupado em termos programáticos, reforçou o argumento presente neste texto - **uma duna que gerou espaço público**. Apesar da conceção do projeto se formar em torno da exploração da duna com equipamentos turísticos, a analogia com o projeto “Organização Insurrecional do Espaço” - uma duna que se sobrepõe aos processos de urbanização - especula a maior importância dos temas ambientais.

Assim elaborou-se uma narrativa histórico-argumentativa assente num pensamento de cidade sobre como **elementos naturais são potenciais geradores de espaço público** tendo como base os projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde.

Bibliografia

Andrade, D. (2017). As míticas corridas de Vila do Conde podem estar de regresso. Motor 24. <https://www.motor24.pt/sites/autosport/as-miticas-corridas-vila-do-conde-podem-estar-regresso/180223/>

Bandeira, P. (2014). Escola do Porto: Lado B. Editora Documenta.

Figueira, J. (2014). Periferia Perfeita. Caleidoscópio.

Frampton, K. (1988). Profissão Poética. GC.

Furtado, R. (2015). Complexidade e Contradição em Álvaro Siza. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto] https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37108

Gonçalves, M. (2012). Reabilitação do Centro Histórico de Vila do Conde. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80419>

Guedes, P. (2019). Metamorfose Habitacional: o Bairro das Caxinas. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade do Minho]. Repositório Aberto da Universidade do Minho. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>

Leite, J. (2007). Ordenamento do Território e Cidades: Planos Municipais, sua execução, incluindo expropriações. Associação de Municípios do Oeste. https://www.oestecim.pt/_uploads/Conferencia%20AFOeste.pdf

Levene, R. & Márquez Cecilia, F. (ed. lit.) (1999). Álvaro Siza. edição conjunta - volumes 68/69+95. Revista El

Croquis.

MAOT & CMVC. (2007). Viver Vila do Conde: intervenção Programa PolisVila do Conde / Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde; dir. de intervenção Mota de Almeida; coord. Pedro Loza ; fot. Arte Fotográfica. Vila do Conde: PolisVila do Conde

Marques, A. (2000). Cirurgia urbana de 6,4 milhões. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2000/12/05/jornal/cirurgia-urbana-de-64-milhoes-152141>

Marques, A. (2006). Mais luz e segurança necessárias na marginal de Vila do Conde. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2006/06/18/jornal/mais-luz-e-seguranca-necessarias-na-marginal-de-vila-do-conde-84744>

Marques, A. (1999). Vila do Conde com ambições. Jornal Público. <https://www.publico.pt/1999/02/03/jornal/vila-do-conde-com-ambicoes-129155>

Miranda, M. (1998). Vila do Conde. Editorial Presença.
Place, J. (1976). Histoires et tendances de l'architecture portugaise La passion d'Álvaro Siza (185). Revista L'Architecture d'Aujourd'hui.

Programa Polis. (2000). Programa Polis: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa; rev. Fernando Milheiro.

Programa Polis. (2000). Plano estratégico de Vila do Conde: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidade. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; rev. Fernando Milheiro. Lisboa: Programa Polis. M.A.O.T

Oliveira, S. (2020). O Impacto do Programa Polis na frente Marítima de Vila do Conde. [Dissertação de

Mestrado em Arquitetura, Universidade Beira Interior]
Repositório Aberto da Universidade da Beira Interior.
<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>

Ribeiro, M. (2002). Trabalho e quotidiano numa vila do litoral – Vila do Conde no século XVIII – (Volume I). [Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18636>

Rodrigues, J. (1992). Álvaro Siza: Obra e Método. Editora Civilização.

Rodrigues, J. (2006). Sociedade e Território Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado. Editora Profedições.

Rodrigues, J. (1979). Utopia, Espaço e Sociedade: Notas do Seminário da ESBAP. Editora Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Rodrigues, J. (1975). Urbanismo e Revolução. Editora Afrontamento.

Toussaint, M., Sequeira, M. (2018). Álvaro Siza Guia de Arquitetura: Projetos construídos Portugal. A+A Books.

Sousa, Joana Filipa Correia de - O impacto do programa polis : a (re) criação do espaço público urbano. - Lisboa : FA, 2017. Dissertação de Mestrado. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]. Repositório Aberto da Universidade de Lisboa.<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13905>

Vazios Urbanos em Vila do Conde
Estratégia de Grupo





Fig. 51 - Ortofotomapa de Vila do Conde, elaborado pelos autores.



Fig. 52 - Fotografia da Capela da Nossa Sr.^a da Guia, dos autores.

Vazios Urbanos em Vila do Conde

Analisando a cidade no parâmetro territorial, é perceptível identificar diferentes malhas urbanas. Os vários processos de urbanização, em diferentes épocas, originaram um tecido urbano fragmentado, criando três grandes núcleos. Essa visão, antes esplanada, é motor de desenvolvimento para o tema dos Vazios Urbanos.

Hoje, com o limite urbano meramente consolidado, por influência das Avenidas lançadas a partir do séc. XIX, não persiste a necessidade de expansão do seu limiar periurbano. Assumindo que a cidade chegou ao seu ápice de crescimento, encara-se agora os seus problemas morfológicos.

Os diversos processos de urbanização, protagonizados por diferentes malhas urbanas, enalteceu a cidade de evidentes falhas urbanísticas no seu vínculo morfológico, gerando áreas por urbanizar. Estas áreas apresentam diferentes tipologias e formatos, estando presentes em todos os núcleos urbanos.

Estas áreas, no cerne da cidade, afiguram-se de “vazios urbanos”. Esta denominação não as posiciona numa caracterização de terrenos virgens ou de carácter baldio. Algumas destas áreas encontram-se equipadas com edificação e/ou programas específicos, não manifestando uma utilização produtiva ou, de outra forma, apresentam-se na iminência de um processo de urbanização especulativo. O conceito de vazio urbano, provém da definição dada pelo Arq.º Nuno Portas:

«Vazio urbano é uma expressão com alguma ambigüidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros “vazios”, menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou

fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra.»

O Programa Polis refletia também sobre este crescimento pluriformal e os seus efeitos. Nomeando, em Vila do Conde, as frentes de água como fatores impulsionadores de coesão territorial, que careciam de qualificação urbana, concebe um plano estratégico de regeneração de espaço público, sobrepondo um novo desenho urbano capaz de solucionar falhas urbanísticas nas ligações mar/rio à cidade. Este plano, já supracitado, não só tratava desses eixos, como propunha consolidar alguns destes vazios que se encontravam na iminência de um processo de urbanização. Assim:

«podem criar-se oportunidades de intervir em áreas de tecido urbano desqualificado e pouco consolidado, quer ao nível da estrutura edificada, quer ao nível dos espaços públicos, regenerando e compatibilizando estas com a requalificação prevista para as zonas envolventes no âmbito da intervenção do Programa, que já prevê para estes núcleos a elaboração dos ajustados instrumentos de gestão territorial (...) por forma a definir padrões de qualidade urbana» (MAOT,2000)

No entanto, em Vila do Conde, a requalificação destas áreas não foi concretizada, deixando-as por urbanizar. Mediante da inevitabilidade da regeneração destas áreas carentes de relações urbanas, encarou-se para a estratégia geral a escolha criteriosa dos vazios urbanos de maior instância na sua consolidação. Estes quatro vazios [Figura 53] dispersam-se pelos três núcleos - Bairro Caxinas, Zona Balnear, Centro Histórico - conseguindo assim, alcançar integralmente diferentes vazios morfológicos da cidade.

Por via dessa seleção, é nomeada uma estrutura viária, que adquire um papel agregador das quatro áreas. Esta estrutura abrange três hierarquias de vias: congrega duas grandes Avenidas - nomeando a Avenida Marginal/



do Brasil (intervencionada pelo Programa Polis) e a via paralela composta pela Avenida Júlio Graça e a Avenida Baltazar de Couto; estas duas vias estão ligadas por vias perpendiculares - nomeando a Avenida do Ferrol, a Avenida Sacadura Cabral e, a Avenida Bento Freitas (Antiga Avenida dos Banhos); estas duas últimas vias estendem-se em direção à nacional 13 criando uma via conjunta em arco que encontra o vazio situado no centro histórico.

A nomeação destas vias, de forma a conceber a estrutura viária, contribui para a interligação de todos os vazios. Em conformidade com a tipologia das áreas delineadas, a consolidação destes lugares orientar-se-á de os evidenciar como áreas verdes, suprimindo a idealização de introduzir um modelo de urbanização especulativo, lotando as áreas de elementos construídos. Em vista disso, é idealizada para a estrutura uma transformação para que cumpra um elemento de ordenamento verde, onde sejam priorizados modelos de mobilidade suave, ao invés, da mobilidade automóvel. Inicializando esta ideia, é proposta a continuação de uma ciclovia, proposta no Programa Polis, completando-a com outros ramais de interesse ligação.

A diferenciação de malhas no tecido urbano, perante os núcleos, é resultado não só da evolução do desenho urbanístico, mas também das épocas em causa - em particular das vontades e expressões culturais presentes na evolução destas áreas

Robert E. Park, no artigo *The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment*, revelava:

«A questão é, contudo, que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral e física, e estas duas interagem mutuamente de maneiras características para moldar e modificar uma à outra. É a estrutura da cidade que nos impressiona pela sua visível vastidão e complexidade, mas esta estrutura tem a sua base, no entanto, da natureza humana, que

é uma expressão.»

Ao analisarmos a zona balnear, é possível entender a sinergia entre o lançamento das Avenidas perpendiculares e o crescimento da cultura de Veraneio em Vila do Conde. O lançamento destas avenidas resulta, aliás, da necessidade de expandir a cidade para o mar, pela crescente afluência da população aos banhos pelos benefícios terapêuticos do mar (Miranda, 2015) e por serões de entretenimento (Miranda, 1998).

«Vila do Conde, sendo dotada de uma extensa faixa territorial, reconhece assim uma possibilidade de expansão e progresso, dando início a uma transformação da sua paisagem e configuração urbana. Em 1866, como ponto de partida de um plano abrangente de ocupação do território, até então vazio, é aberta a rua - estrada dos banhos, que mais tarde tomou o nome de Avenida Bento de Freitas (...), uma linha reta de cerca de 900 m, a partir do centro histórico (...) orientada no sentido nascente-poente que desemboca numa praia na altura deserta, a praia dos banhos» (Oliveira, 2020)

As estratégias individuais partem, assim, de uma leitura precisa, da formulação da cidade nas épocas neles inseridas e no enaltecimento dessa cultura numa intervenção interligada entre a história do lugar e a inevitabilidade da consolidação do mesmo com programas de importância na atualidade, segundo também o destaque para o câmbio climático.

Fig. 53 - Ortofotomapa de Vila do Conde com a estrutura viária e os vazios urbanos, elaborado pelos autores.





Fig. 54 - Figuras Fundos de Vila do Conde 1979/2003/2021, elaborado pelos autores.

Cátia Meireles, Daniel Gomes, Maria Fróis, Ricardo Ferreira

Cátia Meireles, Daniel Gomes, Maria Fróis, Ricardo Ferreira

00

Parque Urbano
Ara.ª Sta. Vera

Apiscina no Pinhal
Daniel Gomes

Avenida Bento de Freitas
(Avenida dos Barões)

Marginal Atlântica
Arg.º Siza Vieira e Arg.º Alano Soutinho

Revitalização do Mercado Municipal de Vila do Conde

Café (não construído)
 App. Álvaro Leite Siza.

Entre o Mar e o Rio

Restaurante (não construído)
 Rua 2, Fátima, Curitiba, Paraná

Discoteca (não construído)

Discoteca (não construída)
— 6.º Andar Leung Sze

Parque Atlântico
Aç.ª São Vicente

Piscinas [Ver fotos y precios](#)
[Arq.º](#) [Sza](#) [Vie](#)

Parque Ribeirão de Azurara
— Jac. Dos. Laura Costa

Foto: Sir John Poots

Cais Cultural da Seca do Baciahau



Fig. 56 - Fotografia Capela da Nossa Sr.^a da Guia, Fotografia dos autores.

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo (...)
José Saramago, O Caderno (2009)

Cais Cultural da Seca do Bacalhau

Proposta integrada no antigo Campo da Seca do Bacalhau





Fig. 57 - Fotografia bacalhoeiro solitário a bordo do seu dóri, de Alan Villiers, Museu Marítimo de Ílhavo

Introdução

A investigação partiu do interesse particular pelos espaços expectantes da cidade, grandes bolsas de terreno baldio aos quais denominamos de “vazios urbanos”. Vazios estes que nada têm de vazio. Pois são ricos de natureza que perdurou com o tempo. Ricos em memórias, todos eles com um cunho marcante em Vila do Conde. Seja um Pinhal; um grande terreno baldio; um espaço de Mercado; um parque Atlântico; ou até um Campo da Seca do Bacalhau.

De forma a unificar as propostas de grupo compreendeu-se a estrutura viária da cidade no seu todo, propondo um corredor verde que agregasse, também, as obras de Álvaro Siza. Propondo um corredor verde e circular, ao longo da linha de costa marítima, desde Caxinas até ao centro histórico pela frente ribeirinha, e vice-versa. Um percurso de mobilidade suave que se agrega aos grandes “vazios urbanos”, enunciados anteriormente e que com a Arquitetura se tornam valências de programas, mas em que o espaço público e verde são preponderantes nas estratégias individuais.

Este capítulo segue a primeira abordagem geral à cidade de Vila do Conde, houve ainda espaço para o aprofundamento de uma proposta individual. O local onde, em tempos, se localizou a Seca do Bacalhau, despertou particular interesse pela força do conjunto de toda a foz do Ave que compreende o Parque Atlântico de Álvaro Siza, a Capela e o Forte. O local de intervenção encontra-se descaracterizado da sua génese, sendo quase como um espaço sobrando na cidade; Um espaço solto, que quebra a transição da frente marítima para a frente ribeirinha. O ar melancólico que se fez sentir na primeira abordagem ao lugar, pelos tons cinzentos do céu e a chuva, geraram um tom quase neorrealista no imaginário.

Uma inquietação - quase inexplicável - foi o ponto de partida pela busca de compreender melhor a história do local, a cultura em volta da pesca, mais especificamente do bacalhau. Questionando a abordagem especulativa do plano de pormenor em vigor, propôs-se um programa de cariz cultural, que conjugado com o redesenhar do chão da frente ribeirinha pudesse criar uma nova centralidade, sem desrespeitar a memória do local, a cultura e a natureza.

«Até Senhora da Guia
Me deixava ir devagar,
Até Senhora da Guia
Que entra já dentro do mar.»

José Régio, Poesia I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004





A foz do Rio Ave

O primeiro grande assentamento populacional em Vila do Conde acontece junto ao leito do Rio Ave: ambiente preferido em relação ao ambiente mais agreste que se verifica na costa atlântica. Como tal, a foz do rio Ave teve um desenvolvimento urbano mais lento em relação aos centros urbanos de Caxinas e Vila do Conde, daí o seu cariz rural. O solo, predominantemente, dunar da costa marítima estendia-se para as margens da foz do rio. Consequentemente, as construções eram escassas e consistiam essencialmente em construções de madeira.

A foz do Rio Ave foi, desde os primeiros assentamentos populacionais, a porta comercial de Vila do Conde. Como tal, houve necessidade da construção de posto de segurança. No extremo sudoeste de Vila do Conde, num pequeno cabo rochoso é construída uma plataforma onde se ergue a Capela da Nossa Senhora da Guia. A sua construção remonta ao séc.X, este terá sido o primeiro posto de segurança na foz. A sua presença é inconfundível pela forma como se implanta sobre uma plataforma, por entre as rochas, e de onde se erguem os muros que a circundam. Esta parece desafiar a dureza do mar atlântico temido por muitos.

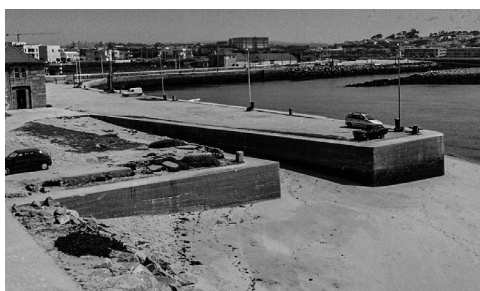
Mais tarde, no séc. XIV, é lançada a primeira pedra para erguer um forte militar, o que viria a ser o forte S. João Baptista, estrategicamente posicionado sobre a duna para controlar a entrada e saída de embarcações do rio Ave. Este é um dos grandes elementos que demarcam a sua imagem na paisagem da frente marítima de Vila do Conde. Já no séc. XX, os limites das margens da foz foram redesenhados, erguendo-se muros de contenção de maciços graníticos ⁵, destruindo a continuação do areal da praia fluvial da Nossa Senhora da Guia. Gerou-se então um terreiro plano de solo arenoso.



60



61



62

⁵ Reutilização das cantarias da antiga Ponte de Pedra que atravessava o rio Ave junto ao Convento de Santa Clara. A ponte derrocou por consequência de cheias no séc. XIX - <https://viladoconde.com/a-ponte-de-pedra/>

Fig. 60 - Fotografia Construção dos muros do Cais da foz do Ave, 1930, AMVC

Fig. 61 - Fotografia sobre o cais e campo da seca, 1985, AMVC

Fig. 62 - Fotografia sobre o cais e campo da seca, 2003, AMVC

Com as epopeias da pesca do bacalhau houve necessidade da construção de estruturas para a seca do bacalhau em grande escala. Por todo o litoral português, nos vários portos, criaram-se semelhantes estruturas. Vila do Conde não foi exceção; dotada de uma exposição solar constante, um terreno plano e de fácil acesso ao mar, a foz do rio Ave era o local ideal para o assentamento da indústria da seca do bacalhau. Nos primórdios do séc. XX surgiram o primeiro armazém e a primeira área de estendais. Rapidamente houve necessidade de acrescer o processo da secagem de bacalhau. Para tal ampliou-se a área de estendais da seca, construíram-se mais alguns pequenos edifícios de apoio e arrumos. Em 1958 é construído outro grande armazém, que ainda subsiste. Este sofreu ainda alguns acréscimos nos anos que se seguiram. Por fim, em 1966, o conjunto estabiliza em termos de construções. Com o fim do Estado Novo (1974) erradicaram-se as grandes campanhas de pesca do bacalhau. Progressivamente se vai desmantelando as áreas de seca, assim como os equipamentos. A falta de mão-de-obra e a industrialização do tratamento das pescas também foram mote para a erradicação da prática da seca. Como tal as instalações foram deixadas ao abandono até aos dias de hoje.

A conhecida “curva da Seca”, tal como o seu nome indica, era uma curva do percurso das corridas de carros, em Vila do Conde, que passava no campo da Seca, uma curva perigosa e acentuada. Vila do Conde ganhou fama pelas corridas de grande escala e consequentemente procurou-se criar condições de segurança, tanto para os automobilistas, como para os espectadores; montaram-se rails ao longo do percurso, nos troços mais perigosos. A “curva da Seca” não foi exceção. Por consequência, o conjunto de armazéns, assim como os esteios que restavam, foram limitados por rails. Gerou-se recanto recôndito onde foi abandonado o conjunto, deixando-o à margem da cidade para ser consumido pelo tempo.



63

Fig. 63 - Fotografia histórica sobre o Campo da Seca do Bacalhau Capela Nossa Srª do Socorro e o Convento de Santa Clara, AMVC

Fig. 64 - Fotografia Aérea sobre a foz do rio Ave e Campo da Seca do Bacalhau, AMVC







Fig. 65 - Colagem de Fotografias aéreas sobre o campo da Seca do Bacalhau, 2005, AMVC



Com o Programa Polis, em 2004, surge a oportunidade de revitalizar a foz do Ave, seguindo uma lógica ambiental de revitalização da cidade no seu contínuo. Como foi referido anteriormente, o arquiteto Álvaro Siza desenhou o Parque Atlântico. Neste projeto, incluiu-se também o redesenho da área circundante à Capela da Nossa Sra. da Guia e o Parque do Castelo. Ainda no âmbito do Programa Pólis, é construído o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), no outro extremo da foz.

Para o antigo Campo da Seca foi também proposto um plano de pormenor. Este plano de pormenor consistia na revitalização da marginal ribeirinha assim como da área restante de estendais e armazéns da seca. Passa-se a enumerar os principais objetivos:

A) Requalificar e valorizar a área de intervenção, salvaguardando a sua identidade própria e memória histórica e incentivando o seu uso coletivo.

B) Garantir o desenvolvimento de propostas detalhadas de organização espacial, destinadas a orientar os projetos de execução de infraestruturas e dos edifícios.

C) Promover a instalação de espaços lúdicos, recreativos e comerciais, incluindo um posto de abastecimento de combustíveis.

D) Assegurar a coerência do tratamento do espaço público com as restantes ações de valorização da orla fluvial.

em Diário da República - II Série nº208 - 3 de setembro de 2004

A proposta passava pela demolição integral do conjunto de construções de apoio à seca do bacalhau, de modo a possibilitar a construção de novas estruturas seguindo a mesma implantação das já existentes. As áreas de esteios restantes seriam apagadas em grande parte, sendo preservada uma área mínima, desrespeitando a memória do local. O programa estabelecido propunha a construção de um posto de abastecimento de

combustíveis assim como de cinco estabelecimentos de restauração - tendo cozinha especificamente focada na concessão de pratos de bacalhau - duas lojas comerciais e quatro bares. Segundo os elementos gráficos do plano de pormenor, podemos observar a intenção de redesenhar os limites da estrada com passeios de calçada granítica, prolongando a tectónica dos passeios de Vila do Conde.

O plano de pormenor da Seca do Bacalhau não foi doravante por falta de investimento privado - e eventualmente da população de Vila do Conde - mantendo o Campo da Seca do Bacalhau devoluto, descaracterizado e desapegado da cidade; um espaço impraticável e descontínuo. Dado o seu avançado estado de degradação, grande parte do conjunto de construções foi demolido em 2016 [Figura 66] deixando apenas o maior armazém de pé e vestígios das antigas construções, na forma de lajes de betão no solo arenoso. Sobre esta intervenção a então Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, Elisa Ferraz, afirmou:

“(...)a ideia não é construir. Foram retirados os rails, demolido o barracão e, agora, será apenas arranjado o piso, criada mais uma zona de estacionamento e um largo passeio entre a Seca do Bacalhau e o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, de forma a permitir o acesso às praias a todos (...)”⁵

Esta intervenção melhorou a estética do local, consolidando ainda a estrutura do armazém preservado, assegurando a sua integridade. Contudo, Elisa Ferraz afirma que o local ainda está expectante de investidor privado para assegurar a materialização do plano de pormenor correspondente ao Programa Polis.

Mais recentemente, em 2020, o antigo armazém da Seca e a zona de esteios foram classificados como Conjunto de Interesse de Municipal⁶.

Está prevista ainda a reabilitação do antigo armazém, com o objectivo de o converter num Centro de Artes Náuticas, onde se fará a exposição de embarcações, preservação e estudo das artes tradicionais da construção naval, uma arte secular de Vila do Conde.



67

⁵ Numa entrevista à rádio Onda Viva FM, retirado de <http://jornal-renovacao.pt/2016/05/camara-cria-passeios-e-estacionamento-na-zona-da-seca-do-bacalhau/>

⁶ “10 março - em reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila do Conde, deliberou-se por unanimidade, classificar o edifício da antiga Seca do Bacalhau e da zona adjacente dos estendais da seca do bacalhau, como Conjunto de Interesse Municipal; 02 abril - publicação da deliberação Camarária a determinar classificar o conjunto, em Aviso n.º 5675/2020, DR, 2.ª série, n.º 66/2020” em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=36290

Fig.67 - Fotografia da demolição do armazém da Seca do Bacalhau, disponível em: <https://hortelitoral.tv/vila-do-conde-seca-do-bacalhau-vai-ser-dignificada/>

Fig. 68 - Colagem Alçado principal - Elaborado pelo autor. 2021





Estratégia

Pela compreensão do local é perceptível a necessidade da continuação da leitura do espaço público no seu todo. Dada a sua quebra pela descaracterização do antigo Campo da Seca propõe-se o redesenho do chão assente em novos muros que limitam a frente ribeirinha. O corredor verde, proposto no capítulo anterior, enuncia uma rede viária de mobilidade suave, pressupondo uma proximidade constante com a natureza. Este trecho do corredor verde é um ponto de charneira, fundamental entre o Parque Atlântico e o Centro Histórico. A ciclovias descreve-se em paralelo à estrada, um troço mais movimentado, e por isso justifica-se esta opção. Em relação com o rio, desenha-se o passeio ribeirinho sobre o limite dos muros de granito que convergem para um terreiro de saibro estabilizado por onde se acede à praia fluvial.

Mudando o paradigma do plano de pormenor em vigor, pretende-se que a especulação comercial seja ultrapassada pela proposta de um programa público que fomente a cultura e a agregação social. Com um pé no passado e outro no futuro, seguindo lógicas

construtivas que remetem para a arquitetura vernacular mas com os devidos ajustes tecnológicos do presente. Olhando para o local compreende-se a desordem dos limites do lote. Devido ao rápido crescimento da cidade, no final do séc. XX e início do séc. XXI, a área dunar sofre de um planeamento urbano dubio. Um desenho urbano em leque, onde são construídos edifícios de habitação coletiva e na franja mais para fora, habitações unifamiliares. Em tensão com o Campo da Seca, os limites deste novo aglomerado urbano são completamente deficientes na sua relação com o rio e a cidade.

A estratégia procura resolver os limites urbanos do bairro envolvente da cota superior à do campo da Seca. De modo a colmatar a deficiência nos limites do bairro, desenham-se muros de contenção ortogonais aos eixos orientadores do projeto. Estes muros suportam duas plataformas, à cota do bairro, que por sua vez servem de transição entre a cota superior e a cota inferior (campo da seca).

“A paisagem da natureza, sem construções, não é mais que um luminoso deserto; e toda a paisagem que hoje vivemos e conhecemos é obra do homem.” (Rossi 1977)

Fig. 69 - Ortofotomapa sobre os limites do campo da seca e o bairro envolvente, do autor, 2022

Fig. 70 - Fotografia sobre os limites do campo da seca e o bairro envolvente, do autor, 2022





71

Fig. 71 - Fotografia sobre o armazém devoluto e campo da seca, do autor, 2022

Fig. 72 - Fotografia sobre o campo da seca do bacalhau, do autor, 2022





Fig. 73 - Panorâmica sobre a margem sul do rio Ave

Assim como nas Piscinas de Leça da Palmeira de Álvaro Siza “o vigor geométrico afirma-se à organicidade dos rochedos e do mar.” (Rodrigues, 1996)

O desenho dos muros do cais é um prolongamento dos muros pré existentes da frente ribeirinha. Em conjugação com a geometria do local estes geram um terreiro elevado à cota do nível médio do rio.

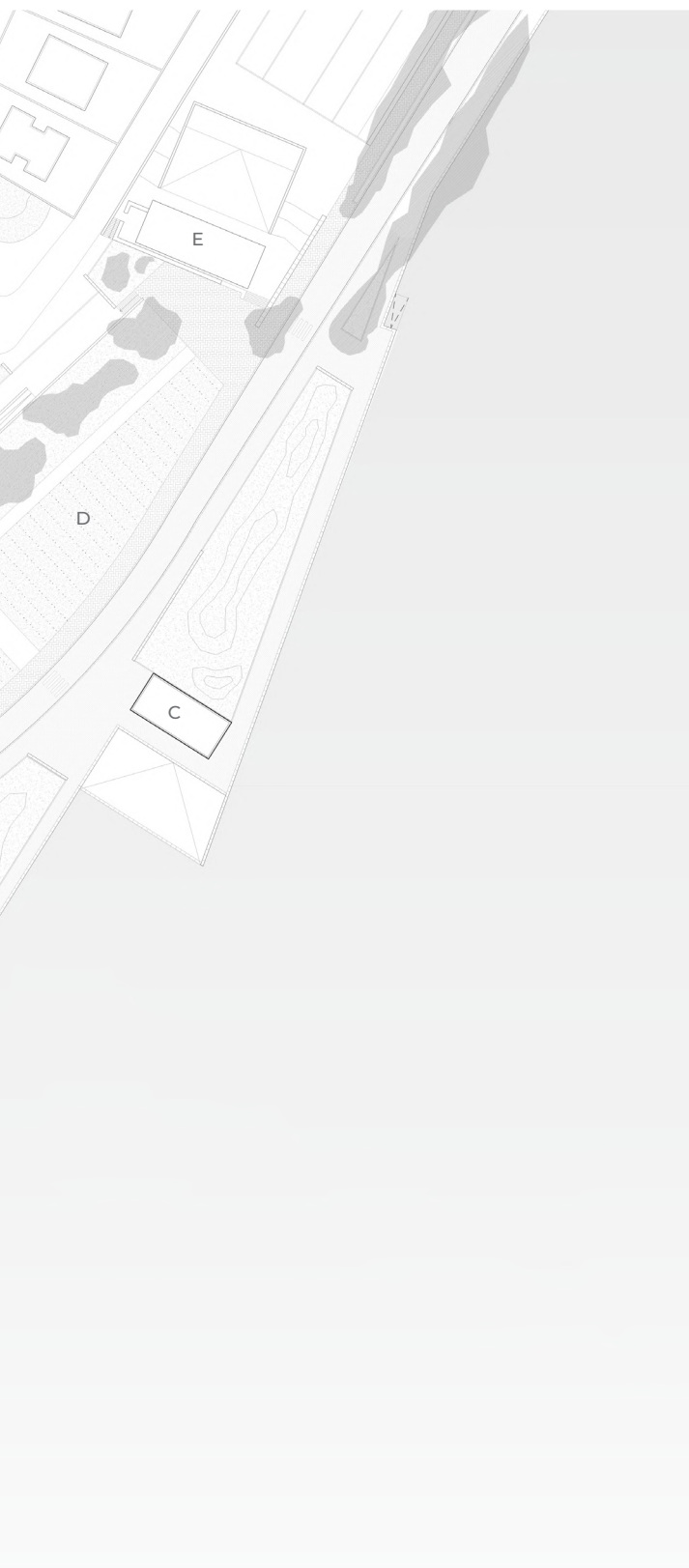
O espaço gerado entre os muros compreende a reposição de bolsas dunares e vegetação autóctone, seguindo a linguagem de Álvaro Siza no Parque Atlântico. Esta atitude remete também para o Antepiano de Urbanização de Agostinho Ricca realizado em 1951 [ver página 33, Figura 19]. Este espaço compreende uma utilização informal e todo o conjunto do projeto é entendido como uma nova centralidade - um cais cultural. Deste modo, a proposta é constituída três volumes fundamentais: um Centro Cultural (elemento desenvolvido no presente trabalho); a ruína do armazém da seca do bacalhau e o Clube Fluvial Vilacondense (cuja nova implantação proposta é resultado da estratégia de grupo que compreendia a mudança do mesmo para este local, de modo a ter uma relação mais próxima com o rio, tendo acesso direto por uma rampa que segue a lógica dos muros de suporte).

Seguindo os eixos fundamentais da cidade, justifica-se a implantação da construção do Centro Cultural. A geometria ortogonal ao cardo decumanus sendo cardo a alameda e decumanus as avenidas que rasgam a cidade em direção ao mar. Outro eixo fundamental na concessão do espaço público é o do armazém devoluto que é preservado.

Contrariando a implantação anterior do armazém e as restantes construções do conjunto demolidas, o novo edifício implantou-se em paralelo à avenida Júlio Graça. Em tensão com os muros do bairro e os muros construídos, o edifício é afastado destes, de forma a criar espaço público. Para colmatar os limites das áreas de esteios da seca do bacalhau é proposto um passadiço de madeira, que assenta sobre o solo dunar. Seguindo os eixos fundamentais do projeto, este passadiço rasga

o lote de uma ponta à outra. Um percurso interpretativo da Seca do Bacalhau, que também serve de transição entre o bairro e o rio. As marcas das construções antigas são preservadas e enaltecidas pelo levantar de muretes no lugar onde, outrora, estavam as paredes, que ao interceptar com o passadiço abrem-se gerando espaços de estar.





Legenda:

- A. Centro Cultural
- B. Antigo armazém da Sec do Bacalhau
- C. Clube Fluvial Vilacondense
- D. Área de esteios da Seca
- E. CMIA
- F. Praia fluvial da Seca do Bacalhau

0 50



Fig. 74 - Planta de implantação, do autor

“Os limites são normalmente, mas nem sempre, as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes. (...) Enquanto a continuação e a visibilidade são cruciais, os limites não devem ser necessariamente, impenetráveis. Muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isoladora” (Lynch, 1989)

O projeto tem dois volumes de duas natureza distintas: um armazém devoluto, mantido estruturalmente e preservado, e outro construído de raiz que substitui as construções demolidas, segundo as novas regras de implantação e lógica construtiva.

O primeiro, o armazém que perdurou no tempo, é a marca da Seca do Bacalhau, em conjunto com os esteios de pedra; consumido pelo tempo e pela falta de uso, o armazém encontra-se devoluto e desocupado. Restam apenas as marcas do tempo e alguns utensílios usados na pesca e na seca do pescado, que foram deixados e esquecidos no interior do armazém.

Na aproximação ao local, a figura do armazém destaca-se na paisagem pela sua unidade compacta, geometria coesa e ortogonal; um paralelepípedo imperfeito, austero e pesado. Atracado no solo arenoso, junto ao rio Ave. Uma falsa simetria é desmascarada ao olhar mais atentamente para o alçado que dá para a Avenida Júlio Graça. Apesar de entaipados, os vãos fazem-se sentir pelas marcas diferenciadas nas paredes rebocadas. Em ambos os extremos do volume também se compreende a falsa simetria: são simétricos a eixo, mas não um com o outro. Voltado para o interior do lote (o bairro) o alçado é cego, tendo apenas pequenas aberturas circulares que asseguravam alguma ventilação. Esta parede serve ainda como muro de contenção do talude que se faz sentir entre o bairro e o campo da Seca.

Existe falta de evidências concretas que ilustram a ocupação e o funcionamento do espaço, mas pelas

fotografias do interior podemos tirar ilações sobre os modos de uso do mesmo. O piso térreo - mais compartimentado - tinha as condições necessárias para o processo de conservação das pescas. Eventualmente, também, para a administração e gerência da indústria. No piso superior, uma grande nave que pode ser descrita como um espaço aberto e amplo. Este espaço deverá ter sido utilizado como um salão de arrumos e possivelmente para o desenho de embarcações conhecida como a “Sala do Risco”, pelas suas características espaciais: um salão amplo, o que fazia deste espaço o local ideal para o desenho das peças das embarcações.

“valorizar o local para seja apropriável fisicamente das formas mais livre possível” (Rodrigues, 1996)

A abordagem a este volume recupera a investigação desenvolvida em grupo na primeira parte do trabalho: a utopia das dunas propostas invadirem o projeto serve como mote fundamental para a conceção do espaço público. A análise anterior sobre o Parque Atlântico e o Parque Urbano permite a compreensão de elementos naturais, destacando-se a areia, que tem a capacidade de se converter no agente gerador de espaço público, sobrepondo-se aos edifícios existentes.

Fig. 75 - Fotografia do interior do armazém, nave do piso superior. Paulo Renato, 2011. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/lbrondi/6407551385/in/photostream/>

Fig. 76 - Fotografia do interior do armazém, nave do piso superior. Paulo Renato, 2011. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/lbrondi/6407553485/in/photostream/>

Fig. 77 - Fotografia do interior do armazém, piso térreo. Paulo Renato, 2011. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/lbrondi/6407549743/in/photostream/>



75



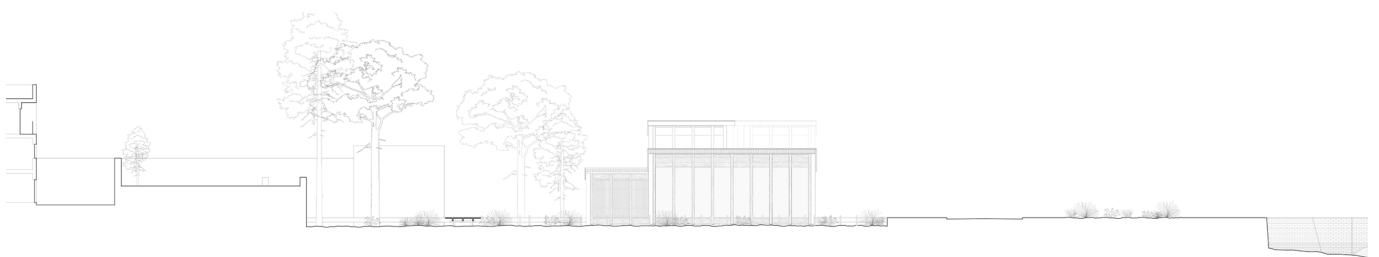
76



77



78



79



80

O segundo, o edifício que compreende o programa específico do Centro Cultural de Vila do Conde segue uma linguagem que se assemelha à arquitetura vernacular da orla costeira portuguesa. Um volume paralelepíptico, com uma base regular retangular que se desconstrói com base nas pré-existências e nas necessidades programáticas. Partindo de uma geometria regrada, à semelhança dos esteios graníticos da Seca do Bacalhau, gerou-se a métrica de eixos estruturais. Esta métrica, sendo uniforme ao longo da obra, cria um efeito visual regrado e ritmado. A cércea do antigo armazém estabelece o limite da altura da nova construção.

O programa fecha-se sobre si mesmo, abrindo-se para o espaço verde entre os muros do bairro e a proposta, criando uma grande tensão entre o interior e o espaço verde no exterior. A rua, dado o seu movimento automóvel, justifica então esta opção conceptual e recupera a imagem do armazém que existiu neste mesmo local. Uma fachada francamente aberta, onde os acessos principais eram feitos pelas extremidades, deixando uma grande nave no seu interior, pouco compartimentada. Contudo, o volume abre-se para a rua num ponto fundamental. Através da pré-existência de uma árvore, aliada à geometria da implantação do armazém pré-existente. Descreve-se, então, a entrada principal para o Centro Cultural de Vila do Conde.

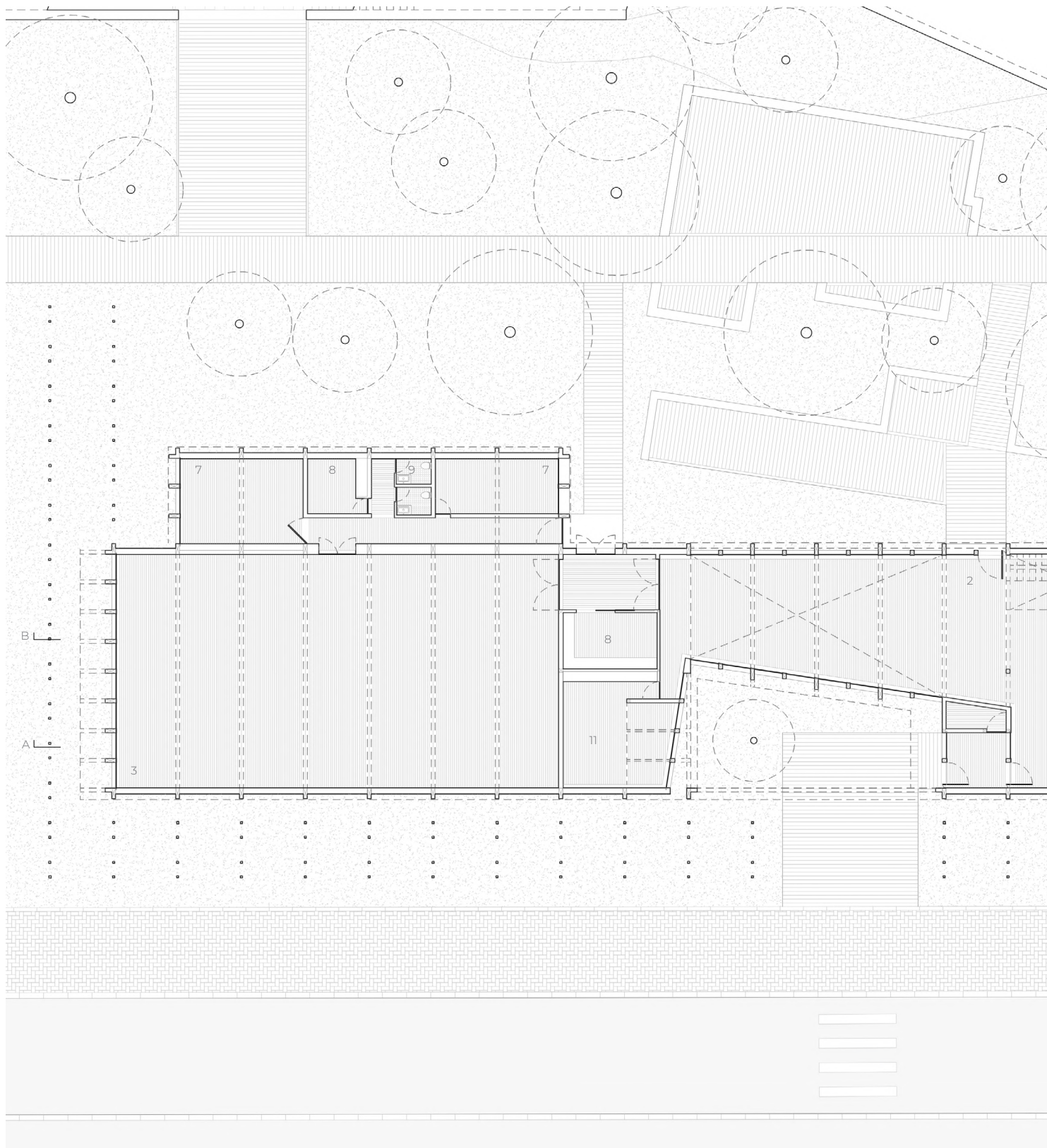
No interior, um átrio de recepção que distribui o programa. À cota da rua, no piso térreo um *foyer* que encaminha ao auditório, um amplo espaço polivalente, que se abre para a maior área de esteios da Seca e para o Parque do Castelo. Ainda no piso térreo, um salão polivalente com duplo pé direito com flexibilidade programática para albergar diferentes atividades: sala de dança, oficinas de arte e ginásio. Este espaço tem a possibilidade de ser subdividido consoante as

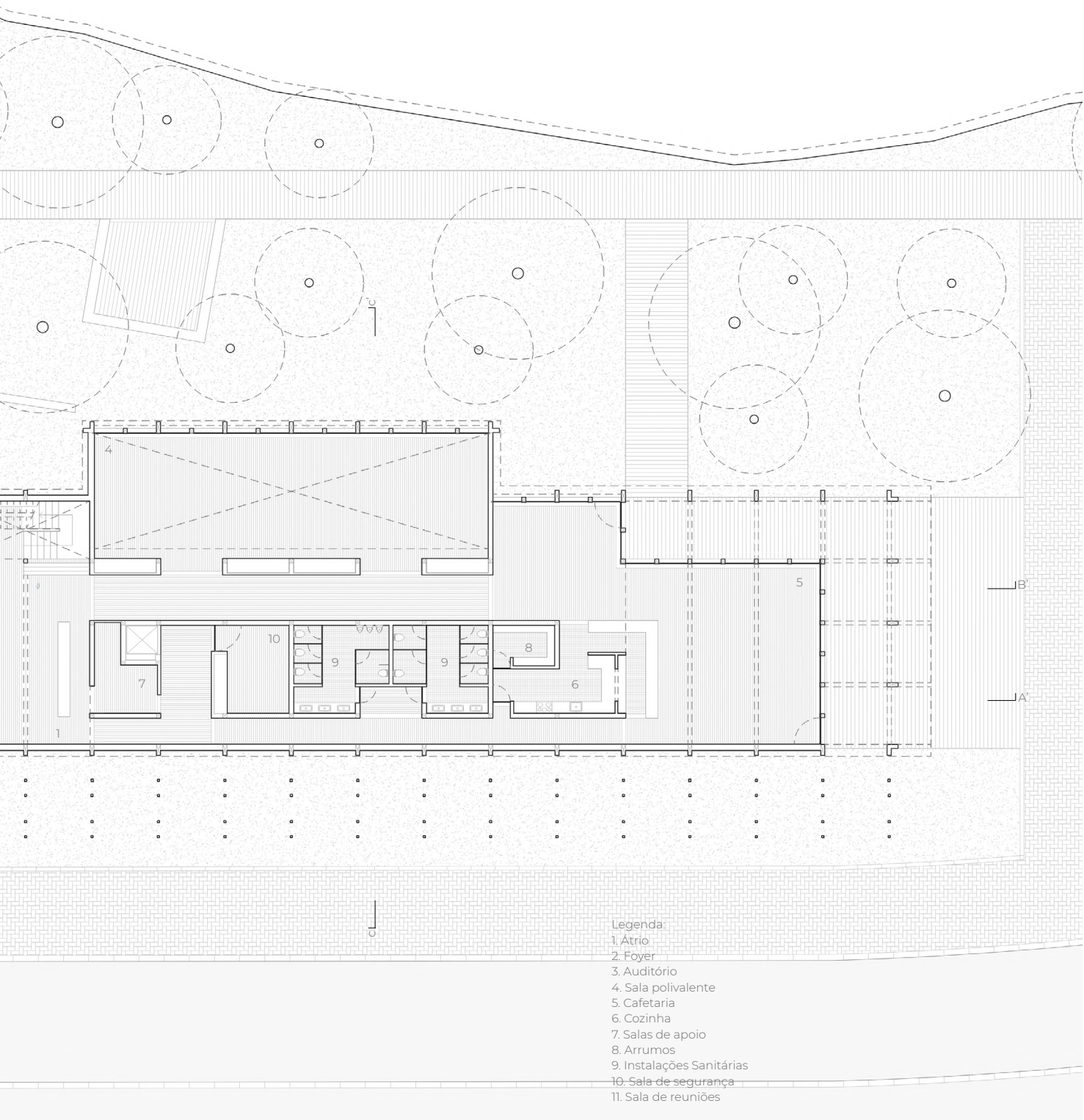
necessidades de quem o ocupa. Por via de cortinas fixadas nas vigas de madeira que suportam o piso superior em mezanine.

A cafetaria, no extremo norte do volume, abre-se para o Armazém da Seca e para a praça que é gerada entre os dois volumes. A cafetaria tem, ainda, uma relação visual com o rio Ave.

O piso superior caracteriza-se pela sua unidade programática remetendo para as naves dos armazéns. Funciona em mezanine para o *foyer*, uma área mais reservada, um salão que compreende uma pequena biblioteca com duas salas de estudo mais reservadas. Há também uma cobertura praticável sobre a cafetaria que se abre uma panorâmica sobre a foz do rio Ave e Vila do Conde.

Fig. 78 - Fotografia sobre o campo da seca do bacalhau e o antigo conjunto de apoio. A estrada ainda demilitada pelos *rails*, 2002, AMVC
Fig. 79 - Corte relação da proposta com o rio e a envolvente
Fig. 80 - Alçado desde a Avenida Júlio Graça







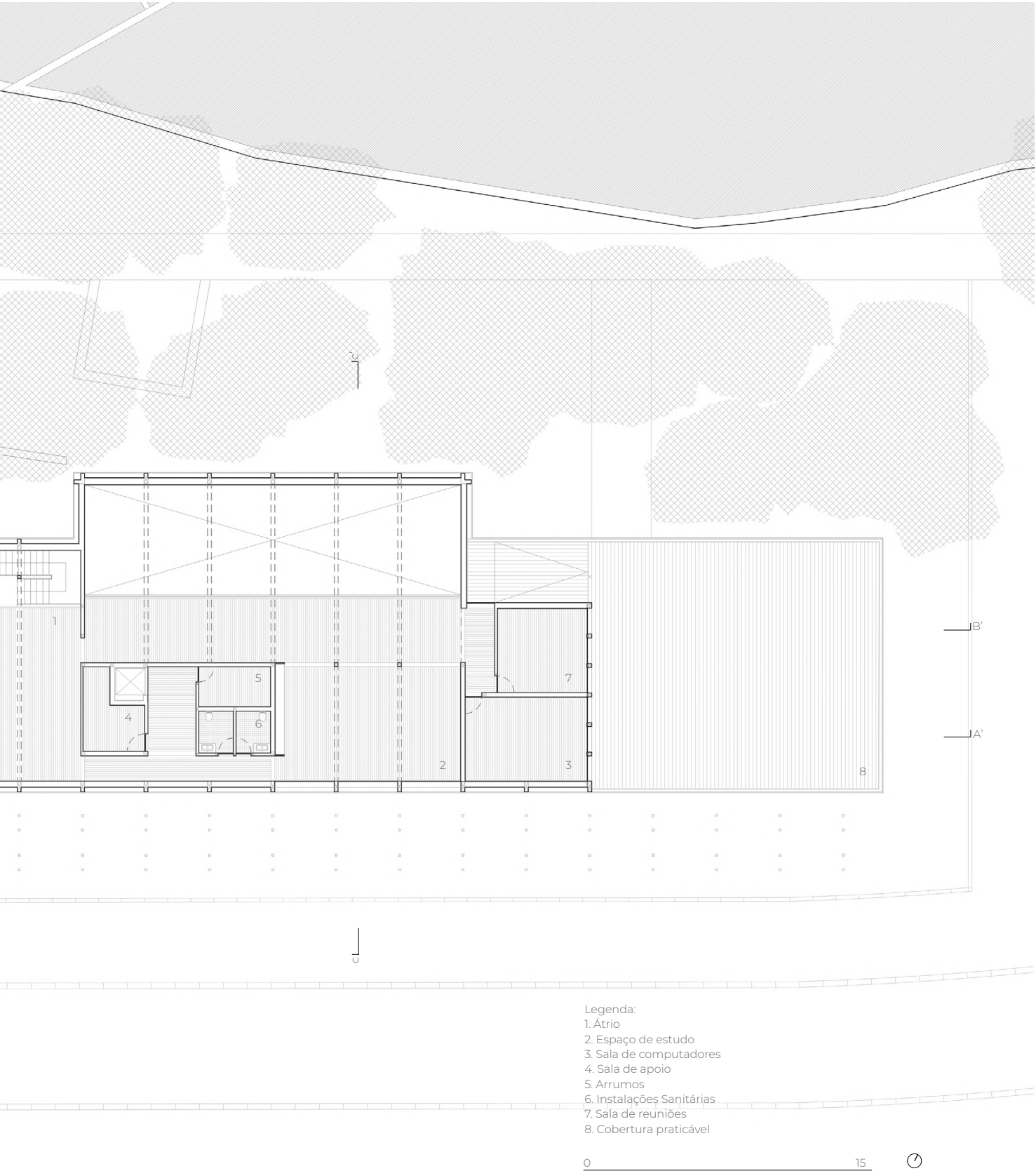
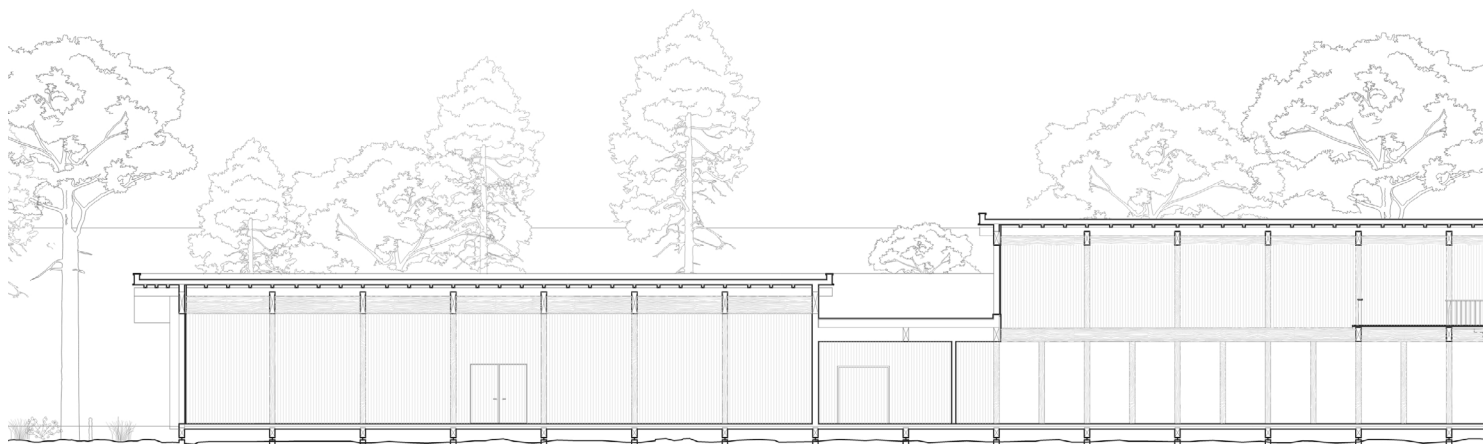
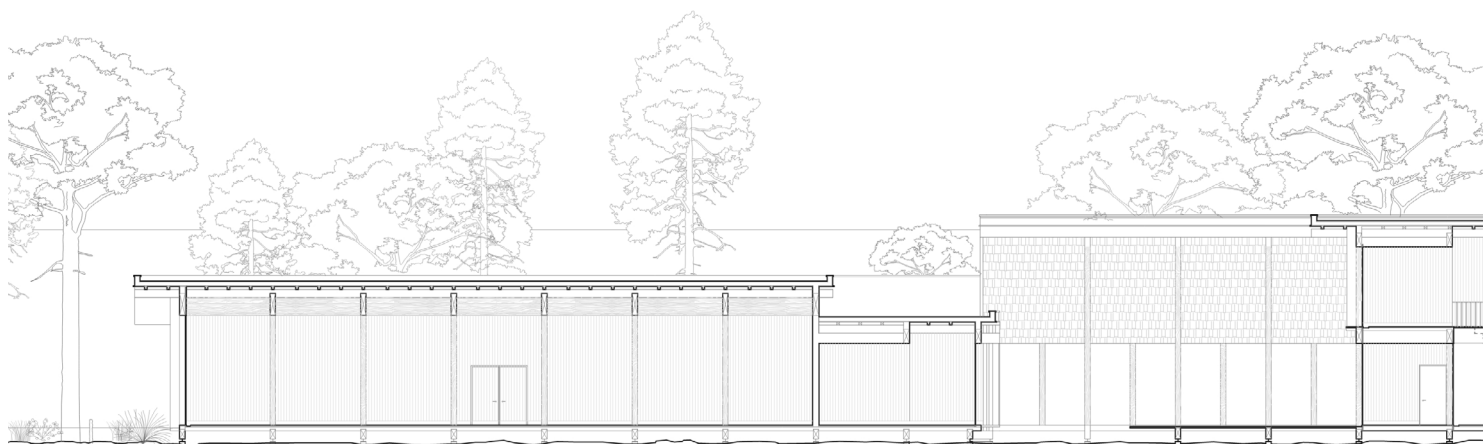
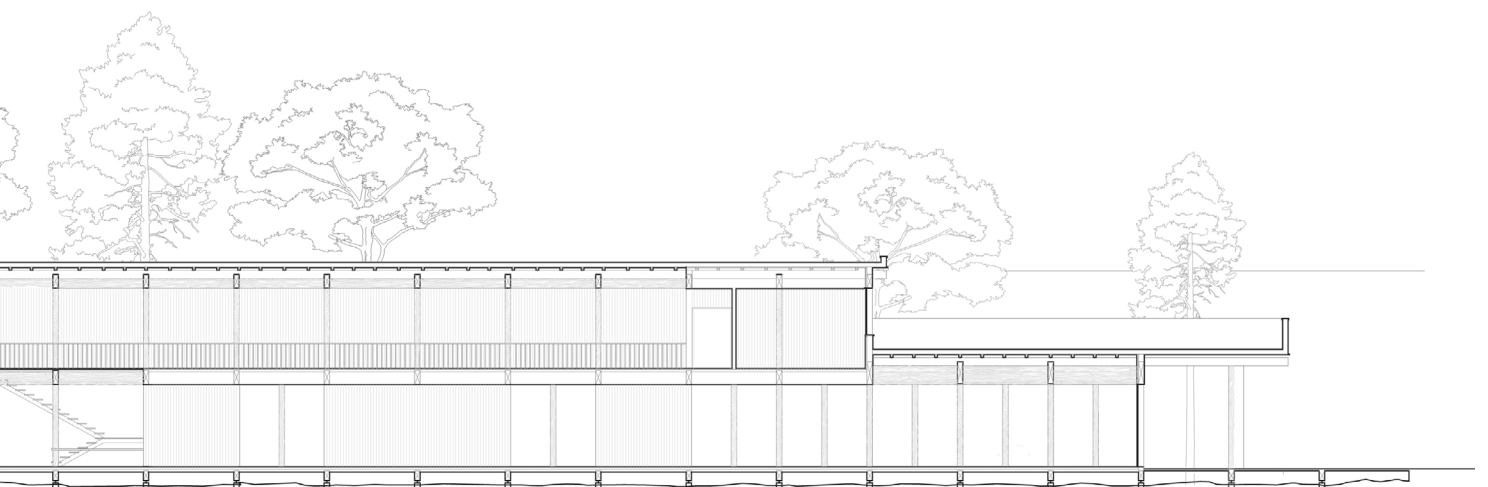
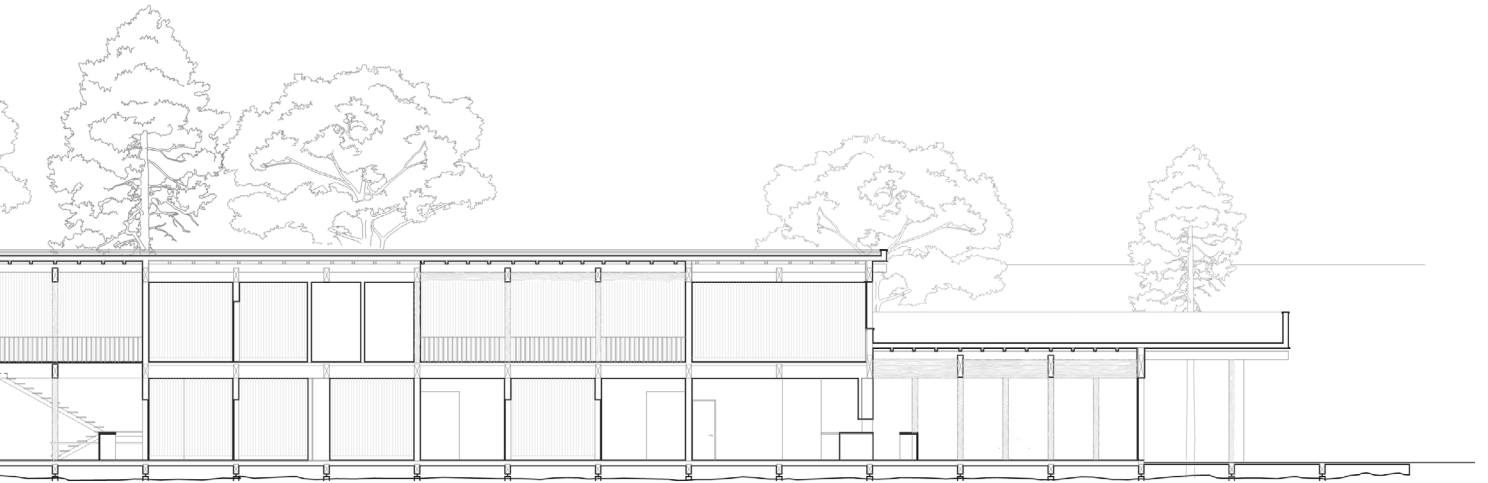


Fig. 82 - Planta piso superior





0 15

Fig. 83 - Corte AA'
Fig. 84 - Corte BB'



“Em verdade há que defender (...) os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas.” (Távora, 2006)



86



87

A materialização do projeto explora o saber artesanal da construção em madeira, recuperando nesta solução construtiva a narrativa dos artífices treinados nos estaleiros que fabricavam os barcos de pesca.

Seguindo uma matriz de eixos, o projeto constrói-se a partir de pórticos de madeira laminada colada. Estes assentam numa malha de madeira e fundações de estacas de betão semi-enterradas, fazendo com que o edifício “flutue” no solo arenoso proposto. Esta forma de construir sublinha o encontro entre a tradição da construção em madeira e a construção contemporânea. Assim, graças a materiais e técnicas de construção atuais, a estrutura de madeira permite a abertura de grandes vãos e o desenho de espaços mais amplos, abrindo a possibilidade de diferentes ocupações.

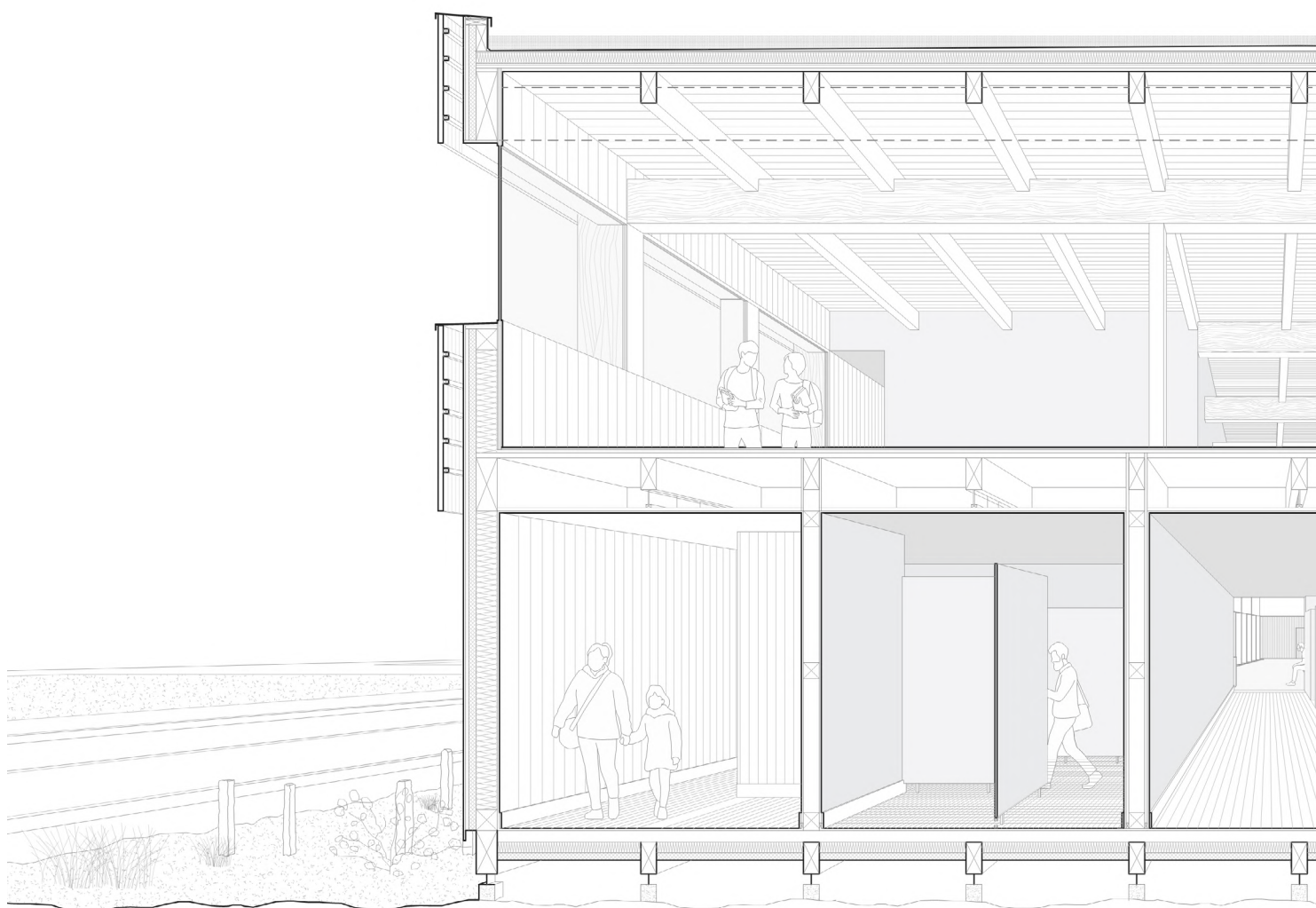
A forma do projeto se relacionar com a frente ribeirinha procura de certa forma evidenciar o ritmo que os pilares em madeira sugerem. O exterior é revestido a madeira num tom escurecido com acabamento a óleo - típico das construções tradicionais da orla costeira - contrasta com a leitura do interior, que através do tratamento da madeira (lacada a branco) acaba por encontrar uma leitura mais leve e atual.

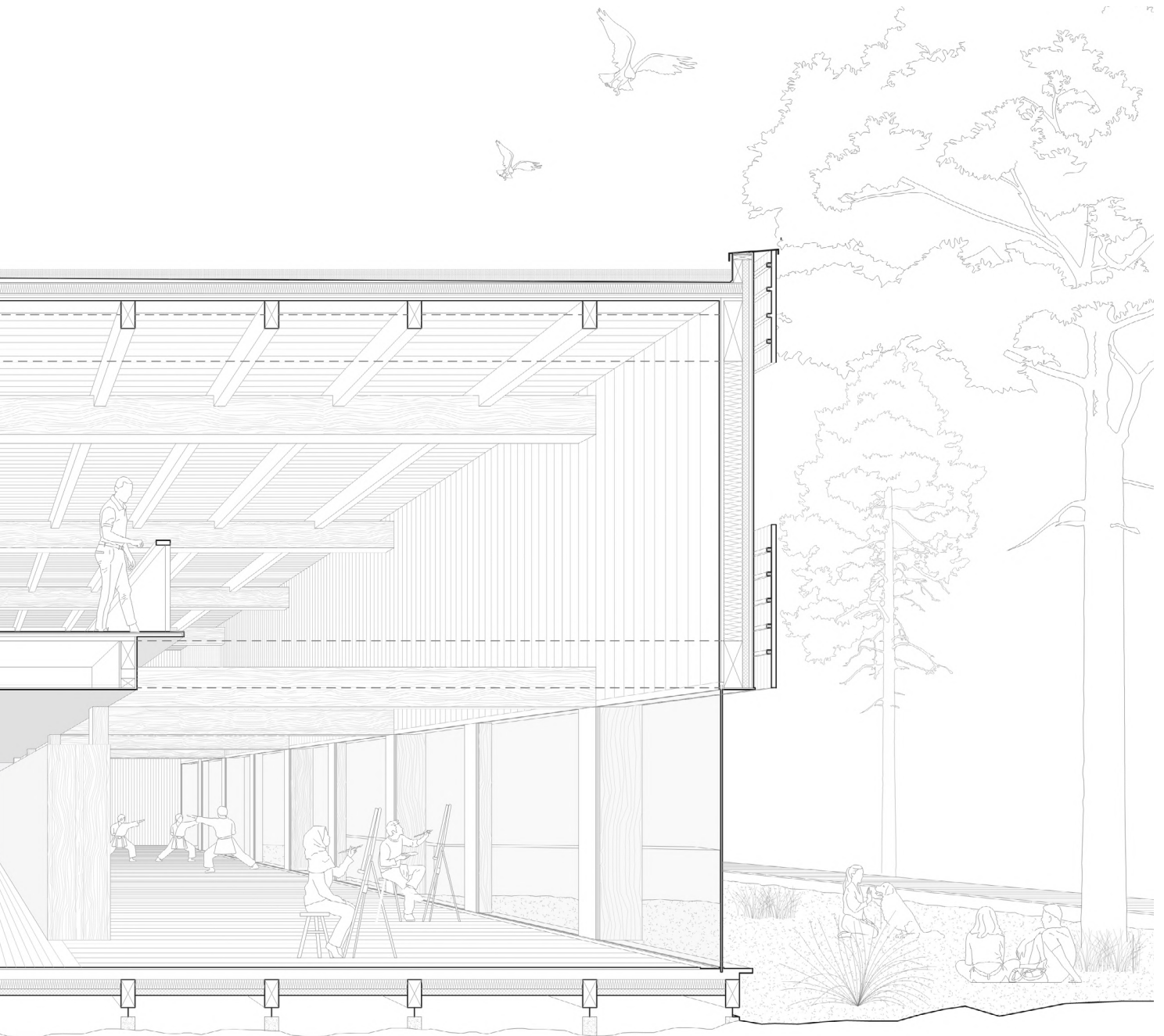
7 Tavares, D. (2018). Casas na Duna. Porto: Dafne Editora

Fig. 85 - Fotografia histórica, Casas-barco, Figueira da foz, Exposição *O Mar é a Nossa Terra*, Miguel Figueira

Fig. 86 - Fotografia histórica, Casa de pescadores, Vila do Conde, 1920, AMVC

Fig. 87 - Fotografia Histórica, Palheiros na praia de Vila Chã, Vila do Conde, 1920, AMVC





0 5
Fig. 88 - Corte CC'



Fig. 89 - Fotografia histórica colorizada, vista sobre o cais de Vila do Conde, 1930, AMVC

Memória, elemento gerador de arquitetura

Em entrevista com o arquiteto Álvaro Siza (Outubro de 2021), quando questionado acerca do seu entendimento sobre o que era a monumentalidade, este gracejou dizendo que fez o exercício de «consultar o dicionário» e que monumentalidade estaria inteiramente relacionada com a memória; a nossa memória coletiva.

Álvaro Siza nunca refutou a ideia da sua arquitetura ser resultado de uma interpretação única de um repositório imenso de referências. Pelo contrário, afirma “As referências são os instrumentos que um arquiteto possui; é o seu património de conhecimentos, de informações. Elas são a soma de todas as experiências que é possível conhecer e empregar.” (Beaudouin & Machabert, 2009), este absorve todo o conhecimento visualmente armazenando-o na sua memória, como uma biblioteca de pistas para pôr em prática na sua arquitetura. Aldo Rossi afirma que a observação é a «mais importante educação formal» (Rossi, 2015)

Deste modo, compreende-se que o papel do arquiteto passa por procurar compreender as memórias coletivas dos locais onde intervém. Cada caso é único, as vivências do arquiteto, pessoais e intransferíveis, e a interpretação dessas memórias resultam numa resposta arquitetónica. O processo consiste ainda no confronto da realidade com a procura da resolução do problema. A memória entra neste processo enquanto elemento transformador do pensamento e permite a compreensão do local. Contudo, a arquitetura não é apenas um resultado do subconsciente - as memórias e referências arquitetónicas, com a maturação dos projetos, são seletivamente escolhidas.

No caso do Cais Cultural da Seca do Bacalhau, a memória também é motivo catalisador do projeto. Nunca sendo uma âncora, mas sim um ponto de partida. Uma “metamorfose” entre o passado e o presente. “a forma foi-se construindo entre a análise racional e a paixão

poética” (Rodrigues, 1996)

O espaço público é gerado com base na leitura do território, na cultura e nas vivências. Seja o Cais Cultural da Seca do Bacalhau uma nova centralidade na foz do rio Ave. Seja o Cais Cultural da Seca do Bacalhau um espaço de passagem entre a frente marítima e o centro histórico. Que a memória do espaço perdure.

Seja a nostalgia um mote arquitetónico.

Bibliografia

Livros:

Beaudouin, L., Machabert, D. (2009) *Álvaro Siza - Uma questão de medida*, Caleidoscópio_ Edição e Artes Gráficas, SA

Siza, A. (2009). *01 Textos*. Porto: Civilização Editora

Siza, A. (2013). *Imaginar a Edvidência*. Lisboa: Edições 70

Rossi, A. (1981). *Autobiografia Científica*. Massachusetts: MIT PRESS

Lynch, K. (1989). *The image of the City*. Massachusetts: MIT PRESS

Régio, J. (2004). *Poesia I*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Rodrigues, J. (1996). *Teoria da Arquitectura: O Projecto como Processo Integral na Arquitectura de Álvaro Siza*. Porto: FAUP Publicações

Tavares, D. (2018). *Casas na Duna*. Porto: Dafne Editora

Távora, F. (2006). *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações

Park, R., (1915). *The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment*, American Journal of Sociology, Volume 2013, N.º5, The University of Chicago Press

Portas, N. (2000). *Vazios Urbanos e planeamento das Cidades*. Caderno N.º2. https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142195938/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO_versao%20final.pdf2009

Dissertações:

CORREIA, Cláudia Cristina Santos Pestana - Memórias: a memória como matéria arquitectónica. Lisboa: ISCTE-IUL, 2018, Dissertação de Mestrado. Disponível em: [www:<http://hdl.handle.net/10071/19392](http://hdl.handle.net/10071/19392)

Anexos

Componente gráfica.



A investigação partiu do interesse particular pelos espaços expectantes da cidade, grandes bolsas de terreno baldio aos quais denominamos de "vazios urbanos". Vazios estes que nada têm de vazio. São espaços ricos em natureza que sobreviveram ao tempo ricos em memórias, todos eles com um único marcante em Vila do Conde: Seja um pinhal, um grande terreno baldio, um espaço de Mercado, um parque Atlântico ou até um Campo da Seca do Bacalhau.

De forma a unificar as propostas de grupo compreendemos a estrutura viária da cidade no seu todo, propondo um corredor verde que agregasse, também, as obras de Álvaro Siza. Um corredor verde e circular, ao longo da linha de costa marítima, desde Caxinas até ao centro histórico pela frente ribeirinha, a vice-versa. Um percurso de mobilidade suave que se agregasse aos grandes "vazios urbanos" enunciados anteriormente, e que com a Arquitetura se tornam valentes de programas, mas em que o espaço público e verde são preponderantes nas estratégias individuais.

Pela leitura do território compreende-se a fragmentação de tecido urbano nesta área. A constituição de um novo núcleo habitacional do final do séc. XX desrespeita o anseio de Agostinho Ricca que propunha a reserva das dunas primárias. Partindo de uma geometria ortogonal do restante bairro balnear a norte. Com isto gerase um limbo físico entre o rio e o bairro. Este que virá costas ao rio.

Então, a proposta passa por unificar a frente marítima e o centro histórico pela frente ribeirinha que se encontra descaracterizada. A ligação com a cidade é continuamente procurada com toda a área envolvente. É esta ligação que determina a vida do programa e a sua relação com a cidade.



1915
Assentamentos pontuais. A foz do rio Ave era marcada por ter um cariz rural. O Forte São João Baptista e a Capela da Nossa Sr.ª da Guia marcavam a paisagem.
A área de estêreo da Seca do Bacalhau ainda era reduzida. Só um armazém estava construído.



1975
A paisagem da foz do rio Ave sofre uma grande alteração, em 1950, com a construção dos muros de suporte do cais. A praia fluvial é erradicada. O campo da Seca do Bacalhau aumenta de escala, exigindo uma maior área de estêreo. As construções de apoio também sofrem acrescentos ao longo dos anos chegando à sua forma final em meados dos anos 50.



2022
Atualmente o campo da Seca do Bacalhau encontra-se descaracterizado. Em 2016 grande parte do edifício de apoio da seca é demolido. Sendo apenas preservado o maior armazém.
Grande parte dos estêreos foram retirados. Na frente ribeirinha encontra-se um grande terreno onde outrora terá sido a praia fluvial.

Legenda:
A. Caís Cultural da Seca do Bacalhau
B. Requalificação Mercado - Cais Maritimos
C. Companhia de Saneamento - Maria João Amorim
D. A Praia no Pinhal - Daniel Cordeiro
E. Parque Ribeirinho - Álvaro Siza
F. Bairro Borges & Imber - Álvaro Siza

Planta de localização
Escala 1:4000





O projeto tem dois volumes de duas naturezas distintas: um armazém de devoluto, mantido estruturalmente e preservado, e outro construído de raiz que substitui as construções demolidas (no seguimento do plano de posterior inserção no Programa Polis), segundo as novas regras de implantação e lógica construtiva.

Contrariando a implantação anterior do armazém e as restantes construções do conjunto demolidas, o novo edifício implantou-se paralelo à Avenida João Cracca. Em tensão com os muros do bairro e os muros construídos, o edifício é afastado destes, gerando espaço público. Para combater os limites das áreas de esteios da seca do bacalhau e proposto um passeio de madeira, que pousa sobre o solo arenoso. Seguindo os eixos fundamentais, este passeio rasga o lote de uma ponta à outra. Um percurso interpretativo da Seca do Bacalhau, que também serve de transição entre o bairro e o rio.

As marcas das construções antigas são preservadas e enaltecidas pelo levantar de muretes no lugar das paredes outrora demolidas. Que, por sua vez, quando interceptados com o passeio estes abrem-se gerando espaços de estar.



Revitalização da praia fluvial do Campo da Seca.
Com a erosão sedimentar, a praia desapareceu. Compreende-se que com a maré cheia o areal fique submerso.



Rampa de acesso ao rio Ave
Em conjugação com as novas instalações do Clube Fluvial Viazcondense. Esta rampa possibilita uma relação direta com o rio.



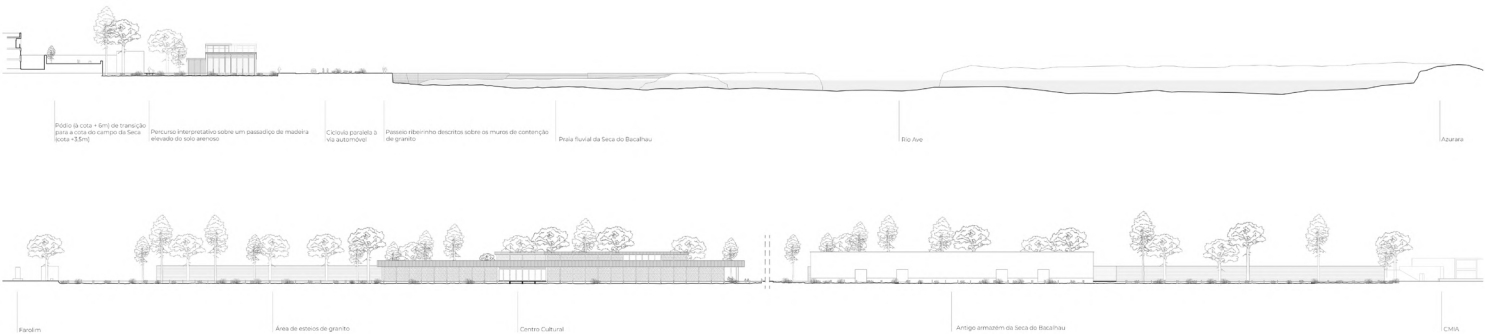
A semelhança de Alvaro Siza no Parque Atlântico, propõe-se a **renaturalização dunar e a reposição de vegetação autóctone** que possa estabilizar o solo.

Terreiro de saibro estabilizado O espaço gerado entre os muros e as novas bolas dunares compreende uma utilização informal. Seja espaço público, um espaço de estadia e observação da natureza, rio e margem sul do mesmo, seja para realização de eventos variados.

Legenda:
A. Centro Cultural
B. Armazém Armazém da Seca do Bacalhau
C. Clube Fluvial Viazcondense
D. CMA

Planta de implantação
0 50m

"Os limites são normalmente, mas nem sempre, as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes (...) Enquanto a continuidade e a visibilidade são cruciais, os limites não devem ser necessariamente impenetráveis. Muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isoladora."
LYNCH, K. - The Image of the City, 1959, pp. 73-7



O edifício que compreende o programa específico do Centro Cultural de Vila do Conde, segue uma linguagem que se assemelha à arquitetura vernacular da orla costeira portuguesa. Um volume paralelepípedo, com uma base regular retangular que se desconstrói com base nas preexistências e nas necessidades programáticas. Partindo de uma geometria regradada, à semelhança dos esteios graníticos da Seca do Bacalhau, gerou-se a métrica de eixos estruturais. Esta métrica, sendo uniforme ao longo da obra, cria um efeito visual regrado e ritmado.

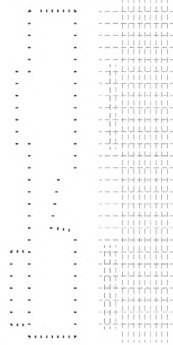
O programa fecha-se sobre si mesmo abrindo-se para o espaço verde entre os muros do bairro e a proposta, criando uma grande tensão entre o interior e o espaço verde no exterior. A rua, dado o seu movimento automóvel, justifica então esta opção conceptual. Recuperar memória da imagem do armazém que existiu neste mesmo local. Uma fachada fracamente aberta, onde os acessos principais eram feitos pelas extremidades, deixando uma grande nave no seu interior, pouco compartimentada.

Contudo, o volume abre-se para a rua num ponto fundamental. Através da preexistência de uma árvore, aliada à geometria da implantação do armazém pré-existente. Descreve-se, então, a entrada principal para o Centro Cultural de Vila do Conde.

No interior, um átrio de recepção que distribui o programa. A cota da rua, no piso térreo, um foyer que encaminha ao auditório, um amplo espaço polivalente, que se abre para a maior área de esteios da Seca e para o Parque do Castelo.

Ainda no piso térreo, um salão polivalente com duplo pé direito com flexibilidade programática para albergar diferentes atividades: sala de dança, oficinas de arte e ginásio. Este espaço tem a possibilidade de ser subdividido consoante as necessidades. Por via de corrimãos fixados nas vigas de madeira que suportam o piso superior em mezanine.

A cafeteria, no extremo norte do volume, abre-se para o Armazém da Seca e para a praça que é gerada entre os dois volumes. A cafeteria tem, ainda, uma relação visual com o rio Ave.



Sistema de eixos estruturais

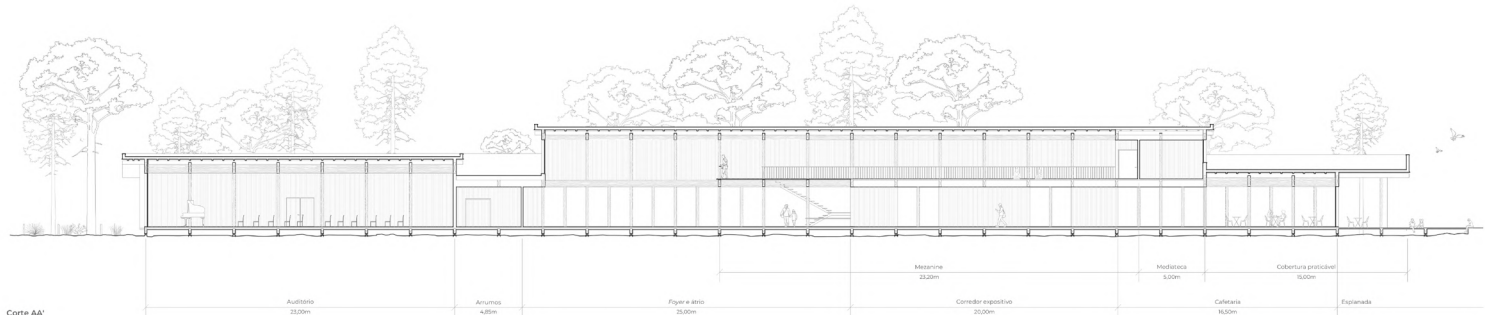
Pórticos de madeira lamelada colada com variantes de vãos e alturas. As vigas têm um afastamento regular de 3,30m a eixo. As contra vigas seguem uma métrica de 1,60m a eixo.

Legenda:

- 1. Átrio
- 2. Foyer
- 3. Auditório
- 4. Espaço polivalente
- 5. Cafeteria
- 6. Cozinha
- 7. Salão de exposições
- 8. Armazém
- 9. Interacção Semanal
- 10. Sala de reuniões
- 11. Sala de reuniões

Planta piso térreo

Escala 1:200



Corte AA'



O piso superior caracteriza-se pela sua unidade programática remetendo para as naves dos armazéns. Funciona em mezanine para o foyer, uma área mais reservada, um salão de convívio, uma pequena biblioteca com duas salas de estudo mais reservadas. Há também uma cobertura praticável sobre a colónia que se abre uma panorâmica sobre a foz do rio Ave e Vila do Conde.

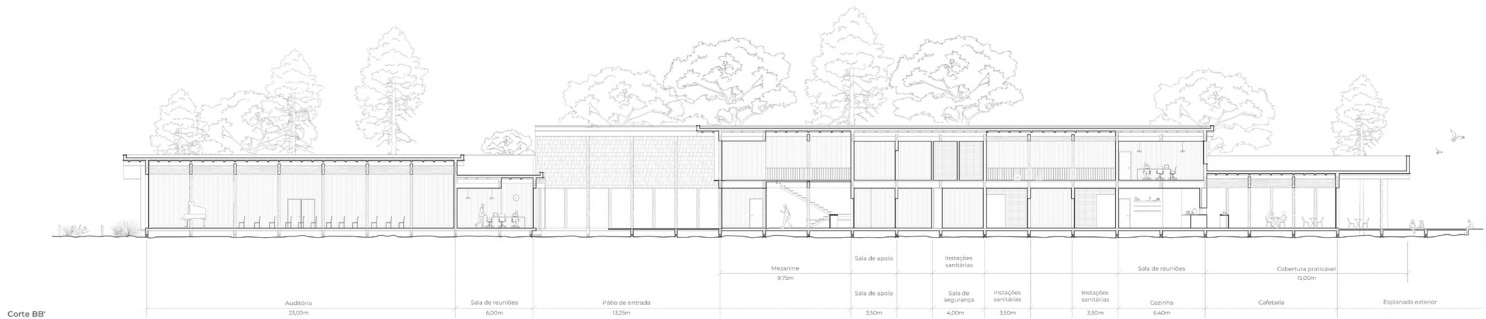


Diagrama de cheios e vazios

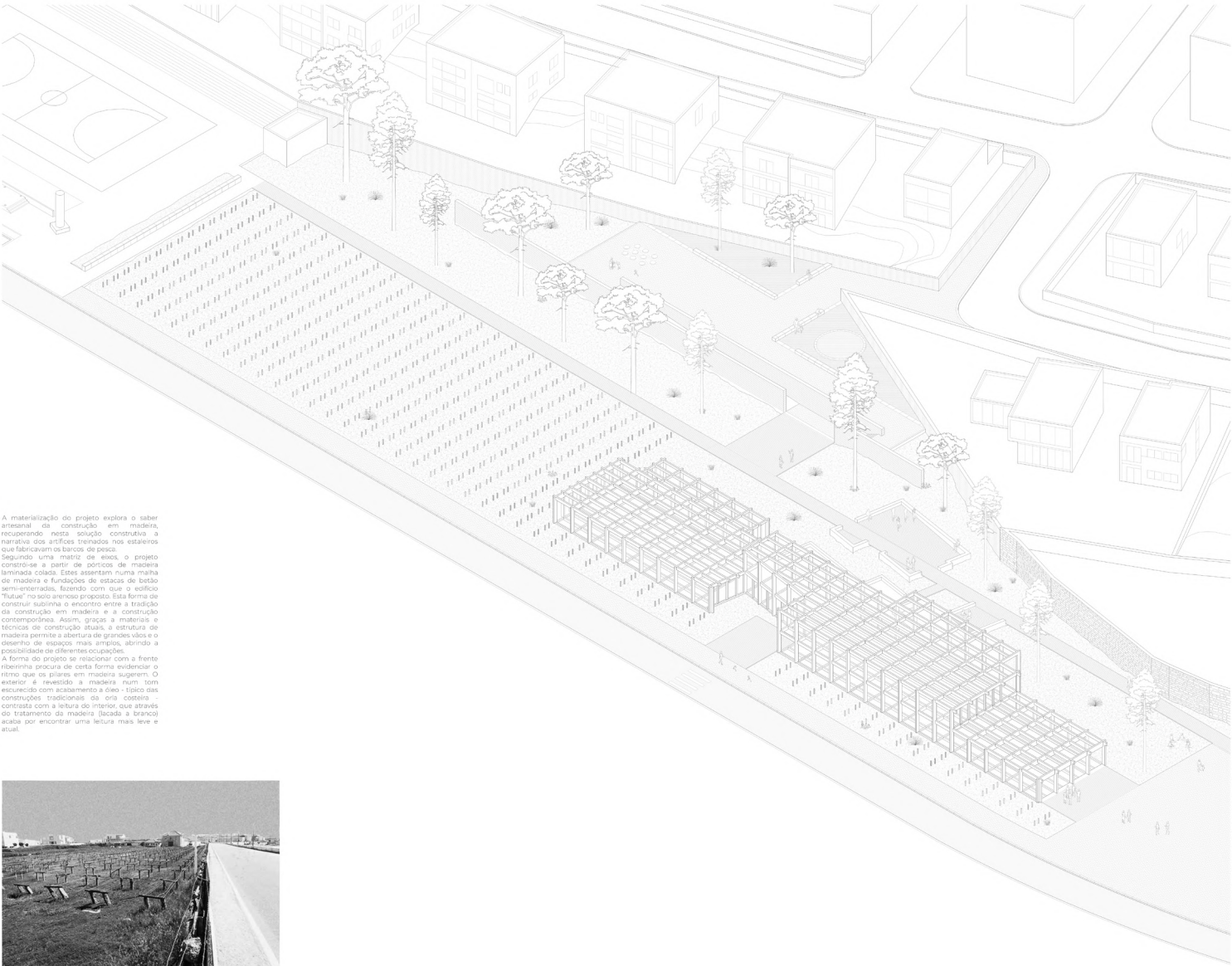
- Legenda:
- 1. Atrio
 - 2. Sala polivalente
 - 3. Sala de leitura
 - 4. Sala de apoio
 - 5. Sala de reuniões
 - 6. Armazém
 - 7. Instalações Sanitárias
 - 8. Cobertura praticável

Planta piso superior

Escala 1:200



Corte BB'

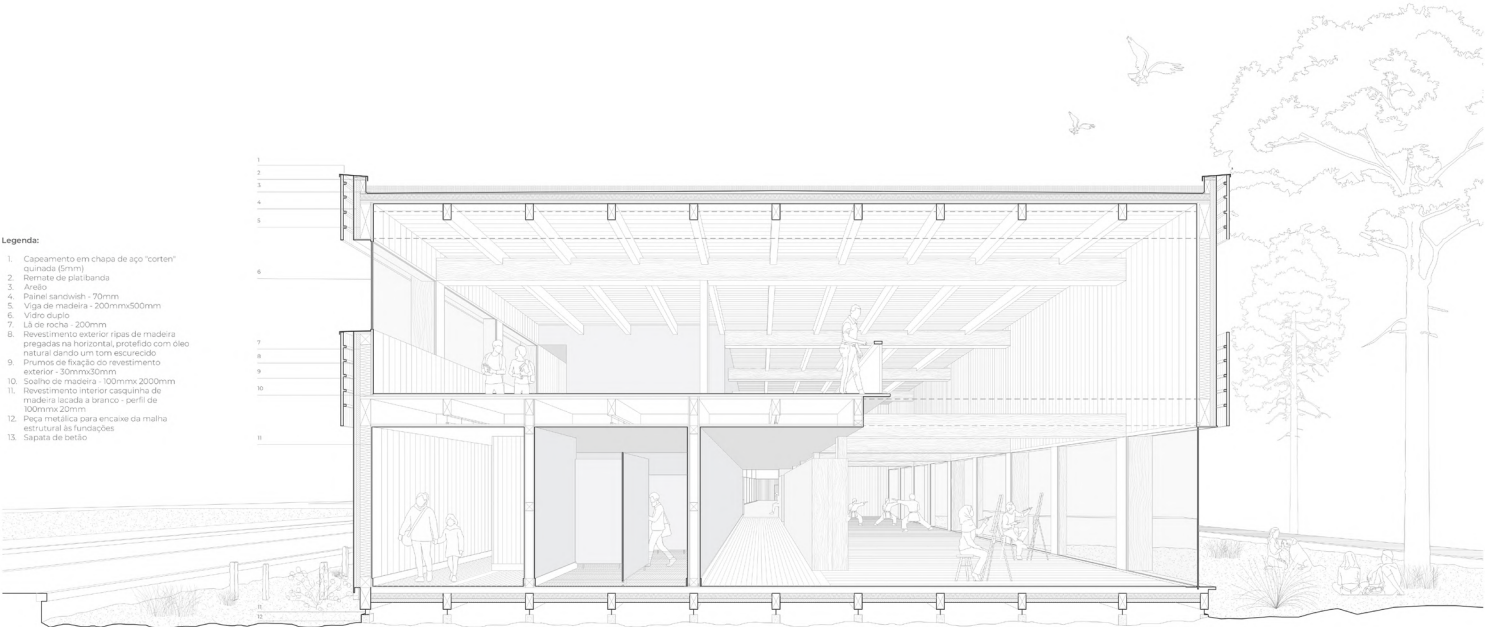


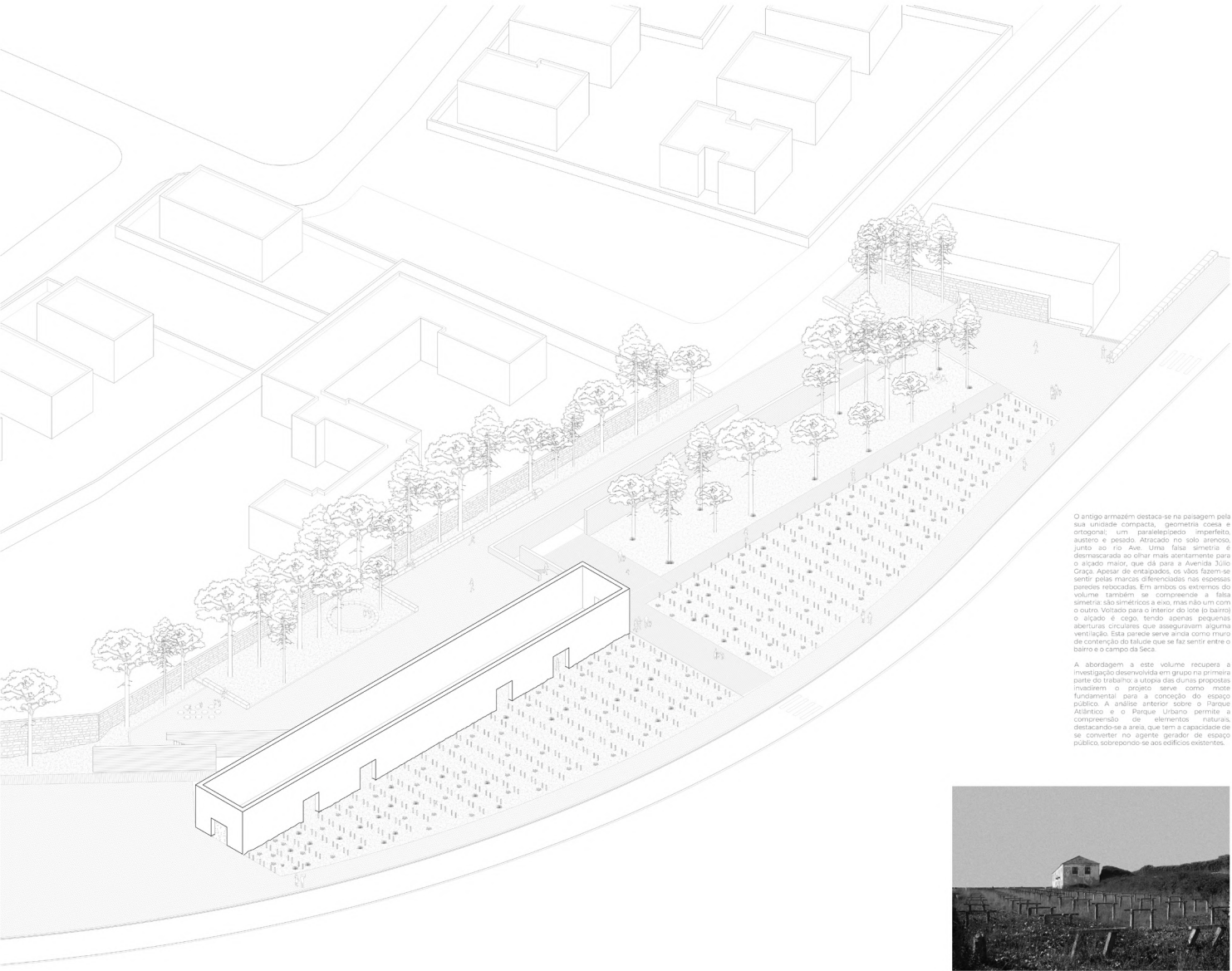
A materialização do projeto explora o saber artesanal da construção em madeira, recuperando nesta solução construtiva a narrativa dos artefactos treçados nos estaleiros que fabricavam os barcos de pesca. Seguindo uma matriz de eixo, o projeto controla-se a partir de porticos de madeira laminada colada. Estes assentam numa malha de madeira e fundações de estacas de betão semi-enterradas, fazendo com que o edifício "flutue" no solo arenoso proposto. Esta forma de construir sublinha o encontro entre a tradição da construção em madeira e a construção contemporânea. Assim, graças a materiais e técnicas de construção atuais, a estrutura de madeira permite a abertura de grandes vãos e o desenho de espaços mais amplos, abrindo a possibilidade de diferentes ocupações. A forma do projeto se relacionar com a frente ribeirinha procura de certa forma evidenciar o ritmo que os pilares em madeira sugerem. O exterior é revestido a madeira num tom escurecido com acabamento a óleo - típico das construções tradicionais da orla costeira - contrasta com a leitura do interior, que através do tratamento da madeira (lacada a branco) acaba por encontrar uma leitura mais leve e atual.



Legenda:

1. Capateamento em chapas de aço "corte" quinada (5mm)
2. Remate de platibanda
3. Anelo
4. Painel sandwich - 70mm
5. Viga de madeira - 200mmx500mm
6. Vidro duplo
7. Lã de rocha - 200mm
8. Revestimento exterior ripas de madeira pregadas na horizontal, protegido com óleo natural dando um tom escurecido
9. Prumos de fixação do revestimento exterior - 30mmx30mm
10. Soalho de madeira - 100mmx2000mm
11. Revestimento interior casquinha de madeira lacada a branco - perfil de 100mmx 20mm
12. Pega metálica para encaixe da malha estrutural às fundações
13. Sapata de betão





O antigo armazém destaca-se na paisagem pela sua unidade compacta, geometria ciosa e ortogonal, um paralelepípedo impecável, austero e pesado. Atracado no solo arenoso, junto ao rio Ave. Uma falsa simetria é desmascarada ao olhar mais atentamente para o alçado maior, que dá para a Avenida Júlio César. Apesar de entapados, os vãos fazem-se sentir pelas marcas diferenciadas nas espessas paredes retilíneas. Em ambos os extremos do volume também se compreende a falsa simetria: são simétricos a eixo, mas não um com o outro. Voltado para o interior do lote (o bairro) o alçado é cego, tendo apenas pequenas aberturas circulares que asseguravam alguma ventilação. Esta parede serve ainda como muro de contenção do talude que se faz sentir entre o bairro e o campo da Seca.

A abordagem a este volume recupera a investigação desenvolvida em grupo na primeira parte do trabalho: a utopia das dunas propostas invadiriam o projeto serve como mote fundamental para a conceção do espaço público. A análise anterior sobre o Parque Atlântico e o Parque Urbano permite a compreensão dos elementos naturais, destacando-se a areia, que tem a capacidade de se converter no agente gerador de espaço público, sobrepondo-se aos edifícios existentes.



Atlas Construir no SUL

Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea

Introdução

A conjuntura política e económica do novo milénio envolveu o discurso crítico da arquitetura. Os abundantes anos de 1990, marcados pela consolidação do projeto europeu, deram lugar a uma instabilidade que se alastrou aos vários domínios da sociedade - os conflitos entre ocidente e oriente, as crises financeiras e os avanços tecnológicos marcaram uma mudança de ciclo e o início de uma nova ordem mundial. Este processo acabou por trazer à tona a vulnerabilidade da própria convergência da Europa, revelando a dificuldade dos países do Sul em acompanharem as demandas da economia contemporânea. Um certo sentido introspetivo e humanista, em torno das questões ambientais, dos fundamentos identitários e de soberania, acabou por pautar o discurso dos vários movimentos sociais que se organizaram neste período.

No campo da arquitetura, esta inquietação desencadeou uma sensibilidade regeneradora e a ideia de regresso a uma base sólida, capaz de consolidar os alicerces subjacentes à prática e à cultura de projeto. Em Portugal, as quatro décadas correspondentes ao período democrático foram sendo colocadas em perspetiva, procurando-se nos seus fundamentos uma base idealista para a superação do momento de crise. Neste contexto, o território do Sul, enquanto depósito da ancestralidade cultural da Europa, foi tido como inspiração de uma possível alternativa ao processo instalado.

O regresso de Ulisses a Ítaca, depois da Odisseia relatada de Homero, serve de metáfora à consciência presente neste retorno crítico que, tal como no passado e como demonstrou Winckelmann (1717-1768), se sustenta nos fundamentos de ordem e proporção que podem ser extraídos da cultura clássica. Este processo é também revestido de uma consciência vernacular que incorpora o saber acumulado e depositado nas camadas que sedimentaram o território e a sua geografia e que se relacionam com o saber milenar da própria arquitetura e dos sistemas construtivos, energéticos e tipológicos que lhe estão subjacentes.

Foi esta base que orientou no passado, por exemplo, a produção de Andreas Palladio (1508-1580), quando na sequência do declínio comercial da Sereníssima Republica de Veneza iniciou a sua produção de villas na região do Vêneto. O sentido clássico da arquitetura paladiana residia no modo como incorpora as bases vitruvianas para alicerçar os critérios de implantação e de domínio da ampla geografia do espaço agrícola. O retorno a um sistema construtivo baseado em lintéis e colunas, abria espaço para um artificioso jogo classicista que dava resposta à afirmação de uma nova sociedade que, após o tratado de Bagnolo (1484) e a abertura das rotas marítimas atlânticas, havia iniciado a expansão da sua presença para terra firme, no interior do Vêneto.

O regresso aos fundamentos da arquitetura funde-se com a inevitabilidade do regresso ao "laboratório" do Sul, onde, desde o crescente fértil, se edificou a base do saber ancestral

subjacente à própria arquitetura, a qual com maior, ou menor, erudição consolida a possibilidade de inversão do conceito de "inovação", pela desmesura culturalista de um território milenar onde está tudo.

A Arquitetura Portuguesa e a cultura do Sul – Vítor Figueiredo e Siza Vieira em Évora.

A instabilidade que marca o atual período social e político, cria a oportunidade para uma leitura sobre a especificidade de um pensamento agregador da teoria da arquitetura portuguesa contemporânea e o seu vínculo à cultura do Sul.

A este respeito faz sentido invocar a clarividência e fecundidade do trabalho do historiador americano George Kubler (1912-1996) que, ao investigar a especificidade do maneirismo nacional realizado no período crítico de perda e retoma de soberania face ao domínio filipino, abriu espaço para uma formulação crítica e historiográfica da arquitetura portuguesa, através da sua obra, de 1972, *Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706* (Kubler, 2005). O sentido periférico e distante que caracteriza o mais Ocidental país do Sul europeu, foi tratado como recetáculo de influências provenientes de outras áreas culturais, como a Flandres ou Espanha. A arquitetura chã, definida por Kubler "entre as especiarias das índias e os diamantes do Brasil" (Kubler, 2005, p. ?), corresponde a uma resposta a fatores conjunturais de ordem político, militar e religioso, que se materializou na expressão de uma arquitetura despojada, que se emancipou diante regras clássicas e das normas académicas, provenientes da tratadística italiana. A essencialidade e economia da arquitetura referenciada por Kubler permitia estabelecer um vínculo de relação entre o passado e o futuro, estimulando uma introspeção capaz de colocar lado a lado as lógicas paladianas e os ensaios de Terzi, Torraza, Baltazar Álvares, ou João e Diogo de Castilho. Ao enquadrar este período histórico, Kubler alicerçou não só o conhecimento historiográfico de uma época ofuscada pela proeminência manuelina, como construiu um argumento de base para agregar uma geração de arquitetos, protagonizada por Siza Vieira (n. 1933) que ganharia visibilidade internacional, após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Revistas como *L'Architecture d'Aujourd'hui*, *Architecture Mouvement Continu*, ou a *Lotus Internacional* dariam conta da produção realizada em Portugal nesse período e dos mecanismos conceptuais presentes na produção e no discurso dos arquitetos. Em particular a *L'Architecture d'Aujourd'hui*, que dedicaria à situação portuguesa, logo em 1976, um número temático denominado "Dossier Portugal An II", onde seria realizada uma apresentação de largo espectro, revelando, tal como referia Gonçalo Byrne no seu artigo, "as premissas de uma arquitetura nova" e os mentores empenhados na expressão desse desafio.

O sentido pragmático da arquitetura chã viria a contribuir para clarificar e orientar a ação dos novos arquitetos no momento em que se confrontavam, por um lado, com os

novos territórios que se abriam na periferia das cidades e, por outro, com a necessidade de implementação de um ideário compatível com o esgotamento do movimento moderno. Em 1962, Fernando Távora resumiu tudo isto ao enunciar justamente a ideia de “circunstância” (Távora, 1982, p. 34) como base de um processo humanista da organização do espaço. Por “circunstância” entendia “aquele conjunto de fatores que envolvem o homem, que estão à sua volta e, porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser.” (Távora, 1982, p. 34). O próprio significado da palavra escolhida por Távora comportava o sentido da obra aberta, edificada com base na consciência de um tempo longo, capaz de acomodar a complexidade das ações realizadas sobre o território.

A relação entre o trabalho de George Kubler e o processo que se desencadeava em Portugal no período de transição para a democracia, foi, contudo, estabelecida por Duarte Cabral e Mello (1941-2013) num artigo publicado na revista *Arquitetura* (Mello, 1979), onde evocava a relevância do trabalho do historiador americano a propósito da arquitetura de Vítor Figueiredo (1929-2004). Cabral de Mello estabelecia um nexo entre a arquitetura chã e a independência e experimentalismo dos programas de habitação social desenvolvidos naquele período, com forte contenção orçamental. Para qualificar o trabalho de Figueiredo, Cabral de Mello realçava no estilo chã, a ausência de ornamentação, a libertação das regras académicas e o sentido vernáculo, mais ligado “às tradições locais vivas do que aos autores de um passado remoto” (Mello, 1979, p. 25). O trabalho de Kubler, abria um caminho de erudição sobre o Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa que havia envolvido os arquitetos a partir de 1955 até à sua publicação em 1961, representando uma arquitetura contaminada pelas contradições de um maneirismo realizado à distância dos principais centros culturais da Europa.

Esta mesma base seria mais tarde, na década de 1990, levada ao extremo por Vítor Figueiredo no pólo universitário da Mitra (1992-1995), em Évora, traçando com rigor e essencialidade uma estrutura morfológica definidora de um recinto longo, caracterizado pela monotonia dos seus elementos compositivos, justamente na proximidade da arquetípica igreja do Bom Jesus de Valverde, atribuída a Manuel Pires ou Diogo de Torralva. No contexto da obra de Vítor Figueiredo, a Mitra aparece como síntese de uma teoria da arquitetura para onde convergem os paradigmas essenciais que suportam a “mitologia” do debate disciplinar levado a cabo em Portugal no último quartel do século XX, paradigmas esses que passam pela rejeição das nuances estilísticas impostas: pela novidade; pela busca do acerto da implantação e domínio da topografia; pela procura de um anonimato crente na possibilidade de absorção da obra pela metamorfose do território ao longo do tempo; e pela noção da inserção da obra numa constelação geográfica para onde convergem os sentidos material e imaterial do sítio.

A cidade de Évora seria também palco para Álvaro Siza Vieira que, na sequência dos seus projetos de habitação social da

década de 1970, como a Bouça e São Vítor, inicia em 1977 naquele território alentejano o projeto de urbanização da Quinta da Malagueira. Pela sua dimensão e complexidade, a Malagueira é uma obra central no percurso de Álvaro Siza. Projetada para comportar 1200 fogos em cerca de 27 hectares, esta intervenção envolveu Siza com a cidade de Évora por um período de aproximadamente 20 anos. Este projeto, realizado num território marcado pela presença romana, pontua o arranque de uma extensa fase de exploração conceptual em torno de estruturas eminentemente clássicas, pouco exuberantes e sempre renovadas através de processos de manipulação das referências disciplinares convocadas em cada obra.

Na Malagueira, Siza pôde explorar os fundamentos disciplinares da sua arquitetura, manipulando de modo laboratorial questões básicas, como a infraestrutura, a tipologia, a materialidade branca, o pátio, a luz e a sombra. Neste projeto, a composição cubista de volumes puros, ganha a máxima expressão, tanto pela intensidade da luz como pela profundidade da sombra, variantes que unificam a relação da ampla intervenção, com a proximidade do núcleo urbano da cidade histórica, harmonizando e disciplinando o crescimento da cidade nas últimas décadas.

A plasticidade da Malagueira estabelece uma relação com a inspiração dos vestígios do mundo árabe presentes eminentemente no Sul. O kasbah, enquanto alternativa urbana lançada pelo Team 10 ao determinismo da cidade moderna, é trabalhado por Siza, nas estreitas tensões criadas no interior do bairro e no interior das unidades habitacionais, evidenciando-se neste projeto muito do imaginário coligido na viagem que realizou a Marrocos em setembro de 1967. iv Dessa viagem, como que é possível extrair argumentos implícitos, tanto na obra de Siza, como na própria cultura portuguesa, tal como escreveu Alexandre Alves Costa (n.1939), compagnot de route nesta aventura:

“E assim (...) nos aventurámos (...) pelas cidades que aportuguesámos ou construímos, pelas capitais imperiais, pelos Atlas, pelos vales dos rios que chegam ao mar. Pelo Sahara numa silenciosa areia que não foi pisada e, entre mesquitas, minaretes e ruínas de cidades clássicas, atravessámos fileiras de cavalos que sacudiram suas crinas nos alísiosv, entre visões poeirentas de alcáceres kibires, com a serenidade de quem revisita as terras da sua infância agora explicadas pelo Guide Bleu. (Costa; Vieira, 2011, p. 7)

O Sul como laboratório da construção moderna em Portugal

Recuando um pouco no tempo, interessa observar o Sul na genealogia do pensamento crítico da arquitetura moderna em Portugal. Os acertos e desacertos inerentes à tão “desejada” articulação entre modernidade tradição que marca o debate arquitetónico nacional durante século XX, encontra nos dados lançados por Raul Lino (1879-1974) em torno da campanha da “Casa Portuguesa” (Figueiredo, 2007, p. 319-366) e da sensibilidade meridional que lhe estava

subjacente, um dos pilares fundamentais das controvérsias.

Os dados são lançados pelo autor de *A nossa Casa* (1918) e *Casas Portuguesas* (1933) ainda no final de oitocentos, o assunto adquire, no entanto, maior visibilidade em 1900 aquando da proposta que apresenta para o pavilhão de Portugal na Feira Universal de Paris, momento em que segundo o próprio propunha “um atrevimento (...) inspirado em estilos de várias épocas combinados numa composição verosímil e bastante harmoniosa, em que sobressaíam reminiscências amouriscadas do nosso Alentejo”, atribuindo aquela região o estatuto de seu “primeiro namoro depois do regresso a Portugal,” (Lino in AAVV, 1969, p. 29) após os seus estudos em Hanôver e da convivência com o seu mestre alemão Abercht Haupt (1852-1932).

O grand tour impressionante que Lino realiza em Portugal, em 1897-1898, na companhia do aguarelista Roque Gameiro (1864-1935), marca o início do deslumbramento meridional e pelo “estilo de vida” do Sul, interessando-lhe nesta viagem em especial “o mudejarismo e o pseudo-mudejarismo do Alentejo e Algarve”vi. Segundo Pedro Vieira de Almeida, seria esta “Peregrinação que o fizera entender os valores formais de uma arquitetura de sol, as subtilezas dos jogos de claros escuro, de transparências e reflexos de muros caiados e de maneira mais responsável, os valores de habitar que esse vocabulário definia”.

Raul Lino empreenderá novamente uma incursão ao Sul, para visitar Marrocos, logo em 1902, com o apoio de Alexandre Rey-Colaço e de seu irmão Emílio-Rey que vivia em Tânger, de onde era originária a família. Seria este o argumento definitivo para sustentar a hipótese das “4 Casas Marroquinas”, lançado pelo próprio Vieira de Almeida no catálogo sobre Lino, aquando da exposição realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1970 (Pimentael et al, 1970, p. 138). As Casa Monsalvat (1901), Silva Gomes (1902) e Villa Tânger (1903), no Monte do Estoril e Casa Jorge O'Neill (1902), em Cascais, que marcam o princípio da atividade do arquiteto, refletem a influência das experiências imersivas num território onde as formas e as vivências se expunham descontaminadas, permitindo-lhe uma espécie de regresso ao início dos tempos.

O interesse de Raul Lino pelo Sul, foi naturalmente estimulado pelo interesse que Albercht Haupt possuía pela arte renascentista realizada nos países do Sul e nomeadamente em Portugal, onde encontrava características particulares e distintivas. A pesquisa *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* (Haupt, 1986), corresponde à sua tese de doutoramento, defendida em 1893, na Universidade Hanôver, traduzindo o resultado das viagens que realizou a Portugal entre 1886 e 1888 (Belchior, 2010).

George Kubler, em *Plain Architecture*, trabalhou sobre a base de pesquisa realizada por Albercht Haupt. O interesse de ambos no período que se segue ao manuelino tardo-gótico permite a formulação de um vínculo relacional entre ambos,

que sustenta tanto o interesse e o encantamento gerado pelo período renascentista e maneirista no Sul da Europa, como o reconhecimento da sua especificidade no contexto nacional, face ao trabalho realizado em outras paradas europeias, argumentos que contaminaram o pensamento e a ação crítica os arquitetos na formulação de um pensamento moderno tanto no limiar do século XX, como na sua reta final a partir dos anos que se seguiram à revolução e que marcam em definitivo a afirmação internacional da arquitetura portuguesa.

Conclusão – Revista Estudo Prévio

“Construir no Sul” alude a um sentido laboratorial, sobre os fundamentos da arquitetura enquanto área disciplinar os quais, em momento de crise, se apresentam como itinerário consistente de pesquisa. Ao mergulhar-se no Sul neste número da revista *Estudo Prévio*, procura fixar-se um discurso integrador de várias latitudes e autores.

É neste contexto que abrimos com Álvaro Domingues e Ana Silva Fernandes e com uma leitura crítica sobre a contemporaneidade e sobre os fenómenos urbanos que escapam ao mundo ocidental. Através de um programa curricular debatem-se os critérios da “Urbanização da Pobreza” e da crise instalada nos mecanismos de gestão territoriais.

O enquadramento deste processo à escala global, lança a possibilidade de um olhar longínquo sobre a proeminência do Sul enquanto palco primordial de uma modernidade observada por Jorge Luís Borges e pela Revista Literária Sur. Este tema é abordado por José Luís Saldanha, demonstrando a antecipação de uma cultura nova, que se materializa nas nuances geradas pelos conflitos colocados pelo tempo novo.

Alexandre Marques Pereira apresenta o caso do grand tour de Gunnar Asplund ao Sul Mediterrâneo, realizado na tradição do Romantismo Neo-Clássico oitocentista, identificando o encantamento dos arquitetos nórdicos pelo berço da cultura clássica e pelo sentido de perenidade que esta comporta.

As dicotomias entre o Norte e o Sul, são exploradas por Alexandra Saraiva através da figura de Raúl Hestnes Ferreira, trazendo para o plano nacional os fundamentos de uma monumentalidade realista, própria da cultura mediterrânea, que é apreendida à distância, entre as paradas finlandesas e norte-americanas. Ana Vaz Milheiro, dá continuidade a este discurso através de Manuel Vicente, o qual, com um percurso tangente ao de Raúl Hestnes aprofunda a “viragem” para Sul e o estabelecimento de pontes com o Oriente numa extensa diáspora cultural, que surge fundida na sua produção arquitetónica e intelectual.

“O detalhe do projeto geral” é o argumento de José Maria Assis e Santos para fazer o elogio da sombra no pólo universitário da Herdade da Mitra, obra conclusiva do itinerário arquitetónico de Vítor Figueiredo - recetáculo inacabado de um saber

intemporal.

Filipe Mónica encerra o dossier “Construir no Sul” com entrevistas curtas a um conjunto de arquitetos que participaram no curso de verão homónimo, realizado no ISCTE-IUL entre os dias 27 de junho e 1 julho de 2016.

Notas:

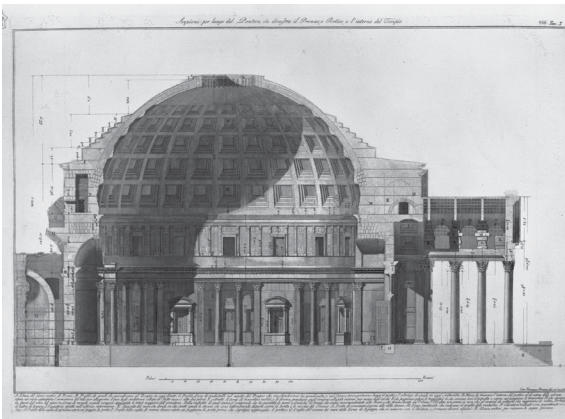
i CORREIA, José Eduardo Horta (2005) “Prefácio à edição portuguesa” em KUBLER, George - A Arquitetura Portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706). 2ª edição Nova Vega, Lisboa, 2005 . ISBN 972-699-758-5. (p. 8-9).

ii Cf. VIEIRA, Álvaro Siza; ROUSSELOT, Christine; BEAUDOIN, Laurent - “Entretien avec Álvaro Siza” em Architecture Mouvement Continuïte, nº 44 de 1978; AAVV - “Dossier Portugal An II” em L’Architecture d’Aujourd’hui nº 185 –, de maio/junho de 1976; VIEIRA, Álvaro Siza - “L’Isoala Proletária come Elemento Base del Tessuto Urbano”, em AA.VV Lotus International – Rinnovo Urbano, nº 13 de 1976; GREGOTTI, Vittorio - “Oporto. L’esperienza dei Saal, di Alexandre Alves Costa Interventi a S. Victor, Bouça, Lapa, Leal, Antas, Miragaia, Barredo, Lada Oporto”, em AA.VV - Lotus International – Architettura nella Città Storica, nº 18, de 1978; HATCH, Richard - The Scope of Social Architecture, New Jersey Institute of Technology, de 1984. (SAAL/Curraleira, Lisbon Portugal / SAAL and the Urban Revolution in Portugal / Designing Curraleira).

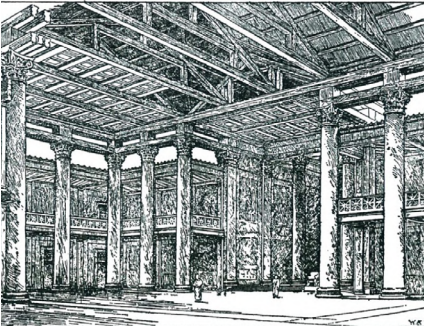
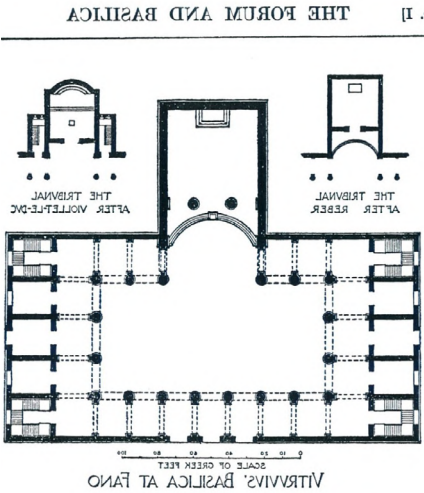
iii BYRNE, Gonçalo “Quelques prémices pour une architecture nouvelle” em AAVV - L’Architecture d’Aujourd’hui – Dossier Portugal An II, nº 185, de maio/junho de 1976 (p. 32-33). iv Viagem a Marrocos realizada em setembro de 1967 por Álvaro Siza na companhia de Alexandre Alves Costa, Beatriz Ekroth, José Grade, Luísa Brandão, Maria Antónia Leite e Sérgio Fernandez. Cf. COSTA, Alexandre Alves; VIEIRA, Álvaro Siza - Marrocos 1967, Circo de Ideias, Porto, 2011. ISBN 978-989-95995-2-9.

v * Dante Alighieri (tradução de Vasco Graça Moura) – La Divina Commedia: L’inferno. 1996, Cant. XXVI, tert. 33-37, (p. 241).

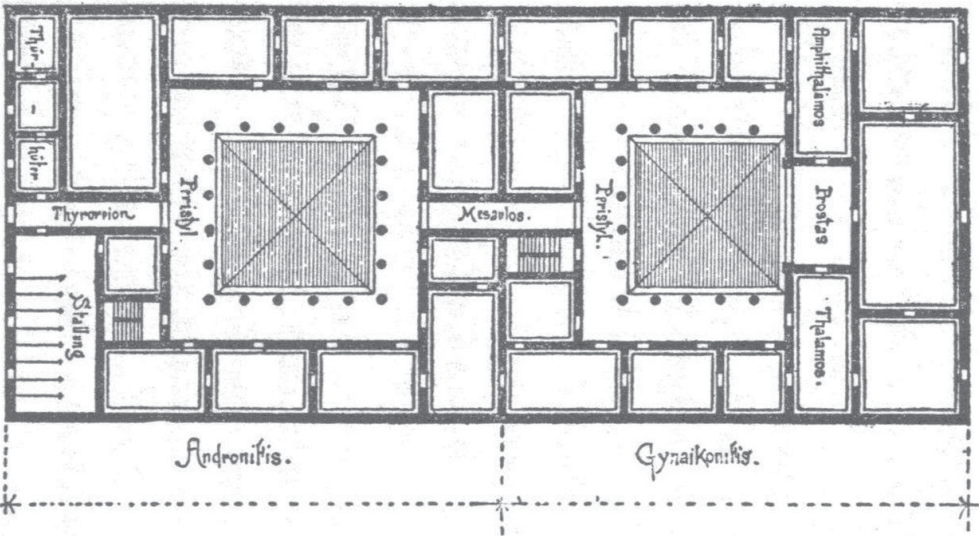
vi MANTA, Paulo - Raul Lino – Arquitetura e Paisagem (1900-1948), tese de doutoramento, texto policopiado, ISCTE-IUL, Lisboa, 2012. (pág. 109); Cit. LINO, Raul, (1970) A vida corre – o Tempo continua [palestra] Acessível no arquivo da família. (pág. 4).



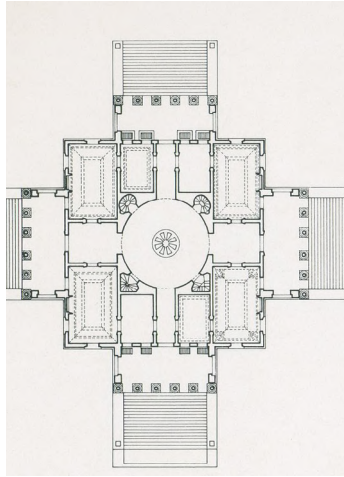
1



2



3



4



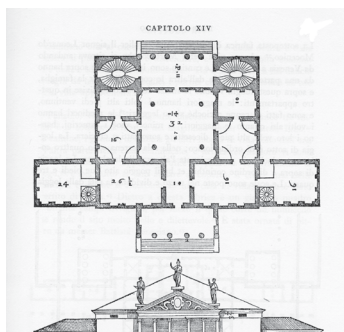
5



6



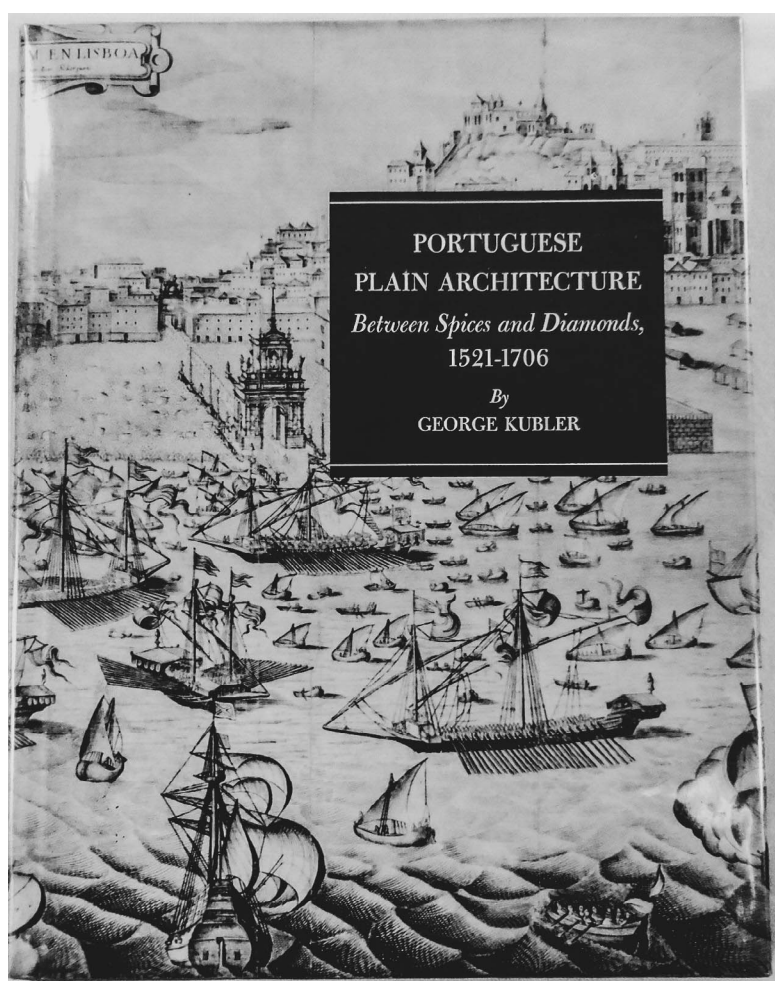
7

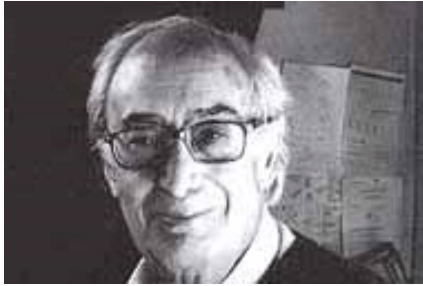


8



9

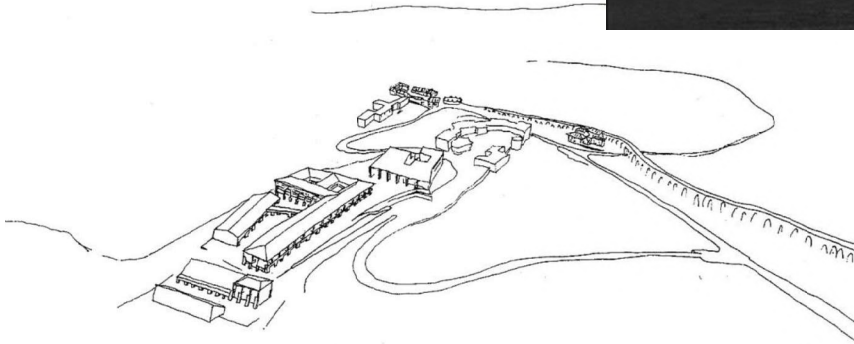




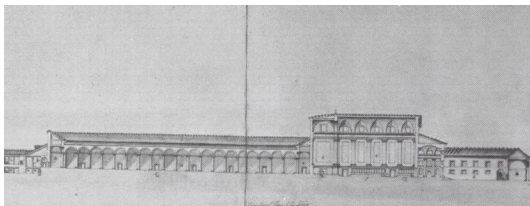
11



12



13



14



15

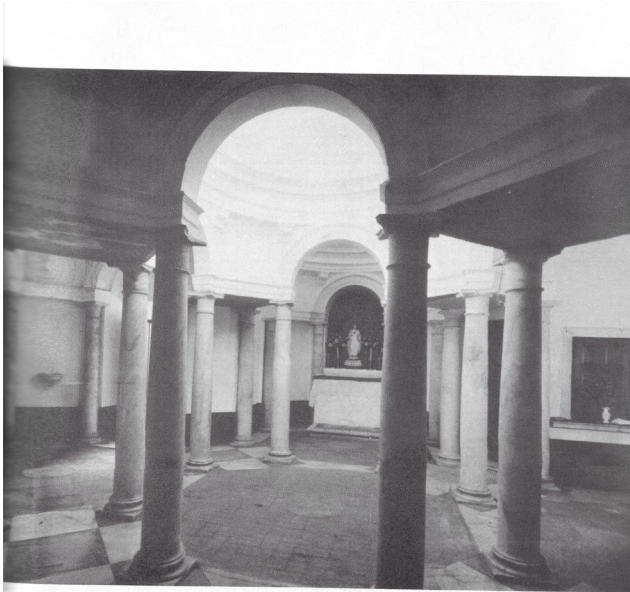
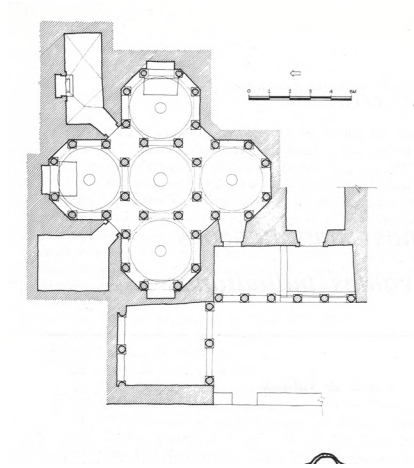
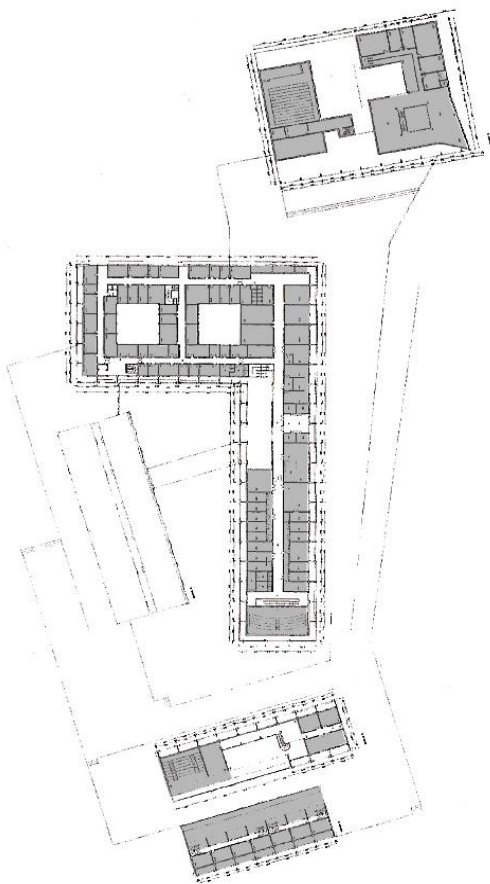


FOTO 24. Mitra, Bom Jesus de Valverde, interior, 1550-60 (M. Novais).

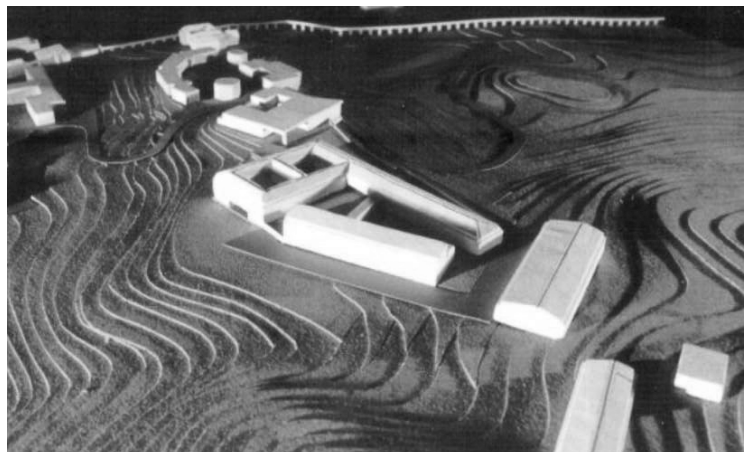
16



17



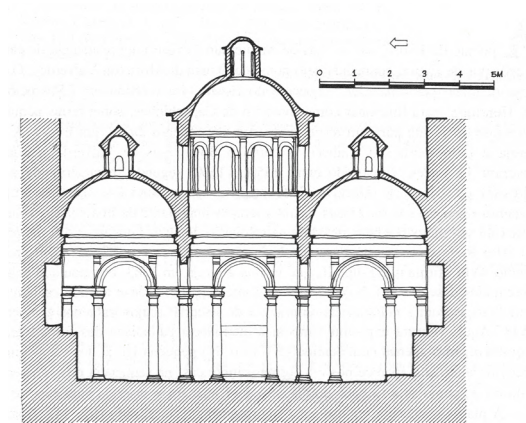
19



20



18



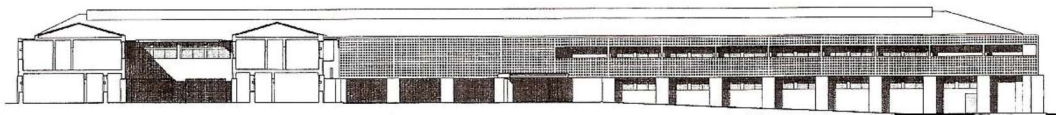
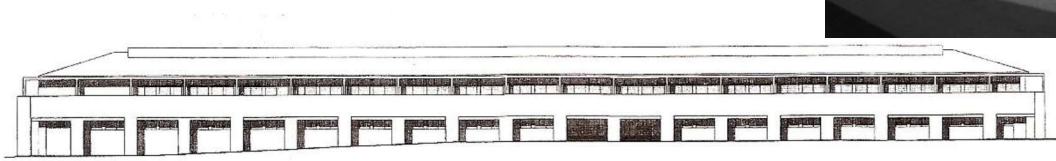
22



21



23



24



25



26



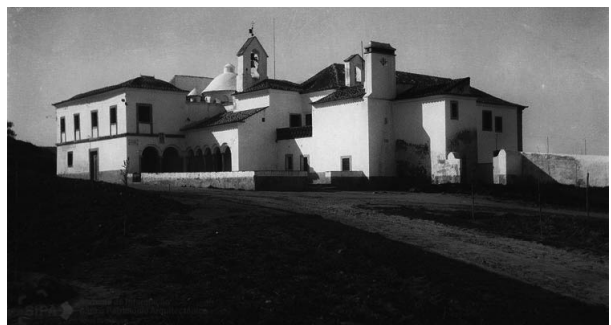
27



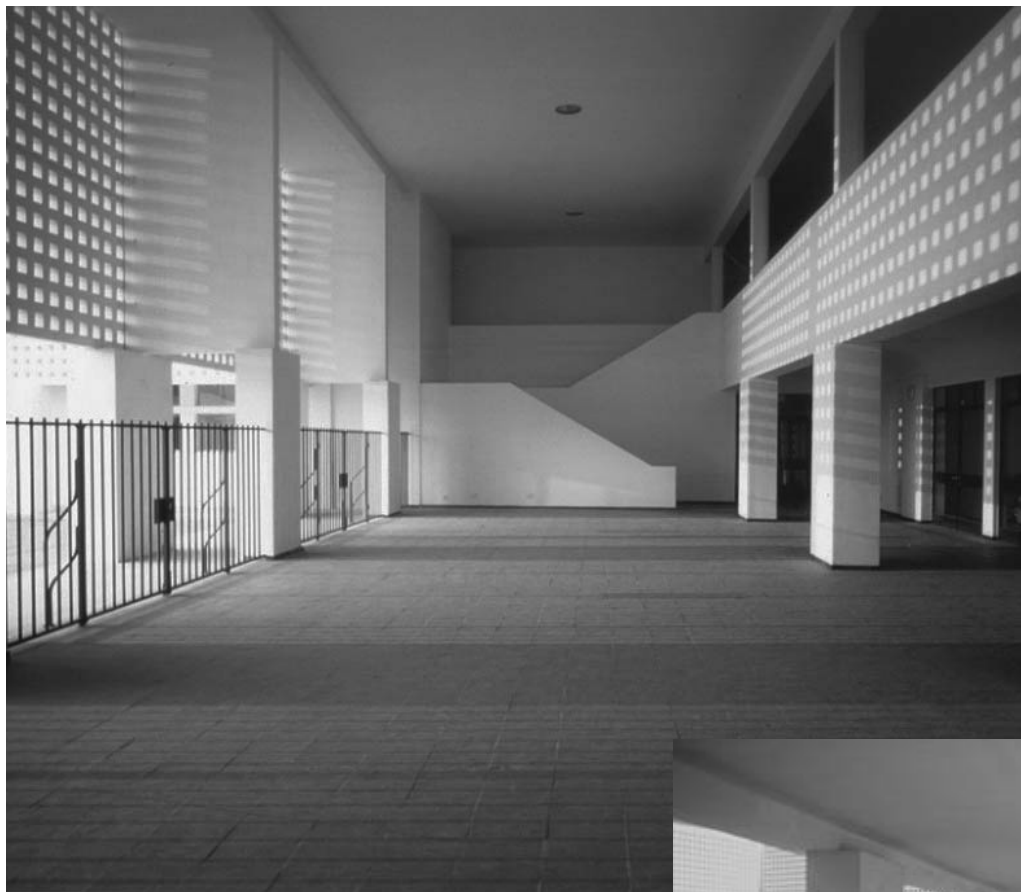
28



29



30



31



32



33



FOTO 13. Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, João de Castilho (?), c. 1530-40, interior

34



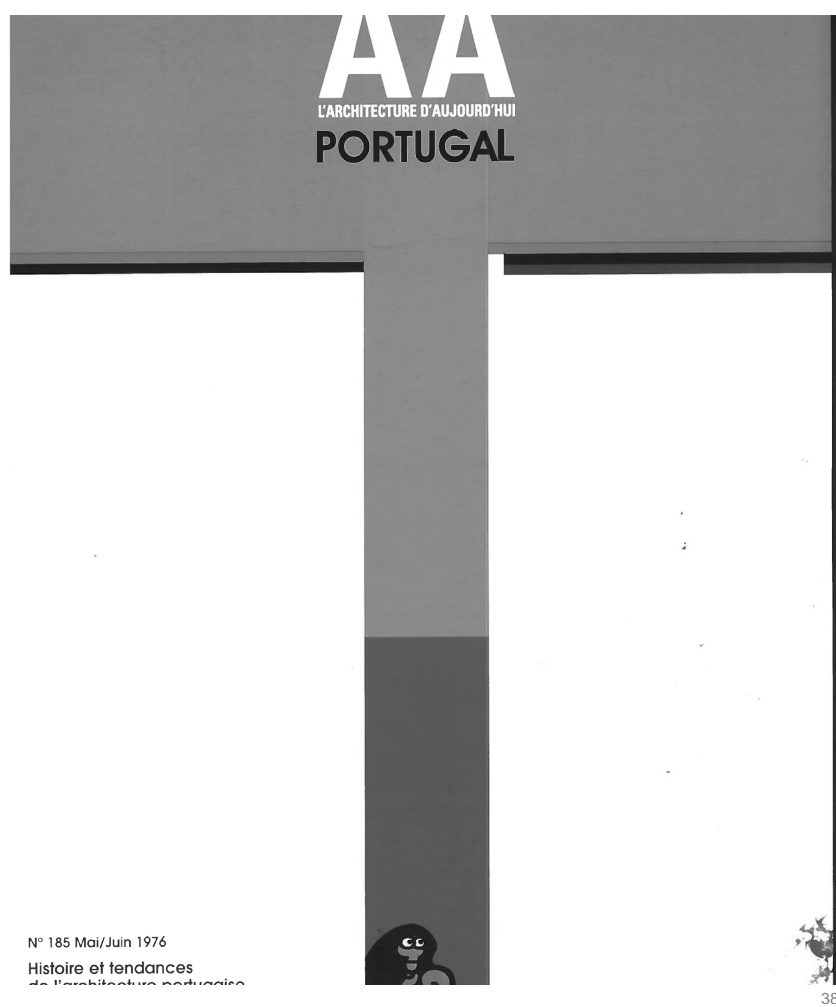
35



36



37



N° 185 Mai/Juin 1976
Histoire et tendances
de l'architecture portugaise



39



40



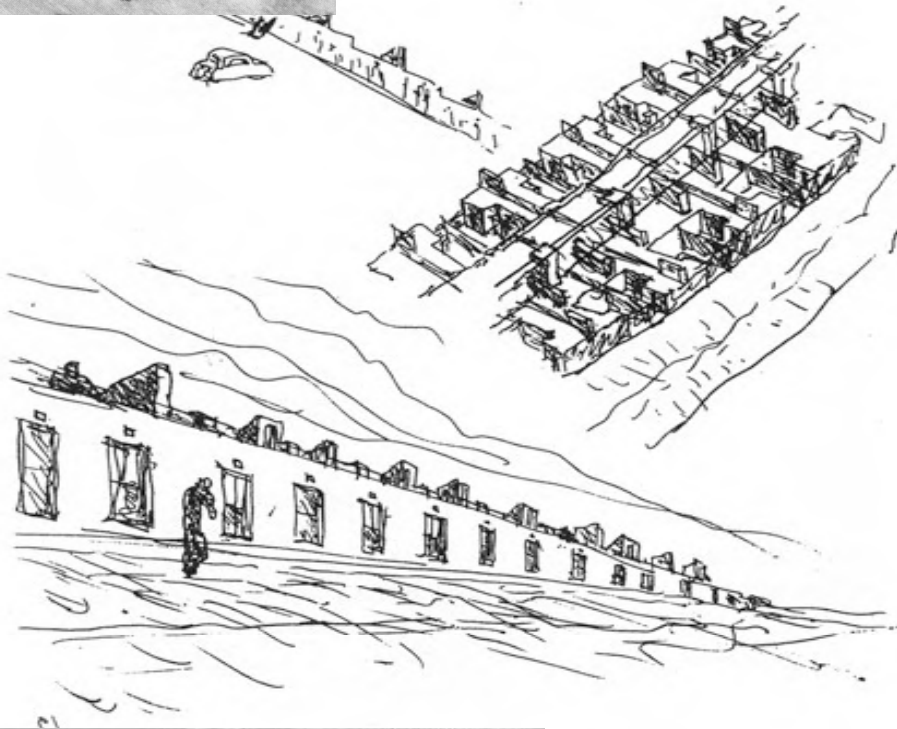
41



42

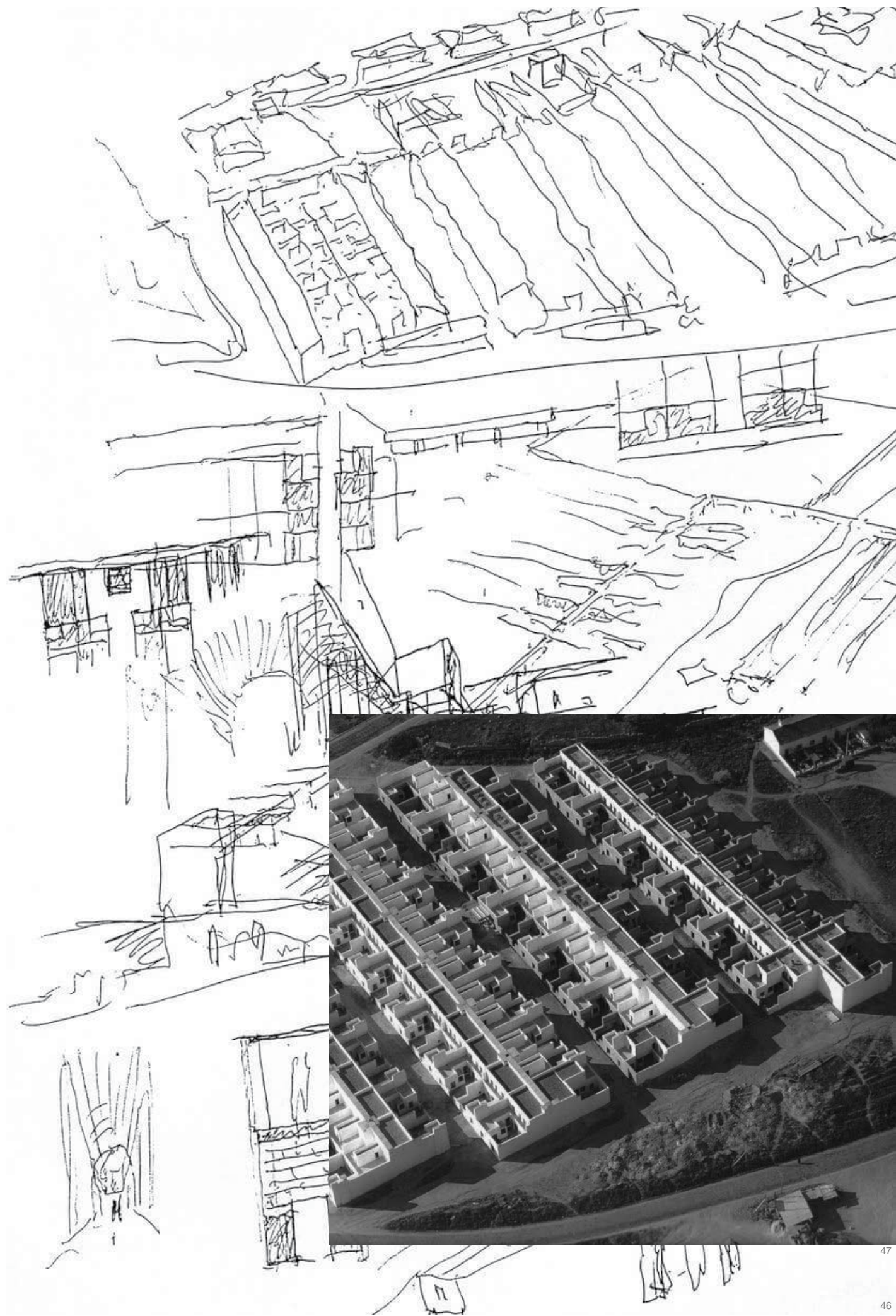


43



45

44



piano general de situación / overall site plan



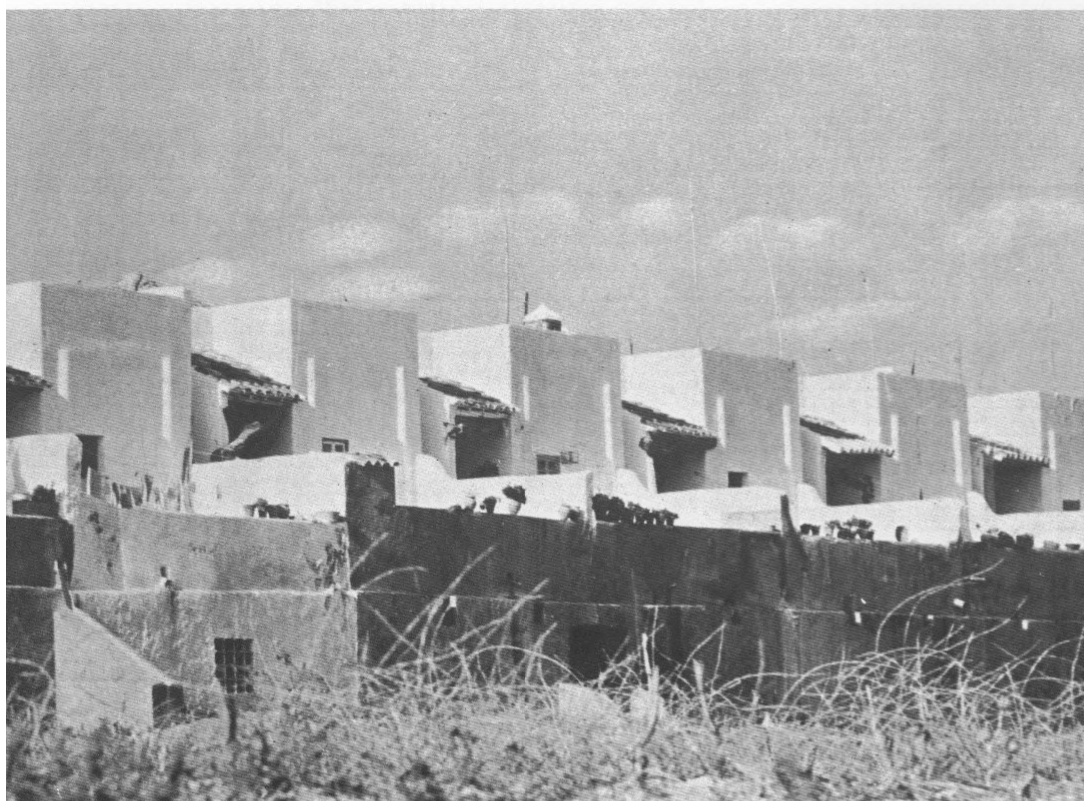
48



49



50



51



É notável o equipamento deste terraço, integrado na construção, o poço comum a duas habitações contíguas e o tanque para lavagens.

O partido conseguido do declive do terreno e o movimento de volumes das construções dão ao conjunto do alçado posterior, voltado ao Sul, um carácter muito especial.

Nas habitações de Olhão, entra-se directamente para a sala, seguindo-se dois quartos contíguos em comunicação com um estreito corredor que conduz à cozinha, localizada ao fundo da casa e ocupando, como a sala, toda a largura. A cobertura é feita com abóbadas de berço, correspondendo uma aos quartos, outra ao corredor, e à sala uma outra, mas de tendência esférica e um pouco mais elevada, acentuando a importância atribuída a esta peça da habitação. Por vezes, esta abóbada esférica é substituída por um telhado de 4 águas, formando, interiormente, tecto de macieira.

Os quartos, interiores, têm um ambiente muito agradável, conseguido pela luz natural, que recebem através de uma pequeníssima clarabóia, constituída por um vidro quadrado, embutido numa leve elevação praticada na abóbada.

52



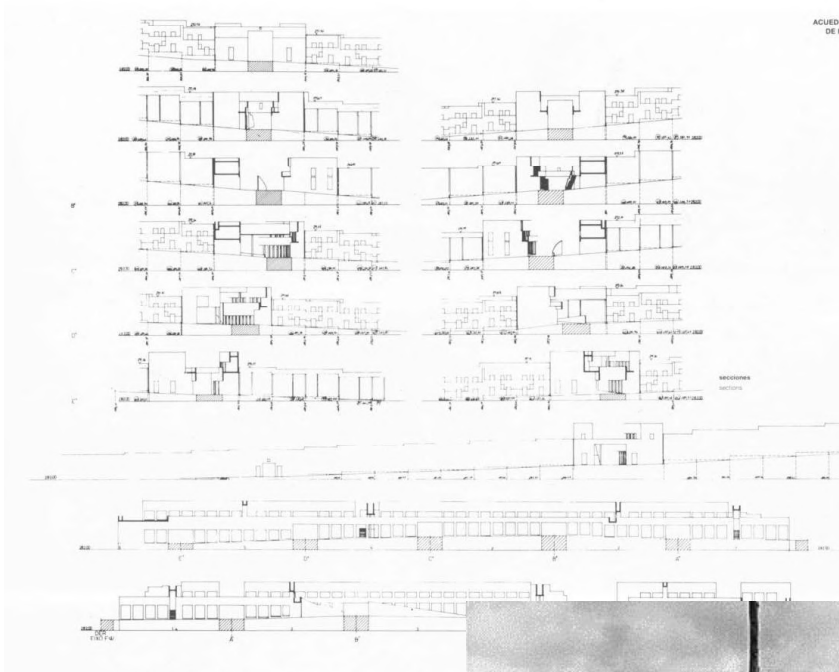
53



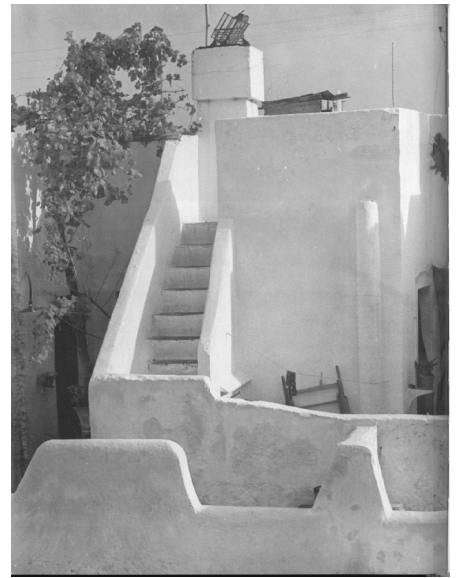
54



55



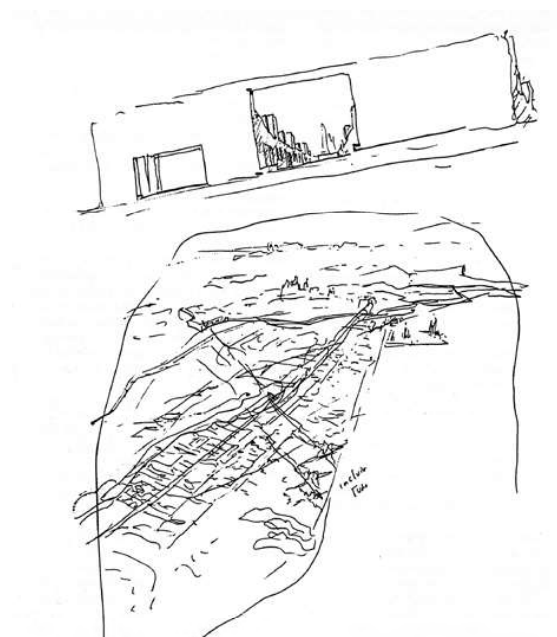
56



57



58



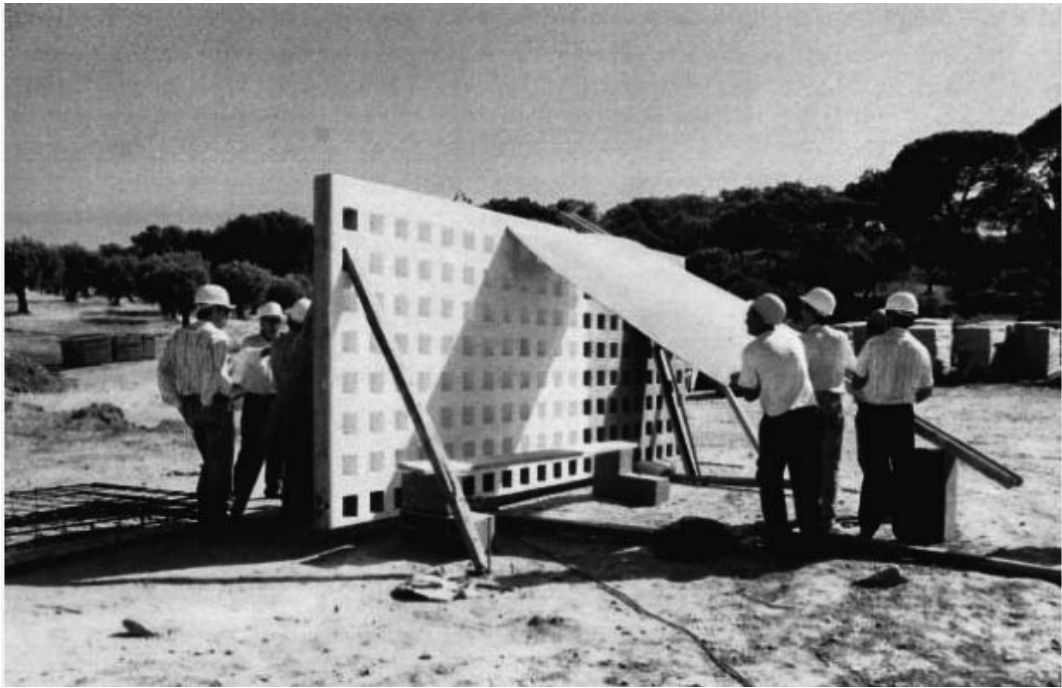


62



63





Índice de Figuras

1. Panteão Nacional de Roma.
2. Basilica de Fano, Marco Vitruvio Pollione.
3. Planta de uma Casa Grega, Marco Vitruvio Pollione.
4. Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
5. Fotografia da Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
6. Villa Chiericatti, Andrea Palladio.
7. Fotografia da Villa Chiericatti (©David Nicholls, 2016).
8. Villa Cornado, Andrea Palladio.
9. Fotografia da Villa Cornado (autor desconhecido, 2014).
10. Capa do Livro «Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706», (© George Kubler, 1972).
11. Retrato de Vitor Figueiredo (in Publico).
12. Fotografia da quinta do Paço de Valverde (©Direção Geral do Património Cultural - DGPC).
13. Esquízo do Polo Universitário de Mitra (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
14. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 14 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, M. Novais).
15. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, Gravura 5).
16. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 24).
17. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, Figura 14).
18. Fotografia Polo Universitário da Mitra (©José Maria Assis e Santos, 2016).
19. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
20. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
21. Fotografia do Convento de Valverde (autor desconhecido).
22. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, Figura 14).
23. Fotografia do Polo Universitário da Mitra (Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
24. Corte e Alçado Nadcente e Poente do Polo Universitário da Mitra (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
25. Fotografia do Pólo Universitário da Mitra (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
26. Fotografia do Claustro do Convento de Valverde (©Arquivo Municipal de Évora, 1960).
27. Fotografia do Pólo Universitário da Mitra (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
28. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
29. Fotografia Polo Universitário da Mitra (©José Maria Assis e Santos, 2016).
30. Fotografia do Convento de Valverde (©SIPA: DGEMN/DREMS; FOTO.00177480).
31. Fotografia do Polo Universitário da Mitra (Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
32. Fotografia do Polo Universitário da Mitra (autor desconhecido).
33. Fotografia do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
34. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 13 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, M. Novais).
35. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
36. Fotografia do Interior do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
37. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
38. Capa da Revista Architecture Aujourd'hui - Dossier Portugal An II (©Architecture Aujourd'hui, 1976).
39. Recorte de imagem da pagina 16 do livro «1967, Marrocos» (©Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza; 2018).
40. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
41. Fotografia do Kasbah de Marrocos (autor desconhecido).
42. Arquitetos portugueses em viagem pela Grécia, verão de 1976. Fernando Távora e Álvaro Siza Vieira (à direita), entre outros. (©Arquivo pessoal do Arquiteto Alexandre Alves Costa).
43. Recorte de imagem da pagina 15 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
44. Esquízo Bairro da Malagueira - «Estudo para a agregação das casas» (©Álvaro Siza, 2000).
45. Fotografia do Kasbah de Argel (©Instituto Francês d'Alger).
46. Esquízo do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçoearquitetura.com, 2020).
47. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçoearquitetura.com, 2020).
48. Fotografia do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
49. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
50. Recorte de imagem da pagina 77 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
- 51/52. Recortes de imagens da pagina 105 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
53. Recorte de imagens da pagina 105 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
54. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
55. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
56. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
57. Recorte de imagem da pagina 106 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
58. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
59. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Ricardo Loureiro, 2007).
60. Esquízo bairro da Malagueira - «A relação entre o aqueduto e as casas» (©Álvaro Siza, 2000).
61. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
62. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Tribuna Alentejo, 2015).
63. Esquízo bairro da Malagueira - «Estudo da relação entre a dimensão do alojamento e a articulação do espaço exterior» (©Álvaro Siza, 2000).
64. Restauro do Panteão de Roma (©LIFE MAGAZINE, 1925).
65. Execução das grelhas de sombreamento (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).